

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE**

CONSELHO SUPERIOR

Reunião ordinária de 07 e 09 de julho de 2020

Ata 01/2020

Aos setes dias do mês de julho, o Conselho Superior do IF Sul realizou reunião ordinária por meio de web conferência, sob a presidência do reitor, professor Flávio Luis Barbosa Nunes. Participaram os conselheiros e convidados Nilo Moraes de Campos, Natali Farias Cardoso, Alexandre Pitol Boeira, Lucas Vanini, Giuliana Gonçalves do Carmo Oliveira, Glaucia Carine dos Santos, Carlos Jesus Anghinoni Correa, Ana Cristina Rodrigues da Silva, Janete Otte, João Abadi Soares Prietsch, Jussara Maria da Silva Pereira, Emmanuel Rodrigues da Silva; Rocelito Lopes de Andrade, Marcus Eduardo Maciel Ribeiro, Nei Jairo Fonseca dos Santos Junior, Elton Rodrigues da Silva, Rafael Theis Dittgen, Mack Leo Pedroso, Tomaz Fantin de Souza, Gislaine Gabriele Saueressig, Janaina Corneli, Jeferson Fernando de Souza Wolff, Charles Sidarta Machado Domingos, André Luis del Mestre Martins, Emily da Costa Pinto, Cláudia Redecker Schwabe, Evandro Fernandes, Meirelis Corin de Oliveira, Giovana Borges Oliveira, Fernando Rodrigues Montes D'Oca, Thais Burlani Neves, Daniel Pegoraro Bertineti, Fernanda Veleza Camacho, Marco Antônio da Silva Vaz, Vivian Anghinoni Cardoso Correa, Vitor de Abreu Rodrigues, Ygor Marcelino da Silva, Álvaro Luiz Carvalho Nebel, Pablo Machado Mendes, Denise Perez Lacerda, Guilherme Scholze Teixeira, Magda Santos dos Santos, Cláudia Anahi Aguilera Larrosa, Roberta Gonçalves Crizel, Anita Silva Souza, João Gilberto Obelar Soares, Tales Emilio Costa Amorim, Gabriel Rockenbach de Almeida, Raquel Sperb Xavier, Amanda Oliveira Geiger, Francisco Carlos Gonçalves Brongar, Roberto Rodrigues Vieira Junior; Giulia D'Avila Vieira, Tiaraju Molina Andrezza, Daniel Gonçalves Emmanuelli, Giovani Tier, Clotilde Conceição Victoria; Celso Silva Gonçalves, Everton da Silva Felix, Luis Felipe Costa da Cunha, Vitoria Dutra Jorge, Cristian Oliveira da Conceição, Eloisa Maria Wiebusch, Gabriele Laís Mandler, Christy Hauschild Schott, Christopher Hauschild Schott, Carla Simone Guedes Pires, Berenice Mattos da Silva, Daniela Volz Lopes, Gisela Loureiro Duarte, Laerte Radtke Karnopp, Adriane Maria Delgado Menezes, Michel Formentin de Oliveira, Nilo André Pozza Rodrigues, Rodrigo Nascimento da Silva, Vinicius Martins, Vinicius Waltzer Rocha. O presidente cumprimentou os participantes, pediu desculpas pelo time para agendar a reunião. Explicou que foram contatados os conselheiros para saber da possibilidade de participar virtualmente da reunião e que os câmpus deveriam dar condições para que quem não tivesse, pudesse participar. eu posse aos conselheiros Emmanuel Rodrigues da Silva, Cléber Saller da Cruz e Isabel Castro Bonow. A seguir, falou sobre a Instrução Normativa 02, destacando o art. 4º, que define como os conselheiros devem se apresentar, com nome, segmento e representação, para registro de presença e votação; que solicitações para participação sejam, feitas pela sala de bate papo, que deve ser utilizada apenas para isso, art. 7º; comentários podem ser feitos pela sala de bate papo paralelo. Que as votações terão dois minutos para serem realizadas e nesse tempo não deverá haver outro tipo de manifestação na sala de bate papo. Pediu que a câmera seja aberta no momento em que o participante falar. O conselheiro Rocelito Andrade propôs que as manifestações de cada participante tenham limite temporal de 5 minutos, permitindo que todos tenham possibilidade de se manifestar. A

conselheira Janete Otte lembrou que não há reuniões faz seis meses e a pauta inclui temas do ano passado, mas sugere que antes de começarem as discussões a pauta seja enxugada por entender que há temas que podem ficar para próxima reunião. Embora tenha havido várias reuniões do CODIR e das Câmaras, é a primeira vez que o CONSUP está sendo ouvido sobre pandemia e seus desdobramentos, e há pessoas que não são da gestão e deveriam ar sua opinião. O presidente colocou em votação a proposta do conselheiro Rocelito Andrade. Este lembrou que nem todos têm direito a voto e perguntou como seria o controle; o presidente respondeu que por isso foi feita a identificação inicial e que o controle seria feito pela secretaria. A proposta dos 2 minutos para manifestação foi aprovada por unanimidade. O presidente explicou que reuniu as pautas por temática, quase todas centralizadas na pandemia. O conselheiro Marcus Ribeiro pediu que não fossem marcadas reuniões às sextas-feiras, pois já existem eventos que acontecem nesse dia. O presidente colocou para apreciação as **portarias ad referendum 352, 739 e 929/2020**. As portarias 352 e 739/2020 foram homologadas, com duas abstenções. Sobre a portaria 929/2020, que trata da propriedade intelectual, a conselheira Janete Otte estranhou ter sido aprovado um regulamento, sem apresentação prévia no Conselho. O pró-reitor Vinicius Martins explicou que o regulamento é um recorte da política de inovação e no quesito inovação tem o polo Embrapii, do qual o câmpus Charqueadas vai participar, precisando do regulamento aprovado, por isso a solicitação para que o reitor aprovasse via *ad referendum*. A conselheira Gabriele Mandler sugeriu que, em casos como esse, para garantir mais transparência, o documento também seja colocado como pauta à parte da portaria. O reitor propôs mantê-la em vigor e deixar a avaliação do Conselho para um momento posterior. Entrou em discussão o **Panorama da pandemia do novo Coronavírus no IFSul**. O presidente lembrou que em todas as *lives* tem procurado manter a comunidade a par do que está acontecendo, que as atividades presenciais estão suspensas desde 16 de março, para preservar a saúde e a vida das pessoas, embora tenha recebido críticas naquele momento; de lá para cá a avaliação tem sido feita mensalmente, sempre com o mesmo objetivo de preservar a vida das pessoas e hoje as atividades estão suspensas até 3 de agosto; que estas prorrogações são conversadas com os diretores e com o comitê da crise, composto por médicos e enfermeiras, que fazem o acompanhamento mais técnico; que tem visto que o Estado está num momento delicado para contágio e que o governo estadual cancelou o edital que previa retorno das escolas; isso não quer dizer que a instituição esteja parada. Estamos fazendo muitas ações no enfrentamento da pandemia e muitos colegas e estudantes têm feito ações internas e externas. Nas ações externas ressaltou a produção, em quase todos os câmpus, da construção protetores faciais, máscaras de tecido, álcool glicerinado, sabão líquido e em barra, equipamentos hospitalares e participação em projetos de vários órgãos; quanto às ações internas não são apenas de cunho institucional, mas também de iniciativas pessoais; estão sendo oferecidos cursos de qualificação para os servidores, todo o trabalho para a organização das mais de 1250 cestas básicas para estudantes em situação de vulnerabilidade social, que envolveu muitas pessoas, serviço da escuta sensível aos servidores e estudantes que tem a saúde emocional debilitada pela situação, envolvendo servidores de várias áreas; mais de 30.000 vagas em cursos, mais as 10.000 ofertadas pelo câmpus Avançado Novo Hamburgo, na área de línguas, várias *lives* e seminários feitos por colegas sobre os mais diversos temas; agradeceu a todos que se envolveram em todas as inciativas. Salientou que não existe receita nem caminho certo para enfrentar a crise, é preciso ir fazendo o acompanhamento, a análise e estudando de todas as formas os meios possíveis para se tomar cuidado com o que se faz no enfrentamento à pandemia. Não está sendo fácil para ninguém a escolha dessa caminhada; um dos temas que se tem trabalhado nesse enfrentamento é a não oferta de atividades remotas até este momento, que se justifica para não criar maior desigualdade social no acesso à educação; essa

86 desigualdade aparece muito claramente quando se oferta atividades remotas e isso em sido
87 bastante divulgado em várias notícias e várias pesquisas têm apontado nesse sentido. Essa é a
88 grande justificativa para não estarmos oferecendo atividades remotas, mas não estamos
89 insensíveis às solicitações das diversas fontes que têm solicitado a oferta de atividades remotas,
90 isso vem aumentando, principalmente na última *live*, quando houve muitas perguntas sobre a
91 questão; também vários conselheiros trazem pautas sobre esse tema. Então traz o assunto à
92 discussão, junto com as **atividades remotas**, para discutir e ver que caminho podemos tomar
93 daqui para a frente. Semana passada MEC anunciou um programa de acesso à internet para
94 estudante dos institutos federais e universidades; essa era uma iniciativa que o CONIF já vinha
95 conversando com o MEC, que esse seria um dos passos para que se pudesse pensar em qualquer
96 tipo de atividade remota. Hoje, dos 41 institutos, 32 continuam sem atividades remotas, então
97 o MEC anunciou o plano que, na prática, ainda não está sendo ofertado. A licitação será 15 de
98 julho, para posterior operacionalização; não se sabe se os prazos serão cumpridos pois envolvem
99 questões burocráticas que às vezes, fogem do controle; é um processo apoiado pela RNP que
100 tem um conhecimento muito mais efetivo sobre acesso à internet. Paralelo a isso os câmpus
101 estão fazendo trabalho de prospecção junto aos estudantes para ver qual é a situação e
102 identificar quem tem essa dificuldade; é um trabalho lento de sair atrás dos estudantes, alguns
103 câmpus tiveram mais sucesso na quantidade de estudantes que conseguiram contatar, outros
104 nem tanto. Alguns câmpus estão em fase de análise, outros ainda buscando contato com os
105 estudantes; apesar de não concluído esse processo, já há alguns apontamentos. O presidente
106 lembrou que os resultados do trabalho já foram encaminhados aos conselheiros,
107 individualizados por câmpus e o pró-reitor Rodrigo Nascimento fazer apresentação genérica da
108 pesquisa feita com os estudantes. A conselheira Gabriela Mandler perguntou por que foi feito
109 retorno dos cursos EAD, se estamos com atividades paralisadas. O presidente explicou também
110 ter sido feita pesquisa junto aos polos para verificar a condição dos estudantes EAD. O pró-reitor
111 Rodrigo Nascimento explicou que a PROEN fez pesquisa junto aos cursos subsequentes a
112 distância, que contempla 8 cursos: 4 CaVG e 4 pro-funcionário e mais 3 de graduação da UAB,
113 definindo-se pelo retorno dos cursos e também por exigência da Capes que entendia haver
114 discrepância no tratamento do presencial com EAD, mas o que motivou mesmo o retorno foi a
115 pesquisa feita junto aos polos e com os coordenadores de cursos desses polos; então foi emitida
116 a Nota 05/2020 da PROEN, definindo o retorno das atividades em 18 de maio. A pesquisa foi
117 socializada na Câmara de Ensino e no CODIR. Viu-se que, no restabelecimento das atividades,
118 teria proposta de calendário alternativo para as pessoas que não conseguiriam acesso no
119 momento da retomada. A PROEN está monitorando todos os cursos EAD, vendo calendários
120 alternativos; o número de alunos que retornou é significativo e bom, não está havendo muito
121 impacto e se considera que a EAD, neste momento, não está sendo prejudicada em função da
122 pandemia. A PROEN está avaliando continuamente, para garantir a qualidade da educação
123 oferecida, considerando a política de acessibilidade e inclusão e o plano institucional de
124 permanência e êxito. O pró-reitor passou à apresentação das lâminas referentes ao
125 mapeamento dos impactos da pandemia junto aos estudantes. Salientou que para qualquer
126 ação a ser tomada seria fundamental ter um raio x de todas as unidades; então foi criado
127 questionário, que os câmpus poderiam adaptar às suas especificidades e que ainda está aberto;
128 está sendo um trabalho minucioso e cansativo, analisando-se por curso e turmas. Lembrou que
129 as reuniões da Câmara de Ensino são abertas à participação de gestores, diretores, chefes de
130 ensino; que chefes de ensino poderiam reunir com professores para que todos tivessem o maior
131 número de informações; que a pesquisa foi encaminhada aos conselheiros para que se
132 familiarizem com os dados. Os câmpus identificaram os estudantes, o acesso, recursos à
133 internet, contexto familiar. Estes subsídios devem ser levados às comunidades para que os

conselheiros discutam com suas comunidades. Lembrou que houve 80% de respostas, mas tem que ser considerado que há câmpus com mais dificuldade não atingiram metade do percentual de respostas, por diversos motivos. Esses dados são muito importantes, pois trabalhamos com permanência, êxito, acessibilidade e inclusão e esses dados devem ser bem trabalhados para avaliação futura do que vamos fazer. Outro dado interessante é o número de estudantes com acesso à internet, em torno de 92%, que deve ter a qualidade analisada e também recursos tecnológicos; ressaltou que 92% de portadores de necessidades específicas responderam. Ratificou a importância de refletir sobre as discrepâncias existentes em cada aspecto, buscando formas de mantermos a qualidade de ensino e atendermos toda a comunidade, evitando as desigualdades. Lembrou que esses dados podem mudar até o final da pesquisa, considerando que a situação social das famílias vem sendo reduzida drasticamente em função da pandemia. Esses dados devem servir para refletirmos e nos orientar na perspectiva das ações que precisamos desenvolver. O presidente ressaltou que não estamos pensando no retorno presencial, que deverá ser discutido em outra reunião, mas sim nas atividades remotas. Propôs discutir juntas as pautas **Viabilização do calendário acadêmico, Protocolo de retorno das atividades de ensino do PPGDU/MPET, Elaboração de plano de ação e regimento de atividades remotas em substituição das presenciais, Ensino remoto para Mestrado em Engenharia e Ciências Ambientais e Responsabilidade na organização dos trabalhos de conclusão de cursos**. O conselheiro Pablo Mendes disse que o CONSUP precisa de uma definição conceitual, o que considera durante pandemia e o que considera pós-pandemia, principalmente o que considera pós pandemia. O conselheiro Nilo Campos achou os dados apresentados mas, gerou uma dúvida e uma preocupação; a dúvida é sobre o número de alunos, somando dá mais ou menos 13.000, já ouviu falar em 17.000, 20.000 alunos; então se a gente partir dos 13.000, os dados estão precisos, mas se for um número maior que não está na pesquisa preocupa um pouco e gostaria de esclarecimento; preocupa também dois câmpus Grandes, CaVG e Sapucaia do Sul terem percentuais mais baixos do que outros câmpus, mais ou menos 66% e 80% respectivamente. O presidente explicou, quanto aos quantitativos, ter pedido ao pró-reitor uma melhor apuração para ver onde estão as diferenças; lembrou que as pesquisas são recentes; que os dados da plataforma Nilo Peçanha envolvem os alunos da educação a distância, em torno de 6.000, que não fazem parte dessa pesquisa, mas a diferença persiste, deve ser mais de 13.000, os câmpus estão trabalhando diferente do que o MEC reproduz através da plataforma Nilo Peçanha, que considera um equivalente dos alunos FIC, mas a diferença persiste em relação aos números do Q-Acadêmico. Sobre a apresentação, a conselheira Janete Otte destacou que as telas apresentam número de respondentes e percentual com acesso à internet, mas que é preciso também considerar os que não responderam, ver o motivo de não responder e, mesmo entre os respondentes ainda tem um percentual descoberto; sabe-se lá se os que não responderam têm telefone, são cerca de 2.800 que não responderam, que não se conseguiu chegar até eles. Pessoas que trabalharam na entrega de cestas e outros apoios identificaram que temos alunos que estão vulneráveis no acesso à tecnologia e o ensino remoto não quer dizer só acesso às tecnologias (trecho inaudível) precisamos pensar de que forma chega até eles, se eles estão preparados para aprender, ou se fica um faz de conta que ensina, faz de conta que aprende e a gente satisfaz uma parte da sociedade. A gente tem que pensar bem esta questão, ao envolver de novo nossos estudantes, tem que ser um piloto, vários grupos de trabalho, apresentação mais individualizada, temos ainda um grande trabalho para fazer para se chegar a essas atividades remotas. Os mestrados estão pensando em uma atividade remota fora do seu currículo básico e fazer um piloto, que vai ser apresentado no CONSUP para aprovar essa forma de trabalho. O reitor destacou o esforço que os câmpus fizeram e ainda estão fazendo para chegar a todos os alunos, às vezes quase um trabalho de investigação para localizar as pessoas.

O conselheiro Francisco Brongar parabenizou a gestão pelo protagonismo na parada em março. Perguntou como é organizada a pauta, pois as cinco encaminhadas pelo segmento estão separadas. Sobre a discrepância do número de alunos, considerou certa a apresentação, uma vez que responderam os que têm acesso à internet, por isso tem que se fazer uma discussão mais séria, criar comitês para que se tenha um número melhor e chegar aos alunos que não responderam; só democratizando a discussão na instituição vai se conseguir a real situação até para discutir atividades remotas. O presidente esclareceu que as pautas são organizadas por temas, por isso as encaminhadas não estavam em sequência, mas se o conselheiro achar pertinente pode tratar agora dos comitês. A conselheira Gabriele Mandler perguntou se vai haver apresentação de acesso dos servidores, pois se vai haver ensinos remoto, alguém vai ter que postar conteúdo e tem as atividades dos TAEs também. O presidente respondeu que a pesquisa foi feita primeiro com os estudantes por ser o segmento que teria mais problema de acesso; se a partir daqui decidirmos por atividades remotas, temos que ver as condições que faltam para os servidores desenvolvê-las. O conselheiro Tomaz Souza esclareceu o questionamento do conselheiro Nilo Campos sobre o percentual de acesso à internet, dizendo que se refere a acesso qualificado, que o percentual total de acesso é 96%. 80% são os que têm internet capaz de suportar vídeos, compartilhar informações etc. O conselheiro Carlos Correa disse que vai falar sobre as pautas 6 e 8. Disse que o câmpus tem 5.182 matrículas ativas e dessas, 4.696 estudantes que ainda estão no presencial; 3.303 participaram do processo, o que dá 70% de participação; 1.393 não responderam. Do percentual respondente, 285 não têm acesso; somando esses com os não respondentes, temos 1.678 que não responderam talvez por não ter acesso e a questão chave é o que vamos fazer com eles. A instituição sempre se caracterizou por atender as pessoas em vulnerabilidade social, é a grande ação do instituto, não podemos esquecê-las, não que não se atenda as outras pessoas. Outra questão é que 19% dos respondentes disseram que a situação ficou pior do que antes da pandemia, as pessoas podem ter perdido o emprego; grande parte desses que estão em vulnerabilidade são os beneficiários da assistência estudantil, então entra a questão de como vamos gerenciar isso, na modalidade de ensino que vamos implantar, se vai ser ensino remoto, híbrido, isso acaba ligado com todas as questões de numerologia. Os números são importantes porque dão a visão do todo, mas não podemos nos focar só neles, precisamos avaliar também de forma qualitativa. É significativo o número de servidores, terceirizados e estagiários que pertencem ou convivem com alguém do grupo de risco. Não podemos esquecer dos invisíveis dentro desse processo, que representam quase 30% dentro do que foi colocado. Sobre protocolo de retorno das atividades de ensino do PPGDU/MPET e do Mestrado em Engenharia e Ciências Ambientais – MECA, o que os colegas querem é colocar o câmpus em movimento, discutir protocolos em relação ao momento atual; que os colegas do mestrado profissional em educação tecnológica se colocam à disposição para contribuir na construção dos encaminhamentos que vamos , precisamos projetar o cenário para retornar não sabendo de que forma, mas sempre preservando a vida das pessoas, a inclusão de todos e levando em conta a qualidade das nossas ações. O reitor explicou ao conselheiro Pablo Mendes que o foco da reunião de hoje é trabalhar atividades remotas para este momento, antes de pensar em atividades presenciais, começar a discussão de como fazer uma avaliação sobre oferecer ou não atividades remotas agora, antes das atividades presenciais. O conselheiro Christy Schott pediu que se atentasse mais às pessoas em vulnerabilidade social, que falaram em oferecer internet de qualidade, sendo que no seu câmpus tem gente precisando de dinheiro para comprar comida, então se olharmos com mais profundidade teremos condições de elaborar uma estratégia melhor para atender esse grupo de pessoas que precisa de mais atenção. Sobre projetos piloto, disse precisar cuidado pois há câmpus com situações bem diferentes de acesso. O projeto criado em um câmpus pode aumentar a desigualdade quando

aplicado em outro, os câmpus não podem ter iniciativas muito individuais, porque somos uma rede e precisamos estar juntos. O conselheiro Pablo Mendes pediu questão de ordem porque diz ser inacreditável hoje, uma instituição como o IFSul não ter mais de uma ideia, mais de um plano de ação sobre o retorno às atividades; a única coisa que se tem hoje é o ensino híbrido pós-pandemia e mais nada e mais nada durante pandemia, como servidor pensa que é inaceitável; perguntou se alguém tem clareza qual o dia D pós-pandemia, que a partir daquele dia não vai ter mais pandemia, ninguém sabe até quando vai, mas a gente deve pontuar, é só uma preocupação, a gente precisa, como Conselho, avaliar e deixar certinho na pauta por escrito o que o IFSul considera como pós-pandemia e como durante pandemia, porque algumas pessoas podem pensar que durante a curva, está no fim, não há mais perigo, outros só quando houver vacina já testada, com 99% de eficiência, outros com 50% de eficiência. O IFSul tem que definir o conceito de pós-pandemia porque isso vai balizar muitas ações no futuro. O presidente disse que a preocupação é pertinente, mas não quer dizer que não estejamos trabalhando, inclusive temos uma pauta que é protocolo de retorno, que é pensar no retorno das atividades presenciais, que o que está sendo discutido é se vamos ou não oferecer atividades remotas durante o momento da pandemia e a questão do conselheiro envolve as questões do retorno à atividade presencial e isso não foi colocado como pauta nesta reunião; o retorno às atividades e o pós-pandemia serão tratadas em outro momento. O diretor Celso Gonçalves salientou que precisa mais dados específicos dos câmpus e mais discussão para a tomada de decisões. A partir desses dados parciais é conclusivo que o ensino remoto estrará presente em nossas atividades; mesmo que tivesse amanhã vacina para todo o mundo, no retorno precisaríamos de atividades remotas, até porque temos que recuperar o calendário; o que precisamos discutir bastante pois os dados nos mostraram com clareza é como vamos criar a possibilidade de todos os nossos estudantes acessarem o ensino remoto; embora a gente volte com o presencial, vamos continuar com o remoto, temos que pensar se tem acesso, se não tem, se é dentro do câmpus que vamos dar acesso, quais os que têm, os que não têm. O remoto é uma realidade, temos que ver quando vamos implementar, e não está estipulando data, como vamos implementar, como fazer para que todos tenham acesso, câmpus aberto para estudantes requer protocolo, requer formas de trabalho, comprar equipamentos e materiais de consumo; vou trabalhar digital, o que o governo está propondo, inclusão digital para todos os câmpus que têm necessidade, como sanar esse problema se a gente não tiver; que foi na casa dos estudantes entregar as cestas básicas sabe da precariedade de alguns estudantes e não se pode nem pensar em deixar esses estudantes de fora, mas tenho que criar metodologia; o ensino remoto vai ser realidade no IFSul e vamos ter que dissecar esses dados para que ele nos mostrem a melhor e mais eficaz forma para que todos tenham acesso, nenhum fique de fora. A conselheira Janete Otte falou sobre a **Viabilização do calendário acadêmico – protocolo de retorno das atividades de ensino do PPGDU/MPET**. Explicou que o curso solicita a validação de um calendário acadêmico que viabilize um Protocolo de retorno das suas atividades de ensino, de modo remoto, para o segundo semestre de 2020. Essa proposição teve trâmite no Colegiado do Programa, e estabelecerá a estratégia pedagógica para início dessas atividades, na janela compreendida entre a segunda quinzena de agosto e a primeira quinzena de setembro. O curso tem um grupo qualificado de doutores e desejam trabalhar nas atividades pedagógicas do retorno remoto; não é só saber se tem ou não internet, mas o que como se pode trabalhar remotamente; que a maioria dos alunos do presencial tem o apoio do professor na sala e como será feito isso no ensino remoto? Para isso o grupo de professores do Mestrado quer se inserir nas discussões sobre as atividades remota e híbrida, como isso pode acontecer, em que disciplina, de que forma; então gostariam de participar do processo e também no Mestrado em que trabalham; eles desejam trabalhar num protocolo e apresentar no CONSUP para viabilizar alguma atividade

remota; no mestrado pode fazer isso em disciplinas seletivas, mas também gostaria de mostrar como trabalhar com os estudantes; eles trabalhariam com o câmpus e outros grupos de trabalho, na dinâmica do ensino remoto, a começar pelo Mestrado em Educação e os outros mestrados seguem a mesma linha. Sobre **a elaboração de plano de ação e regramento de atividades remotas em substituição das presenciais**, o conselheiro Pablo Mendes disse falar em nome de pessoas de vários câmpus e que deve ficar caro que é preciso cuidado com os pré-julgamentos, quem tem motivação de voltar agora com atividades remotas, e quais são: o primeiro é quem o cara, a moça é a favor das desigualdades sociais; a necessidade de voltar com atividades remotas que a gente defende, tem atas de colegiados de cursos do CaVG, são unânimes, devemos retornar; que fique claro que somos contra as desigualdades sociais, sabemos que a qualidade de ensino não vai ser igual; são pontos sobre os quais não há o que se discutir; se fizermos análise lobal, sair dessa situação quem a gente vive hoje, olhar de cima, há vários anos a gente já tem perdido qualidade no presencial, corte de verbas, de visitas técnicas, e agora nessa situação excepcional a gente vai ficar quanto mais tempo parado; que fique muito claro, pessoal que está trabalhando, estão, colegiados, reitoria, entendam, quando eu falei parado é como a sociedade nos enxerga, não importa se a gente está trabalhando 12, 14 horas por dia, para a sociedade a gente está parado, se quiserem posso mandar as atas para todos; em todos os levantamentos feitos por atas, colegiados e telefones, é certo que teremos problemas se voltarmos com atividades durante a pandemia; é professor presencial e não tem expertise para aulas remotas, preparar material, o bom é trabalhar com o ideal, mas temos que trabalhar com o real, quer chamar a atenção para o prejuízo tecnicamente e logicamente pensando, se ficarmos seis meses parados, continuando como é hoje sem alterar a instrução normativa, ninguém vai ter atividades válidas no registro acadêmico, caso tenhamos autorização para tentar construir conhecimento, se o CONSUP aprovar e se altere a IN, alguns alunos conseguiram outros não, a questão é, o aluno que não pode, por falta de equipamento, falta de internet, que o caro do IFSul não pode levar o CD com os materiais, ele vai continuar sem aproveitamento de estudos, Mas os que conseguirem, a gente precisa de um protagonismo de todos nós, par discutir formar de dar acesso a todos e acha que o IFSul está com falta de protagonismo, foi protagonista em março quando suspendeu as atividades, mas depois não houve, não culpa ninguém por isso, também é culpado, o mundo está girando, não é questão política, mas como a sociedade nos enxerga. Precisamos nos adaptar. Sobre o Mestrado em Engenharia e Ciências Ambientais – MECA, a conselheira Ana Cristina Silva manifestou-se sobre a possibilidade de atividades remotas para disciplinas seletivas e explicou haver receio de cobrança dos prazos e datas pela Capes, que há trabalhos em laboratório que não podem ser realizados agora, mas de 50 alunos, a metade precisa fazer disciplinas eletivas; perguntou se não serão respeitados os cinco minutos por manifestação. Sobre a **Responsabilidade na Organização dos Trabalhos e Conclusão de Curso**, o conselheiro Vitor Rodrigues explicou que, para os alunos formandos, no caso de Gravataí, os do quarto ano, vai ficar muito pouco tempo para a elaboração de forma correta desses trabalhos; que cada câmpus tem uma estrutura diferente para atender os alunos que não têm condições de fazer em casa, sugeriu que cada câmpus tenha liberdade de organizar a avaliação desses trabalhos, para contemplar esses alunos e também ajudar os câmpus que não têm condições de receber esses alunos. O conselheiro Evandro disse que o câmpus apoia a suspensão das atividades presenciais, mas que isso não significa que não tenhamos compromisso com a comunidade e a não significa quem o direito à educação dos alunos decai, eles continuam tendo direito à ação, reconhece que há um grande esforço para tentar minorar as consequências dessa pandemia mas, passados quatro meses acredita que tenhamos que tomar uma decisão quanto ao retorno não presencial, com atividades remotas, principalmente para as turmas do integrado; levamos de três a quatro

meses fazendo o levantamento de dados, apresentado pelo Rodrigo, e acredita que tenhamos que sair do CONSUP com o encaminhamento da possibilidade de voltar o ensino remoto para as turmas, pelo menos, de integrado, respeitando as especificidades de cada câmpus, porque o ano está passando, nós temos condições de ofertar essa educação remota no câmpus Lajeado, entendemos que há alunos que não têm acesso, mas vamos nos empenhar com todos os esforços para buscar minorar esses problemas, inclusive já trabalharam na reunião de professores um projeto para implantarmos essa educação remota paulatinamente, não voltar às atividades do integrado com quinze disciplinas, mas começar devagar, oito disciplinas na primeira semana, doze na terceira semana e analisando se essas atividades remotas estão chegando aos alunos, tentando resolver o problema daqueles alunos que a gente não tem contato, ir em busca deles, mobiliando o nosso *staff* de servidores e professores para minorar esse problema, mas o câmpus acredita, inclusive fez e enviou uma carta para o e-mail do Conselho, junto com o projeto inicial, para que avaliem e possa sair com uma decisão para que aqueles câmpus que têm condições de começar a fazer um atendimento, comecem a fazê-lo. Com certeza vão haver problemas, e esse é o nosso desafio, temos que resolver esses problemas, temos que incluir todos os alunos, a pandemia é um desafio que se coloca para toda a instituição, o que não pode acontecer é a gente ficar muito tempo parado, porque o ano está passando, então faz uma defesa veemente para que este Conselho hoje já encaminhe alguma aprovação de possibilidade de que os alunos das turmas do integrado possam ter essas atividades remotas e que cada câmpus planeje e a gente pode compartilhar isso com vocês, de que forma consegue implantar essas atividades, acha que não dá para ficar para o próximo CONSUP, os alunos ficam sem atendimento e a comunidade está nos cobrando, por isso acha importante hoje sair com alguma decisão, respeitando os câmpus que não têm condições de fazer isso, respeitando as especificidades, mas permitir que os câmpus que já podem, que os docentes estão juntos, os servidores estão juntos, poderem dar esse atendimento; não se justifica ficarmos em casa, pesquisa está funcionando, extensão está funcionando, mas o ensino também tem que funcionar para as turmas de integrado, esse é um pedido que faz como representante dos docentes, que o Conselho avalie com todo caminho para que saia hoje daqui com a decisão de dar o pontapé inicial nessa ação, a gente não pode ficar inerte, as universidades federais já estão se mobilizando, a UFSC está oferecendo, da Paraíba, alguns institutos também estão; nós somos referência em tecnologia no país, então temos que fazer uso desses instrumentos. A conselheira Gabriele Mandler disse ter questão de ordem, temos que definir, mas como vai ser, antes de definir pauta por pauta, qual vai ser o calendário, não se sente capacitada para isso neste momento. Sobre a pauta do aluno, que foi muito pertinente, a gente vai definir se vai ter ou não a atividade remota e a segunda pauta vai ser cada câmpus por si ou somos uma rede e volta todo mundo junto para a partir daí fazer a discussão. Propôs, se voltar os cursos, vai ter alteração de calendário de todos os cursos, que sejam apresentados no próximo CONSUP para a gente poder balizar o que vai ser uma coisa e outra e também pra conseguir ver o que vai se fazer com aquelas pessoas que não têm acesso, provavelmente o calendário vai ter que mudar em alguma questão assim; se o aluno não tem acesso vai ter esse período aqui para essa parte de avaliação. O reitor ratificou que o assunto é atividades remotas, se vamos seguir ou não esse caminho é o que estamos discutindo aqui, e se for uma opção válida, definida por este Conselho, nós vamos ter que ver todas as consequências e cuidados a serem tomados para colocar isso em atividade; a questão do calendário evidentemente terá que ser cuidada e analisada, mas isso não vai se resolver hoje, estamos começando a discussão, então calendários serão propostos posteriormente. A conselheira Cláudia Schwabe manifestou-se sobre a proposta do colega Evandro Fernandes. Disse quem toda e qualquer discussão que é pensada, é extremamente bem intencionada, todos nós queremos o melhor para os nossos

estudantes e a palavra que subjaz qualquer pensamento tem que ser inclusão, sem isso nós não podemos fazer, nós precisamos sempre dos números e , a partir dos números desse maravilhosos e amplo levantamento que foi feito, nós precisamos, diante desses números, olhar os indivíduos, seres humanos que estão por trás. A questão do ensino remoto emergencial não se esgota hoje e fazer isso de forma a implementar em todos os câmpus é um caminho muito longo e não sabemos fazê-lo ainda. Algumas coisas sobre o que o professor Evandro já colocou, ele vai disponibilizar, em função de tempo, o pedido de todos do câmpus Lajeado, está se referindo à carta assinada por todos os segmentos, discentes, docentes, TAEs e direção-geral. Somos um câmpus pequeno e não vamos, neste primeiro momento, conseguir implementar o ensino remoto com todas as turmas, aí estaríamos excluindo alunos, por isso a questão do ensino integrado, porque como foi colocado na pesquisa, e nós fizemos nossa própria pesquisa interna, fomos atrás de cada aluno, num câmpus pequeno é mais fácil de fazer, sabe da complexidade em outros câmpus e, além disso, no ensino integrado por ser cem por cento. No subsequente e especialização não é possível neste momento, e aí estaríamos excluindo e isso não podemos fazer. O que propomos e pedimos para este Conselho é que nos deixem tentar. Temos toda uma proposta montada, todos os professores se engajaram. Como vamos fazer isso, é uma coisa nova para nós, temos que aprender porque não sabemos o processo, temos muito planejamento, muita questão já colocada. Na primeira semana são cinco disciplinas, na terceira, quarta semana é que a gente vai começar com mais disciplinas, sempre reavaliando, colocando aqueles professores que se sentirem mais confortáveis nesse ensino remoto, é uma coisa pragmática na ponta que a gente minuciosamente planejou. Tudo que a gente pensa tem que envolver inclusão, qualidade de ensino, claro que não é igual ao presencial, mas estamos nos esmerando porque, em primeiro lugar, vem a saúde, o presencial está muito distante da gente, então saúde, inclusão, qualidade, a gente quer fazer, por isso tem a carta enviada para todos os conselheiros e também o plano detalhado que a gente quer tentar fazer. A gente pede que nos seja oportunizado, que este Conselho se sensibilize e nos autorize a tentar levar ensino para aqueles que têm acesso, não sei se vai dar certo, talvez no próximo CONSUP eu diga, esqueçam, não deu certo, mas a gente tentou, que isso seja um experimento, uma possibilidade quem nos é dada, porque somos um câmpus pequeno e vamos começar com aqueles que podem, que têm acesso, essa é uma questão muito complexa, muito difícil do ensino remoto e se a gente esperar todos cursos de todo os câmpus, a gente vai demorar meses, diante da complexidade. A conselheira Ana Cristina Silva lembrou que esse assunto não vai ser definido hoje, muito complexo, todos vamos ter que buscar a opinião dos nossos pares, talvez grupos de estudo, no início o presidente falou que somos uma instituição que busca a inclusão, a gente tem que pensar na pedagogia que não pense nos privilegiados; no câmpus Pelotas temos do Proeja até o doutorado, são públicos muito diferentes e agora temos que pensar nos que não têm acesso à tecnologia, ao transporte para ir a algum polo; temos que pensar de que forma a gente vai fazer com que esses alunos quem não têm acesso consigam, a gente vai ter que disponibilizar computadores, o que for necessário, é uma caminhada muito longa, temos que pensar em tudo isso, no impacto social e financeiro, tudo. Entendo os colegas que querem atividades remotas, trabalho com tecnologia e vejo a dificuldade que está sendo todo esse tempo que a gente está aqui tentando fazer alguma coisa; temos que pensar nos que não têm acesso, os que têm já são privilegiados; gostaria que os conselheiros tivessem essa consciência, nós somos privilegiados, mas e os nossos alunos que não; que não se entre numa armadilha de já estar excluindo esses alunos; o Conselho já devia estar discutindo isso há meses e não vai ser hoje que vamos chegar a uma conclusão. O pró-reitor Vinicius Martins disse ter feito reunião ontem com os programas de pós-graduação sobre essa pauta; os programas fizeram pesquisa e manifestaram que 99% dos alunos possuem internet qualificada e são favoráveis ao retorno das atividades remotas

em disciplinas específicas e eletivas, que foi o PPGDU do câmpus Pelotas, PPGECA do câmpus Pelotas e PCTE do CaVG, são favoráveis ao retorno das atividades, então pede autorização do CONSUP para começar a trabalhar esses planos para o retorno das atividades remotas, de maneira bem pensada e planejada, considerando que todos os alunos possuem acesso à internet qualificada e considerando que eles estudam todo o funcionamento e aplicação de técnicas educacionais para o melhor percurso formativo dos alunos e acreditam que o retorno das atividades de maneira efetiva do ensino deve ser de maneira gradual, primeiro com a graduação *stricto sensu*, depois a *lato sensu*, depois graduação, depois ensino médio; que a graduação *stricto sensu* seria o piloto para avaliar as técnicas, considerando que tem tecnologias, são todos doutores por formação e podem efetivamente contribuir para o retorno das atividades. Os programas se manifestaram favoráveis e o ProfEPT se manifestou contra o retorno das atividades de forma remota. O presidente voltou a solicitar que o bate papo seja usado para pedidos de inscrição e encaminhamentos. Após pausa para almoço, o conselheiro Pablo Mendes chamou a atenção, falando em desigualdade e acessibilidade, todas as instituições federais de ensino estão sendo desiguais, perguntando se o número de alunos que querem participar do IFSul é maior do que as vagas que dispomos, não sabe o número exato, mas é certo, exatamente por isso temos que fazer processos seletivos, vestibulares, então se vamos pensar por este lado, vamos longe na discussão, mas só queria deixar claro para que todos pensassem de quem forma seremos mais injustos hoje, será que continuando como está, sem ofertar atividades remotas ou seremos ainda mais injustos com aquelas pessoas que têm o plano pronto, como a colega de Lajeado que teria o plano feito para tentar retomar, nesse sentido solicita que se vote hoje a questão da instrução normativa, a alteração da IN nº 10, para atualizar, permitindo o retorno das atividades remotas durante a pandemia; essa é a solicitação que deixa, a fim de atender a todos; isso não vai tirar a unidade do IFSul, nós temos a unidade, todos somos contra a volta presencial durante a pandemia, está claro, não temos unidade para voltar em todos os câmpus isso não é funcional, fica essa proposta de encaminhamento. A conselheira Janaína Corneli perguntou se, voltando remotamente, a gente tem condições de que o servidor suporte as plataformas de suporte simultâneas, se sim, qual a quantidade de acessos que a gente tem; quando a gente vai fazer o mapeamento dos indivíduos, a gente já está fazendo, mas a questão prática e técnica preocupa, se todos os câmpus vão fazer ao mesmo tempo, vamos ter condições de manter com qualidade de acesso? Porque uma das questões levantada há pouco é como a gente mudou a plataforma de acesso do SUAP, no câmpus Sapucaia teve várias dúvidas e permaneceu por longo período; se a gente vai voltar com uma atividade remota precisamos ter certeza que tem condições viáveis para quem vai retornar, mesmo que seja uma definição por câmpus, que a gente não vai ter uma série de problemas pós essa retomada. O presidente explicou que quantidade de acessos e suporte, de receber quantos alunos, é um trabalho de avaliação que terá que ser feito, só na prática vai dar conta disso; por exemplo esta sala da RNP que estamos usando hoje, até 75 pessoas por sala, cada servidor docente ou TA tem condições de marcar na hora, mas há um limite de quarenta dessas salas simultaneamente; se a gente definir pela oferta de atividades remotas neste período, antes das atividades presenciais, vamos ter que trabalhar questões de suporte, de técnica, para ver as condições de dar conta de todas as necessidades que vão vir com a definição, ratificou que estamos fazendo um debate para ver quais encaminhamentos teremos. O pró-reitor Rodrigo Nascimento registrou que neste momento é importante refletir o ensino remoto, mas também que todo o CONSUP esteja ciente do que é a definição atual de ensino remoto, do que é EAD, do que é ensino híbrido, porque tem diferenças nesse contexto. Ressaltou que as primeiras portarias que saíram do MEC ou da SETEC deram entender que as instituições usassem a EAD nos cursos, mas nos percentuais legais quem é 20-% no ensino médio, técnico e integrado e 40% nos cursos de graduação e que,

naquele momento, a EAD, como é hoje, modalidade educacional que a mediação didático-pedagógica no processo de ensino e aprendizagem ocorre por meio das TICs, em lugares e tempos diversos, mas sempre com foro de discussão e intervenção, requerendo preparo pedagógico de equipe organizada para isso, com tutores, professores mediadores e que EAD é o que temos hoje nos oito cursos subsequentes e nos cursos da UAB; há uma legislação específica para EAD, e naquele momento não tinha como ser oferecido, nem organizado. O ensino remoto, foi batido o martelo para as instituições depois do parecer do 05 CNE, que é de 28 de abril e só homologado pelo MEC no dia 01 de junho; então, a partir desta data as instituições entenderam o que é o ensino remoto que o CNE ia definir. A partir de 01 de junho é que se configurou o uso de atividades pedagógicas não presenciais e que as mesmas poderiam ou não serem mediadas pelas tecnologias de formação e comunicação. O mesmo parecer trouxe o cumprimento de apenas as 800 horas, “abolindo” os 200 dias letivos enquanto persistirem as restrições sanitárias. Hoje, se formos pensar nas disciplinas que temos no IFSul, temos 7.122 componentes curriculares e para que todos usassem alguma tecnologia digital e que a gente configurasse tudo isso numa plataforma precisaria de um servidor robusto, com capacidade de armazenar, fazer gestão, o acompanhamento pedagógico; nesse contexto surgiu a oferta de atividades pedagógicas não presenciais, com a definição do CNE, que poderiam ser por meios digitais, videoaulas, conteúdos organizados em plataformas, redes sociais, correio eletrônico, uma série de coisas, até por meio de programas de televisão e de rádio, material didático impresso, leituras, projetos, pesquisas. É importante avaliar nesse contexto se vamos ou não usar o ensino remoto em substituição às aulas presenciais. Dá a entender que a gente deveria então cuidar das instâncias competentes e elaborar as diretrizes institucionais; essas diretrizes é que vão permear o ensino remoto no IFSul, porque precisamos ter documentos orientadores, inclusive para qualquer início de atividade, senão cada um vai fazer de um jeito; por isso tem a PROEN para auxiliar, a câmara de ensino, que já está com conhecimento bárbaro porque vem trabalhando há muito tempo, temos a fala de muitos conselheiros que têm grupos de trabalho e pessoas que gostariam de criar grupos de trabalho nos câmpus, e aí montar as diretrizes para permear esse trabalho. O conselheiro Cristian Conceição disse estarmos no caminho do remoto e vamos admitir que não tínhamos o remoto como opção, até porque estávamos cientes, e agora com dados melhor ainda, das possibilidades que se tem que são muito deficientes; esse momento é inédito para todo mundo, mas nunca estivemos parados, em abril já estávamos trabalhando com pesquisa, a gente não para, ao instituto é muito mais do que uma escola, então por mais que a gente esteja rumando para o remoto para mostrar para a sociedade porque é um direito das pessoas ter a educação, nossos estudantes têm o direito de ter essa educação, a gente tem tido pequenas ações, mas defende algo que vai contra alguns conselheiros, a gente tem que atuar como rede, a gente tem que se defender, sabe que temos necessidades e dependendo de como for fazer o remoto, mesmo dentro de um câmpus terão especificidades; foi pessoalmente entregar cestas e tem aluno que não pega celular, tem aluno que não tem a mínima condição, se a gente for como instituição a gente é muito mais forte, se a gente agora for se separar, como definir que um curso pode, outro não, um câmpus pode, outro não pode; é muito mais fácil a gente lutar junto contra tudo isso do que separado, para tentar atacar pontualmente, ano passado, quando a gente não tinha dinheiro, foi o pior ano dos institutos federais para orçamento, ninguém tinha dinheiro para fechar o ano e a gente distribuiu entre nós recursos para todo mundo chegar junto num momento, porque uns iam chegar mais, outros menos, e gente distribuiu recurso. O câmpus Venâncio este ano tinha recurso do PNAE para mais de 300 cestas básicas, mas não ia usar 300 então a gente distribuiu aquele recurso para câmpus que não tinha, a gente agiu como rede, muito mais forte. A criação dos institutos federais, está lá na nossa história é para os desvalidos da sorte, a escola de artes e ofícios, é para

518 tornar a sociedade mais justa dentro do possível, perfeito a gente não vai atingir, mas essa é a
519 utopia da criação dos institutos; é pra gente correr atrás o tempo todo para tentar solucionar
520 essas mazelas, a gente não vai conseguir, mas sozinhos muito menos, vai defender até o final
521 quem a gente atue como rede; as proposições do mestrado a gente ajudar, correr atrás, a gente
522 tem uma câmara de ensino que fez propostas, pena que o CONSUP não viu as apresentações na
523 íntegra, que é maravilhoso, só o câmpus Venâncio deu 74 páginas de trabalho de levantamento
524 dos alunos, acho que nenhum rede tem hoje a informação que a gente tem, tão consistente.
525 Talvez tenha que fazer remoto, mas se a gente for fazer sozinho, uns começando antes, outros
526 depois, enfraquecemos. Juntos, até hoje a gente fez muita coisa legal e se a gente souber
527 trabalhar junto, teremos problemas sim, mas vamos lá. Viu algumas proposições, vamos
528 começar por aqui que já temos 100%, o superior tem, o integrado aqui tem, e agente empurra
529 com a barriga s que não têm, a gente tem que começar atacando os piores, esses é que precisam
530 da gente, eu tenho turma de Proeja que ninguém tem computador, é esses que a gente tem que
531 ajudar, é esses que a gente tem que trabalhar, a gente tem que ter um plano para os estudantes,
532 um plano para os pais, u plano para os servidores, mas eu proponho que a gente se una sim, se
533 é para fazer um plano piloto, mas que todos façam juntos, com unidade, não unanimidade,
534 teremos bandeiras diferentes, situações diferentes, mas que cada câmpus se adapte a suas
535 circunstâncias, temos que vencer juntos. O conselheiro Francisco Brongar disse ter entendido
536 que os mestrados estavam pedindo autorização para voltar com atividades remotas só nas
537 disciplinas eletivas, não as obrigatórias. Disse que om Pablo, pela manhã, colocou a qualidade
538 decrescente para o ensino, até como justificativa para o ensino remoto. Diz não ver isso, que o
539 instituto faz uma educação de excelente qualidade e a gente não está negando o ensino remoto,
540 a gente vai ter que fazer. A fala do Cristian contemplou bastante, a gente tem que estar unido,
541 sim, e fazemos juntos, a gente não é uma federação de câmpus, o instituto é único e a gente
542 tem que ter uma posição única, se vamos fazer ensino remoto, em que ser em todo o instituto,
543 não no câmpus a, b ou c, nem na modalidade a, b ou c, tem que ser para todos e acha não ter
544 se explicitado bem quando propôs o item 11, porque criar comissões não é só para
545 infraestrutura, é também para debater ensino híbrido, remoto; sabe que o instituto não está
546 parado, principalmente os técnicos têm feito atividades remotas, a gestão também,
547 demonstrado por todos os dados que a gente tem e apresentados hoje, mas isso tem que ser
548 democratizado, por isso a proposta das comissões; viu a proposta do CONIF e acha que é naquela
549 direção, mas não é só para se ver estrutura, claro que vai se precisar de mais dinheiro, como o
550 Flávio falou há pouco, a gente pode abrir quarenta salas, o Rodrigo falou que temos 7.122
551 componentes, a gente está precisado, parece que o MEC está colocando, tomara que a gente
552 consiga, no momento que se for decidir se faz ensino remoto ou não, seja ensino para todos,
553 não seja só para alguns. O pró-reitor Vinicius Martins corrigiu a fala anterior, explicando que o
554 ProfEPT continua ofertando disciplinas eletivas, já previstas no projeto do curso que foi
555 aprovado pela Capes e são contrários a transformação de disciplinas obrigatórias em remotas.
556 O conselheiro Lucas Vanini disse ser emocionante ouvir certas falas nesse momento de tensão,
557 inesperado por todos; que chamou a atenção a fala da Cláudia, nos deixem votar, é muito
558 emocionante, porque tem os alunos que nos procuram, enfim, momento bastante tenso para
559 todos. A sua inquietação é a respeito de algumas coisas. Acredita que a saúde; quando a gente
560 decidiu para levou em consideração primeiramente a saúde de todo mundo, servidores, alunos,
561 pais dos alunos, familiares, porque na pesquisa que nos foi apresentada, que o câmpus Passo
562 Fundo realizou, teve muitos alunos que colocaram que moram com os avós, com os pais, nossa
563 casa é pequena e tem que levar em consideração todos esses aspectos, acredita que a situação
564 de cada lugar seja importante e, levando em consideração que a saúde vem em primeiro lugar
565 e acertamos em para esse tempo, respeitar esse tempo, queria colocar algumas coisas com

relação a cada região específica; estamos na região de Passo Fundo, que talvez seja uma das mais atingidas por esse vírus, estamos quase sempre na bandeira vermelha, uma região com bastante incidência e queria que os colegas refletissem em relação a cada região específica; é professor, tem duas turmas, engenharia civil e mecânica e vê que não dá para comparar as turmas porque cada uma tem suas características, suas especificidades, não tem como levar as duas no mesmo nível, queria conversar mais sobre isso porque a gente está trabalhando em rede, mas a região de Passo Fundo que está sempre com a bandeira vermelha e não pode comparar com outra cidade que está há dois, três meses sem casos, então é difícil concordar com isso, o ensino remoto tem que voltar, se esperarmos o presencial sabe-se lá quando a gente vai voltar, mas a autonomia de cada câmpus deve ser vista porque não tem como comparar uma região de bandeira vermelha com uma que há dois ou três meses não tem casos ou tem bandeira amarela; vê o que o Cristian comentou, que foi bem pertinente, mas que por outro lado a gente não deixe de trabalhar em rede. Por exemplo, os calendários acadêmicos, a gente tem autonomia para cada câmpus construir o seu, obviamente respeitando uma diretriz maior, então é uma questão bem complexa, com muitas variáveis que têm que ser levadas em consideração, considerar os dados de cada região, as pesquisas realizadas, trabalha bem com esses dados, interpretar bem os dados para depois chegar a uma conclusão. São muitas variáveis envolvidas e não é fácil chegar a uma conclusão, mas a autonomia de cada câmpus talvez, como a Cláudia falou, propor o seu calendário, o ensino remoto, a gente tem que debater mais o resto. O que o Cristian falou deve ser um objetivo, o IF Sul como instituição maior, nós temos que chegar a um consenso de todos os câmpus para termos uma posição final. O conselheiro Nei Santos Jr apresentou elementos para pensarmos a atual conjuntura; podemos observar que a retomada do calendário letivo nos permite pensar por diferentes caminhos e é um pouco isso que tem sido expresso pelas falas dos colegas; como foi dito pela parte da manhã, alguns conceitos precisam ser esclarecidos, precisamos fazer algumas distinções; o colega Pablo falou do conceito de pós-pandemia e aparece muito nos vocabulários, é um tema interessante nós pensarmos e outra questão que tem chamado a atenção e parece ter uma distinção necessária é atividades remotas e ensino remoto; são coisas que conversam mas não são a mesma coisa, não é a mesma característica de atividade, mas como elemento para pensarmos é importante observar que alguns imperativos empresariais estão em confronto com o campo da ciência, com o planejamento da saúde pública; nós também sofremos pressões, de grupos econômicos que estão vendo na pandemia uma oportunidade imperdível para grandes negócios para a educação mediada pelas tecnologias. A preocupação, e parece quem isso é um elemento muito forte no jogo, a preocupação em transpor uma pandemia como se ela não existisse ou as tentativas de reduzir a educação a acesso a aparelhos eletrônicos, conexões em rede de internet também parece ser um viés perigoso. Algumas leituras parecem que estão apontando que nem todos os estudantes possuem o acesso adequado à internet, que pais e responsáveis não têm disponibilidade para ajudar seus filhos, então fica notório que algumas propostas aumentariam as desigualdades sociais, funcionariam quase como um dispositivo de acelerador. Devemos buscar a viabilização de projetos adequados à diversidade do sujeito, da educação, modos de vida, respeito a algumas culturas, as questões da especificidade da ciência pedagógica, a aprendizagem, o ensino (inaudível), o momento que estamos vivendo que de forma contrária estariam sendo resolvidos a partir da modalidade presencial. Vejo propostas, por exemplo, de colegas que querem jogar as atividades práticas experimentais dos cursos para o retorno presencial. Isso, de alguma maneira, fere a própria concepção de formação integrada, quando a gente joga parte do currículo para adiante. Vejo colegas que têm demonstrado que já avançaram nos estudos na perspectiva do retorno e, ao invés de retornarem de maneira individual ou pedirem autorização para o Conselho para que isso aconteça, que compartilhem suas pesquisas,

esse é o espaço para debate, das reflexões, inclusive das discordâncias; Gostaria de dizer que apoia a ideia da formação de grupos de trabalho para estudar, avaliar, propor diretrizes que podem, de alguma maneira, organizar as atividades remotas e pensar essa possibilidade que, até então, não tem legislação, não tem conceito único e universal. A deliberação deve ser institucional, coletiva e plural. Não podemos permitir que este Conselho delibere por autorizar caminhos individuais, que possivelmente podem cair em divergências individuais; devemos estar em conformidade com os princípios político-pedagógicos do IFSul, nenhum para trás, esse deve ser o nosso lema. O conselheiro Evandro Fernandes, em relação à colocação do Cristian colocou que nunca tivemos condições ideais de ensino nem na rede federal nem na rede municipal ou estadual, que devemos continuar na utopia e nós devemos continuar nessa luta política (trecho inaudível); se a gente for olhar para a área da saúde, enfermeiros, médicos, eles também carecem de máscaras e equipamentos, mas eles não deixam de agir. O que preocupa é a nossa inércia, não no que diz respeito a que a gente não esteja planejando, a gente está se reunindo, fazendo pesquisa e levantamento de dados, mas o tempo está passando e urge que a gente possa atender os alunos da melhor forma possível e dentro daquelas condições que nós temos e a luta política pela educação presencial, pela estruturação do IF para poder entender vai continuar, é um momento de exceção, é isso que a gente tem que entender e neste momento de exceção a gente tem que agir, arregaçar as mangas; e se nós ficarmos muito no debate dos conceitos, se não tomarmos uma atitude, nós vamos até outubro, nós vamos até novembro e vamos chegar em dezembro e vamos entrar em férias e pergunta como a comunidade, como os estudantes vão enxergar isso, porque da rede pública nós somos os servidores, estamos recebendo os nossos salários, ele cai todo mês na nossa conta; eu tenho que atender o meu aluno, eu tenho que dar conta daquele aluno que não tem condições também e entende que no câmpus x, y e z não há essas condições para atender a todos, mas a gente vai tentar pelo menos correr atrás. Em Lajeado também não temos condições de atender 100%, mas aqueles 5%, 7% nós vamos correr atrás, vamos fazer tudo o que é possível para tentar atingir eles, só o que a gente não pode é ficar inerte, a gente tem que agir, é só isso que preocupa e outra, mecanismos legais o MEC já está criando para a gente fazer isso; as redes particulares estão todas fazendo e nós que somos institutos federais não estamos fazendo, somos referência em tecnologia e não estamos fazendo. Acredita que a gente deveria entrar com ensino remoto, ajudar os câmpus que precisam, isso não é falta de solidariedade; se o câmpus x não tem tantas condições, a reitoria vai ter um outro olhar para ele; se o câmpus y não precisa de um olhar tão atento, a reitoria vai se focar naqueles câmpus que necessitam de fato um atendimento mais específico; isso também é respeitadas as especificidades; quando a gente entra em greve, a gente recupera nossos calendários independentemente uns dos outros, quando a gente faz os nossos movimentos paredistas, alguns câmpus aderem, outros não aderem, a gente não é sempre uma união; temos que ser honestos, nós temos câmpus que estão com seus calendários atrasados porque paralisaram e não é uma crítica, porque eu também pertenço ao sindicato, lógico que tem momentos que a gente tem que parar, que ninguém interprete mal, mas a gente sabe que os nossos calendários não são os mesmos, nunca foram os mesmos. Cada câmpus tem a sua especificidade de calendário, mas a gente trabalha junto e a gente não está trabalhando em condições privilegiadas em Lajeado. É um câmpus pequeno, então se olhar para outros que são maiores, pode-se dizer muito mais privilegiados do que nós; é que nós estamos com vontade de fazer, estamos sendo cobrados pelas nossas comunidades. O conselheiro Everton Felix disse que sua fala representa o que foi discutido no câmpus e a posição é que ainda é muito precipitado entrar em votação sobre o retorno das atividades de forma remota. Este é o primeiro CONSUP que estamos tendo de socialização com todas as representações, sabe que foi muito discutido na Câmara de Ensino que tem representação de

662 todos os câmpus; hoje traz uma posição de voto da sua representatividade, porque é a primeira
663 vez que todos os colegas estão acompanhando a transmissão. Gostaria de dizer que hoje não
664 temos suporte para tecnologia para trabalhar com ensino remoto, se a gente for usar zoom, ou
665 utilizar o meeting, como já comentado, não temos acesso restrito; não temos dados cruzados da
666 pesquisa dos alunos, não sabe se temos, no grupo de risco, se são ou não os mesmos alunos que
667 não têm acesso à internet, se depois a gente fosse falar sobre o ensino híbrido, que teria o
668 presencial, se seriam os mesmos alunos, não temos a metodologia que vamos trabalhar, não
669 temos como será feito o registro dessas atividades, se vamos trabalhar com nossos alunos em
670 nível institucional; cada câmpus não pode sair registrando da forma que quiser essas atividades,
671 mas também entende que a gente não vai estar diante de um cenário ideal, a gente não vai estar
672 com tudo pronto para iniciar, a gente vai ter que iniciar com o ensino remoto, recuperar
673 calendário certamente não vai ser com sábado letivo, quatro meses parados, no momento de
674 hoje, como representante docente sabe que não tem condições de votar representando seu
675 segmento. A conselheira Vivian Correa disse que o câmpus Gravataí propôs uma pauta que era
676 um plano de trabalho que incluísse o ensino remoto para a volta das atividades. Nós
677 entendemos que o retorno presencial (inaudível). Nossa sugestão é que a gente tivesse um
678 grupo que fizesse um planejamento que fosse amplamente divulgado e que previsse o retorno;
679 discutimos muito com docentes e direção e todos disseram que precisa ter um plano de trabalho
680 e o que o colega de Lajeado falou é o que a gente passa lá, nós recebemos cartas de pais de
681 alunos para saber qual a situação, quando vamos voltar, a previsão, o que a gente está
682 discutindo é para ver um meio de atendê-los, isso vai demorar, mas temos que ter um plano
683 para dizer à comunidade que estamos no ponto x daquele plano e planejando uma volta dentro
684 das possibilidades de cada unidade. O conselheiro Rocelito Andrade disse ser evidente que esta
685 situação que o mundo está passando é um desastre para a economia, para a saúde, muita gente
686 perdendo emprego, e é um desastre para a educação, também; alguns comparam o que está
687 acontecendo com a terceira guerra mundial. Dentro desse cenário não tem saída ótima, existe
688 a saída menos pior; para onde a gente for, receberemos críticas, mas chegou a hora de o
689 instituto agir, a proposta que deixa é que seja criado um grupo de especialistas em pedagogia e
690 andragogia, porque tem alunos adolescentes, semicrianças e adultos, e que esse grupo ouça os
691 outros institutos que já retornaram, já têm uma caminhada que nós não temos ainda e que, em
692 função desses especialistas, ouvindo-os, a gente implemente o ensino remoto; ver que
693 dificuldades financeiras e de pessoal eles vão elencar; isso vai ter um custo de trabalho e um
694 custo financeiro que vamos ter que buscar recursos, acredita que esse recurso técnico não pode
695 ser executado por um grupo como nós, de setenta pessoas, tem que ser um grupo técnico
696 especializado ouvido os institutos que já trilharam esse caminho; propõe que se vá pelo caminho
697 do ensino remoto, desenhado por um grupo de especialistas. A conselheira Gabriele Mandler
698 disse estar contemplada pelas falas anteriores, mas as pessoas falam do calendário acadêmico
699 ser diferente, mas quando a gente parou, decidiu parar todo mundo junto, tinha uma bandeiras
700 diferentes, por exemplo em Venâncio estava amarelo naquele momento, 16 de março, foi uma
701 decisão do CODIR, não foi chamado o CONSUP, mas foi a decisão que se tomou; fala para a gente
702 ser coerente; se a gente decidiu parar junto, na coerência que vê, todo mundo vai entrar ao
703 mesmo tempo; leu a missão do nosso instituto, então o nosso fim é desenvolvimento e inclusão
704 social; lembrou que está como representante TAE, mas que também é aluna, está fazendo um
705 curso subsequente de refrigeração, este ano teve um mês de aula, então está na mesma
706 situação; dentro de seu curso a realidade é muito diferente, 25% da turma não conseguia pegar
707 internet; a gente tem que cumprir o que o instituto tem, se é equidade, a gente tem que dar as
708 possibilidades para todo mundo; se alguém tem mais dificuldade, a gente tem que gerar os
709 recursos para que aquela pessoa também consiga acompanhar as matérias, senão a gente vai

710 virar escola privada; a gente não visa ao lucro, a gente visa a uma educação integral, a gente tem
711 que parar de olhar só os nossos câmpus e olhar todo mundo, estamos todos sofrendo por uma
712 situação que nunca aconteceu no mundo, uma pandemia, a gente está em quarentena também,
713 não pe uma situação fácil, a gente tem um problema, a gente mudou toda a nossa vida, a gente
714 não vai visitar as pessoas, não vai a festas, a gente vai ter que mudar, vê a possibilidade de
715 ensino remoto, sim, porque o aluno de determinado câmpus não é mis importante do que o
716 outro. O conselheiro Nilo Campos disse que está trabalhando mais agora do que se estivesse
717 trabalhando fisicamente no seu setor na reitoria, o volume de trabalho é maior e isso deve estar
718 acontecendo de forma remota nos diversos câmpus, porque é de onde vem o trabalho que cai
719 em sua mão, compras, licitações. Em relação ao técnico-administrativo tem convicção de que a
720 maioria está trabalhando, então a gente não pode ficar nesse discurso de que o IFSul está
721 parado, isso tem que ficar bem claro, o IFSul está sem aulas, mas não está parado. O motivo que
722 nos fez parar foi questão de saúde, uma questão sanitária e, enquanto isso não estiver resolvido
723 e seguro, o problema não está resolvido e só devemos pensar em retorno físico quando tivermos
724 segurança sanitária, segurança da nossa saúde, dos nossos alunos e acredita não ser para este
725 ano. Não há condições, não há suporte para atender 100%, que seria a forma de não haver
726 desigualdades, não dá para aceitar que se diga que estamos atendendo a grande maioria; se
727 ficar gente para trás, não serve, não podemos deixar alunos para trás e nós temos, e não são
728 poucos, em condições que a gente nem imagina. Acha que o IFSul melhorou muito nesse
729 quesito, porque iniciou na Escola Técnica em 43 para ser uma escola para os filhos dos
730 trabalhadores, mas já houve um momento da sua história que elitizou muito o ensino no IFSul,
731 cursinho preparatório e agora tem a impressão de que ele voltou a ser muito mais inclusivo,
732 muito mais social, então a gente tem que cuidar disso, é a nossa missão; não se sente confortável
733 em deixar alguém para trás e nesse momento, claro que a gente tem que ouvir a comunidade
734 externa, ouvir o que acontece fora dos muros, mas na sua devida proporção, porque se a gente
735 começa a prestar muita atenção no que os outros querem que a gente faça, talvez a gente decida
736 fazer o que não é o melhor para todos; que sabe o que tem que ser feito somos nós e não as
737 pessoas que estão fora do IFSul; dessa forma vê que sua fala se aproxima muito da fala dos
738 colegas de Conselho, Nei, Cristian, Everton, Gabi, que são falas muito coerentes, com as quais
739 concorda. O conselheiro Tomaz Souza disse ter sido contemplado nas falas anteriores, a gente
740 tem que trabalhar como rede, padronizado, organizado, não pode ser cada um por si, isso nos
741 fortalece; não dá para comparar uma fala com a rede privada, a nossa é uma instituição pública,
742 pressão sempre vai existir, a gente está num período da história em que as instituições públicas
743 estão sob pressão, sob ataque, então não se pode ceder a uma pressão que vá contra o que
744 dizem as autoridades sanitárias; a irmã é médica na área de Porto Alegre e a gente sabe que
745 está muito próximo da bandeira preta, o Brasil tem mortes diárias, então isso tem que ser
746 pensado no retorno; quando foi feito o levantamento, comentou-se em abrir o câmpus para os
747 alunos que não tinham acesso; vamos supor que aconteça um surto nesses alunos que foram
748 até o câmpus, também aí a opinião pública vai se voltar contra nós, isso tudo tem que ser
749 pensado e a forma de minimizar é agir em rede, organizado, ninguém está negando o retorno
750 remoto, mas que ele seja feito com critérios e debatido em todas as câmaras; o pessoal que fez
751 levantamento e estava querendo voltar tem acúmulo para compartilhar como tinha pensado
752 nos seus câmpus; a gente tem que agir como rede e não dá para ir cada câmpus por conta e não
753 ceder a pressão e se comparar com as instituições privadas. A conselheira Cláudia Larrosa
754 considera importante colocar a posição de Jaguarão; é um câmpus pequeno e teve reunião com
755 a participação de todos, servidores, alunos, pais e terceirizados e a posição do câmpus é
756 ninguém larga a mão de ninguém, se é para voltarmos, seja quando todos puderem voltar.
757 Temos alunos em condições bem precárias; teve uma aluna que se expressou e foi de

758 fundamental importância para a reunião porque estavam discutindo se uns podem ter,
759 outros não, poderiam fazer duplas, e a aluna disse que não se via sentada em sua cama, em
760 segurança, com seu computador, tendo aula, enquanto o meu colega que não tem computador
761 vai ter que ir até o IF para poder fazer suas tarefas, ou algum professor vai ter que ir até sua casa
762 levar as tarefas impressas, isso não é equidade e ela pediu equidade. Somos todos funcionários
763 públicos, servidores e somos uma rede, e temos que agir em rede, estamos em uma pandemia,
764 pessoas estão morrendo, não estamos em casa descansando; se o mercado exige que estejamos
765 produzindo, vamos mostrar o que estamos produzindo, todos estamos produzindo,
766 trabalhando muito mais em casa do que antes, estamos fazendo novos programas, nos
767 capacitando, está fazendo três cursos ao mesmo tempo, estamos refazendo os PPCs, revendo
768 nossas aulas práticas, a gente não para de pensar em soluções, mas não é voltando uns e outros
769 que isso vai se resolver, temos que em rede sentar e começar a trabalhar juntos, encontrar
770 soluções e voltarmos juntos; estamos tendo, por exemplo, atividades remotas, diferente do que
771 é aula, não temos aula, mas o aluno que nos procura, estamos fazendo projeto de pesquisa e
772 extensão com alunos e esses alunos conseguem, através dos seus celulares, chegar nos outros
773 alunos; eles estão fazendo aulas uns para os outros, entre eles, estamos apenas gerenciando;
774 Se querem atividades remotas a gente tem que fazer; vamos fazer projetos, recapitulação do
775 que já foi dado, recapitulação dos outros anos, tem um monte de atividades e, principalmente,
776 acha que deveria ser feito é ensinar a ser cidadão, a saber o que é uma república, o que significa
777 ser público, o que é a empatia, a generosidade, a compaixão, o que é a força da união, isso
778 podemos passar para os nossos alunos agora, e é urgente, porque se a gente não aprender com
779 pandemia e com ciclone que amar o outro como a si mesmo é o mais importante de tudo, onde
780 é que a gente vai terminar? Aulinha remota, como estão fazendo nas outras escolas, colocando
781 goela abaixo o que está escrito nas ementas, eles estão realmente aprendendo? A nossa aluna
782 chorou e disse estamos com medo, somos humanos, será que não é melhor chamar esses
783 alunos e conversar, tu tens noção em que país tu estás, o que está acontecendo; acredita que
784 esse tipo de projeto é muito mais importante agora; temos que nos preparar sim, vamos voltar
785 remotamente, como rede, temos que lutar para que o governo faça sua parte e dê condições a
786 todos de terem essa aula remota, 100% dos nossos alunos. No final da reunião choramos com a
787 aluna e todos, pais e alunos chegamos a essa conclusão: vamos achar um caminho juntos e voltar
788 todos juntos. O conselheiro Mack Pedroso disse que a fala da Cláudia foi extremamente
789 importante, assim como a do Nilo. Estamos todos trabalhando, só não temos condições de ter
790 aulas. Ontem conversou com os conselheiros que hoje seria muito bom ouvir todas essas
791 ponderações, todos os conselheiros que representam seus segmentos ter ciência das condições
792 que temos hoje; os dados foram levantados, talvez tenhamos que aprofundar alguma coisa
793 ainda, mas, a partir de agora, seria importante, antes de qualquer decisão do Conselho Superior
794 voltar para os câmpus, os conselheiros se reunirem com seus segmentos, expor todo esse
795 cenário que talvez muitos ainda não tenham percebido na sua totalidade. Existem
796 possibilidades de retorno remoto, sim, mas existem impossibilidade de acesso de muitos
797 estudantes. Se os câmpus já fizeram levantamento e têm a clareza de quem são os estudantes
798 que não têm condições de acesso, ou por falta de equipamento, por falta de internet, acha que
799 já teríamos que começar a programar agora o que fazer para eles terem esse acesso. É o primeiro
800 momento, depois esclarecer para esses estudantes o cenário que a gente está, e que eles levem
801 para os pais que são muitos dos que nos cobram o retorno, por que não podemos retornar
802 presencialmente, mas também de modo remoto de forma que possa ser para todos; esclarecer
803 isso para a comunidade, inclusive para nossos próprios colegas; alguns docentes pensam que
804 simplesmente podemos voltar com aula remota e deu. Temos que esclarecer a alguns colegas
805 TAEs, a nossos alunos e suas famílias. Sobre o colega que disse que não sentiria em condições

806 de votar hoje uma definição por não se sentir, no momento, autorizado para isso, porque agora
807 que a gente socializou muitas informações; então seria prudente retornar, conversar com
808 nossos colegas, tentar monitorar o máximo de alunos possível, esclarecer todo esse cenário e,
809 em outro momento, a gente avaliar que possibilidade teríamos; nesse meio tempo a gente já
810 tem condições de tentar ir, se for o caso, até a residência daquele aluno que não tem condições
811 e ver de que forma nós podemos atender, será que doando equipamento, conseguindo acesso
812 à internet, mas já ir mapeando para que nenhum fique para trás. Parabenizou a todos que estão
813 fazendo o trabalho e disse que na parte de ensino a PROEN está muito bem composta pelos
814 nossos representantes, que são os chefes de departamento de ensino e o contato é direto,
815 entram já vê aí um grupo de trabalho com muita informação e que pode ouvir agora todos os
816 que vão falar, ponderar e buscar o caminho da melhor forma de atividades, projetos que possam
817 dar continuidade para todos. O conselheiro Christopher Schott disse que, como aluno do quarto
818 ano, deseja, assim como os do primeiro, segundo, terceiro, que as aulas retornem o quanto
819 antes porque deseja, até o primeiro semestre do ano que vem já estar cursando faculdade,
820 poder aplicar exame com qualidade mas, mais do que isso, quer chegar na faculdade preparado
821 e sabendo que todos os colegas das outras turmas tiveram as mesmas oportunidades que teve.
822 A gente sane que hoje o ensino remoto é a melhor opção, vai ter que ser implementado porque,
823 por mais que voltemos com algumas atividades presenciais, vão ser híbridas; temos que nos unir
824 como câmpus, como unidade, como rede que somos para garantir as melhores condições para
825 promover esse ensino; e como isso pode ser feito? Primeiramente a gente vai ter que promover
826 uma formação para todos os servidores e alunos para utilizar essas ferramentas técnicas; hoje
827 no início da manhã, houve dificuldade imensa para acertar alguns detalhes para que todos
828 pudessem falar com qualidade, agora o áudio deu problema. Os professores vão ter que
829 preparar materiais mais declarativos porque vai ter alunos que não terão condições para acesso
830 ao ensino on line; então vai ter que chegar nele esse material mais completo, mais didático, que
831 sabe um cartão de memória para que eles possam assistir às aulas. Acredita que isso vai ter que
832 ser feito o quanto antes, só que com preparação, sem a gente se adiantar, sem ter câmpus
833 tomando à frente, enquanto outros ficam para trás, em situações piores e que todos possamos
834 continuar nos ajudando, como foi o caso do sucateamento que o IF vem sofrendo nos últimos
835 nos, como foi o caso das cestas básicas, é isso que tem a oferecer como aluno, pedir que todos
836 façam as coisas com calma para que a gente tenha acesso a um ensino de qualidade e para que
837 a gente tenha acesso a esse ensino o quanto antes. Para isso acontecer a gente vai ter que
838 funcionar como unidade, para que todos possam se ajudar a atender as necessidades, para que
839 a gente possa compartilhar material técnico e para que a gente possa garantir a todos um
840 ensino de qualidade como o IFSul sempre ofertou. Disse que a fala da Cláudia foi ótima e são
841 essas coisas que a gente tem que preservar, esses conceitos que a gente tem que seguir
842 mantendo. O conselheiro Cléberon Cruz disse que, mediante a situação atual e conforme tem
843 falado com alunos de seu curso e de outros, e o câmpus Pelotas tem uma representação
844 estudantil bastante ativa, que se comunica bem com todos os cursos e comentando sobre as
845 pesquisas que nós fizemos, não vimos nenhum modo que seja fácil, que seja bom para os alunos
846 para conseguir fazer esse ensino remoto. Nas pesquisas que fizemos, mais de 35% dos alunos
847 não têm espaço para estudos, espaço individual; ou vão ter que ficar numa sala de estar, numa
848 cozinha; em caso de atividade híbrida, que tenham quem ira até o câmpus, mais de 80% dos
849 alunos usa transporte compartilhado, seja transporte urbano, intermunicipal; 25% dos alunos
850 do câmpus Pelotas não têm uma internet de qualidade; desses 25%, 28% vivenciam quedas
851 frequentes na internet, quedas diárias e mais de 28% dos alunos também acessa internet
852 somente pelo celular. Um dos pontos falado também foi o chip com limitação de dado de acesso.
853 O que vê como problema é que se um professor pede uma atividade e o aluno tem que pesquisar

854 em algum site, e este site não é liberado no banco de dados do aluno, como o aluno vai conseguir
855 desempenhar a atividade de um jeito certo que seja favorável ao ensino que foi proposto a ele.
856 Vê essa parte de ensino híbrido, ensino remoto, como uma parte extremamente complicada de
857 ser feita; um dos que falaram, comparou com o ensino particular. Não acha válida a comparação
858 porque, no ensino particular ele tem muito mais recursos, tanto da parte da escola, quanto da
859 parte dos alunos e responsáveis para conseguir fornecer essa qualidade de ensino. Nós, do
860 ensino público federal, temos muitos alunos que não têm internet em casa, que não têm essa
861 comunicação, para falar com eles é só por um telefonema, não existe a comunicação via
862 internet; então, isso é uma parte muito complicada do nosso dia a dia, conseguir debater isso
863 de um jeito fácil neste momento. Primeiro tem que pensar um método de como todos os alunos,
864 sem nenhuma exceção, tenham acesso de qualidade e sem nenhum tipo de limitação em
865 questão de locais que ele possa acessar a internet, para depois começar a ser discutido como
866 vai ser feito isso, quais plataformas vão ser usadas para a gente conseguir fazer um ensino de
867 qualidade para todos os alunos. A conselheira Janete Otte gostaria de reforçar a fala do Rodrigo,
868 quando ele fez a colocação de que o trabalho deve ser em conjunto e buscando construir
869 diretrizes para orientar as possibilidades de trabalho remoto; queria reforçar essa opção,
870 salientando as diversas falas que tem se ouvido aqui, embora tenha se visto que o pessoal que
871 tem menos empatia um com o outro, a gente está vendo no chat no YouTube, fazendo algumas
872 colocações que é o normal de uma pressão porque as pessoas olham a sua situação individual;
873 queria colocar novamente à disposição nessa possibilidade que não somos uma federação de
874 câmpus, somos o Instituto Federal Sul-rio-grandense, que tem um trabalho conjunto de
875 qualidade e que tem um grupo de pessoas extremamente qualificadas e, em cima de uma
876 pesquisa que já foi feita em cada câmpus e que infelizmente o Cristian colocou que se nós já
877 tivéssemos visto, já estaríamos em outro patamar, inclusive de entendimento e era realmente
878 por isso que a gente queria um CONSUP, porque se entende que temos que discutir aqui num
879 grupo maior de pessoas, comprometidas com a educação e o ensino público de qualidade e a
880 todas as pessoas que nós temos; que a gente possa realmente construir as diretrizes, fazer
881 grupos de trabalho, envolver mais pessoas, porque temos muitas pessoas capacitadas dentro
882 da instituição, nos diversos câmpus, que trabalham, que já pesquisaram o ensino híbrido, a
883 educação a distância e o uso das tecnologias, podemos envolver essas pessoas e vamos continuar
884 o trabalho que já vem sendo feito, para que de forma uniforme possamos vir a ofertar o ensino
885 remoto com mais qualidade e atendimento a todos os estudantes. O presidente disse que tem
886 muitas temáticas trazidas pelos conselheiros e gostaria de fazer considerações, mas já fez muitas
887 considerações ao longo das lives realizadas e deixou claro as suas posições, então não vai repetir
888 aqui. Salientou que este tema é altamente complexo e delicado, sempre foi contra as atividades
889 remotas, com todos os argumentos que vem colocando em cada momento que se pronuncia,
890 mas em especial por criar um nível de desigualdade maior entre aqueles que não têm condições
891 efetivas de poder assistir e realizar suas atividades remotas. Os estudos têm apontado nesse
892 sentido também. Ao mesmo tempo, como gestor, tem que ter a sensibilidade de perceber as
893 diversas opiniões diferentes, e isso tem acontecido ao longo do tempo. Iniciamos com a parada
894 em março por uma decisão sua, mas ouvindo todos os diretores e fazendo a parada integral de
895 todo o instituto. Evidentemente que fazer a parada foi uma decisão difícil, houve muita pressão,
896 mas, ao mesmo tempo, fizemos com a consciência muito tranquila e sabendo que estávamos
897 acertando. Agora, temos clareza que muito mais difícil será qualquer decisão no sentido de
898 definir por retorno a atividades presenciais ou retorno com atividades remotas sendo
899 oferecidas, porque envolve muitas opiniões diferentes como podemos perceber hoje nas falas
900 dos diversos conselheiros. A gente tem que saber respeitar as posições de cada um e, nesse
901 sentido, a partir da última live, a gente considerou que estava no momento de fazer a discussão

sobre as atividades remotas, porque foram muitas as manifestações na última live. A partir disso, dissemos que o mês de julho seria o momento para isso. Começamos aqui no Conselho Superior e vamos dar continuidade neste processo. Não vê que neste momento, hoje, estaremos definindo esta possibilidade, mas fazendo o encaminhamento de podermos fazer um estudo mais aprofundado e apresentar não só a este Conselho mas a toda comunidade acadêmica do IFSul, que, não está acompanhando pelo YouTube, mas tem certeza de muitas pessoas acompanhando esta discussão; precisamos fazer este encaminhamento. Tem uma proposta a apresentar aos conselheiros, mas, antes, quer dizer que a unidade da decisão das atividades remotas neste momento, ou presenciais, quando foi o caso, é complexa também, exatamente pela diferente situação que cada câmpus vive. A proposta que temos para tentar manter a unidade institucional e, ao mesmo tempo, poder dar vazão a todas aquelas intencionalidades de câmpus e de cursos que pontualmente vieram até o CONSUP, e certamente tem muitas outras que não foram elencadas aqui, temos uma carta dos docentes de Gravataí que foi enviada aos conselheiros, só para ilustrar que outras iniciativas no sentido de termos atividades remotas também acontecem pela instituição. A proposta que temos é fazermos a criação de critérios para propostas pedagógicas de atividades remotas, no sentido que tenhamos critérios iguais para todos os câmpus e que cada iniciativa que quiser se fazer a essa proposta tenha que passar pelo crivo desses critérios. A proposta é que não se crie um novo grupo para fazer este trabalho de análise pedagógica e de ouvir as pessoas no sentido de construir esses critérios através da câmara de ensino e da câmara de pesquisa; câmara de ensino porque todos os níveis do básico ao superior estão lá e a pós-graduação fica ligada à câmara de pesquisa. Essas câmaras já estão constituídas e têm muito mais agilidade para fazer esse processo de constituição desse material e trariam esses critérios num próximo momento do CONSUP para ser apresentado e apreciado pelos conselheiros e conselheiras e fazendo assim com que também tenha mais tempo de ouvir os colegas para se posicionar diante de qualquer decisão que se venha tomar. Paralelamente a esse ouvir de vocês conselheiros, nós também trabalharíamos a proposta efetiva de critérios claros e definidos, mas que, em primeiro lugar, estaria o critério de que não houvesse desigualdade, que houvesse formas de manter a proposta pedagógica de que não crie mais desigualdades nesse acesso à educação. Esse deve ser o primeiro critério estabelecido porque não podemos aceitar nenhum tipo de proposta de atividades remotas que leve qualquer um dos nossos estudantes a ficar para trás. Isso a gente tem falado desde o início e não vamos arredar é. Se a proposta de um curso, de um câmpus trouxer pesquisa: todos os alunos têm acesso, não, tem dez alunos que não têm acesso, vamos conseguir um chip, um computador, enfim temos que deixar claro isso no documento; por isso então essa proposta de darmos dez dias para a câmara de ensino e a câmara de pesquisa fazerem esse ouvir da comunidade e sistematizar esses critérios básicos para qualquer tipo de atividade remota. Isso quer dizer que criar essa comissão e criar esses critérios e apresentar ao Conselho Superior e à comunidade acadêmica já está autorizada atividade remota? Não, é apenas um processo paralelo para que o Conselho e a comunidade possam maturar, conversar, analisar melhor a situação e, a partir daí, tomar sua decisão. Para que possamos ganhar tempo nesse processo, paralelamente teria essas câmaras trabalhando na sistematização de critérios, de análises de propostas de atividades remotas. Dessa forma, iremos conseguir atingir todas as propostas que já estão colocadas de retorno que foram colocadas hoje no Conselho e tantas outras que estão sendo gestadas em muitos câmpus e cursos, em conversas informais; dessa forma todos poderiam ter acesso a essa possibilidade. A proposta é esta, de passarmos para as câmaras de ensino e pesquisa os critérios técnicos e pedagógicos para serem apresentados ao CONSUP no prazo máximo de dez dias, semana que vem a gente já estaria aqui analisando esses critérios e não faríamos nenhum tipo de votação sobre ter ou não ter atividades remotas agora, mas sim quando retornarem os

950 critérios e puderem dar encaminhamento junto a seus segmentos Essa é a proposta e a gente
951 fica à disposição se houver outra proposta. A conselheira Janete Otte disse que a proposta é que
952 as câmaras de ensino e pesquisa, com as mesmas pessoas que já vêm trabalhando devem
953 construir as diretrizes para serem apresentadas ao CONSUP e como as pessoas deverão pensar
954 ou trabalhar alguma atividade remota. Propõe que sejam agregadas mais pessoas a esse grupo
955 ou que sejam buscadas junto aos cursos; tem muita gente que não está nas câmaras mas que
956 tem trabalhado nessa área e que poderia colaborar em propostas, em algumas coisas quem
957 poderiam ser feitas na construção dessas diretrizes; também um pouco maior o prazo para
958 poder ser apresentado, para ouvir e até solicitar a cada curso, câmpus ou área que pudesse fazer
959 alguma sugestão, que pudessem sistematizar isso de alguma forma; também a comunidade
960 acadêmica, se tiver alguma proposta de atividade, de alguma coisa que viesse a colaborar nessas
961 diretrizes pudesse apresentar. O presidente disse que a ideia de não constituir um novo grupo
962 é porque isso vai levar mais tempo para organizá-los, por isso a proposta é que as câmaras façam
963 esse processo de sistematização desses critérios; a proposta era que as câmara era que fizessem
964 esse trabalho de escuta das comunidades, todas as propostas que estão sendo pensadas, e já
965 temos algumas, como a do câmpus Lajeado, que trouxe uma proposta mais estruturada, que
966 evidentemente vai contribuir com o processo, mas que todos os outros, que o mestrado em
967 educação do câmpus Pelotas também já teria e tem pessoas qualificadas; por que as câmaras
968 de ensino e pesquisa? Porque tem toda a questão pedagógica envolvida nesse processo, que
969 tem que ser levada em conta. Eles seriam os responsáveis para que fosse mais rápido esse
970 processo de consulta e depois de sistematização. Depois vamos falar sobre protocolos e ver a
971 quantidade de sugestões que vieram da comunidade e que vamos ter que trabalhar. Quando a
972 gente tenta trabalhar com a sistematização de critérios para qualquer proposta de atividade
973 remota, ela também vai trazer muitas contribuições e sugestões de todos. A ideia é essa,
974 mantém com as câmaras que já estão prontas, organizadas e já têm um trabalho que vem sendo
975 realizado e já tem um aprofundamento de várias questões dos PPCs dos cursos e eles fazem
976 apenas a sistematização, mas com certeza ouvindo todos aqueles que querem colaborar. O
977 conselheiro Carlos Correa concorda com a sugestão encaminhada, mas acha que um prazo maior
978 seria mais interessante porque duas semanas é um prazo muito curto porque as câmaras, os
979 representantes dentro das câmaras de ensino e de pesquisa vão ter que ouvir a comunidade dos
980 câmpus para poder sistematizar tudo isso, organizar e apresentar uma proposta, então a
981 proposição é que desse um prazo maior e que as câmaras tivessem autonomia para chamar
982 outros colegas pesquisadores em educação para contribuir dentro desse processo; então a
983 proposta é essa, concordo com a tua sugestão, mas o prazo deveria ser maior e chamar outros
984 colegas pesquisadores em educação para contribuir nesse processo. O conselheiro Celso
985 Gonçalves disse que, mesmo dentro do ensino remoto, na realidade uma proposição que tem
986 que ser toda criada, analisada e que ela seja inclusiva ao máximo, tem outras coisas que podem
987 andar junto, não consegue enxergar o ensino remoto inclusivo sem dois fatores, um deles é o
988 câmpus aberto para algumas pessoas terem acesso ou a inclusão digital, nas duas questões é
989 preciso algo que assegure essas possibilidades, sabemos da inclusão digital proposta pelo
990 governo federal mas também precisamos analisar porque é quase certo que ela não atenderá
991 a nossa demanda, então quais as alternativas que temos em termos de IFSul para contemplar a
992 demanda total, aporte financeiro reitoria, aporte financeiro de câmpus, ou mais dinheiro da
993 SETEC, porque se optamos por fazer inclusão digital, aí temos 2000 estudantes que precisam da
994 inclusão digital e temos 1500 pacotes de inclusão digital, vamos estar segregando de novo, não
995 podemos fazer isso, então o pessoa estude isso; é uma possibilidade e outra é a questão do
996 câmpus aberto, precisa-se ir ao câmpus para implantar a inclusão digital, mas acessar os
997 computadores precisa protocolo e o protocolo precisa andar junto também, talvez esse seja o

998 próximo ponto, tem que andar tudo meio paralelo, tem a questão pedagógica, a questão da
999 inclusão e todas as questões relacionadas à estrutura física e de materiais de consumo que vão
1000 contemplar esse protocolo. O reitor explicou que primeiro vamos trabalhar com um grupo que
1001 vai ouvir a comunidade para estabelecer critérios de análise das propostas de atividades
1002 remotas, não quer dizer que estejam aprovadas as atividades remotas, é apenas um trabalho
1003 paralelo que vamos fazer e vai ser apresentado a este Conselho e à comunidade. Se definirmos
1004 esse caminho, cada proposta vai ter que ver essas questões, um=a proposta pode chegar
1005 dizendo que não vai abrir o câmpus para essa inclusão, vamos trabalhar com chip, aí essa
1006 proposta, quando analisada, para ser aprovada ou não, vai ter que aguardar as definições que
1007 ela própria faz, então se ela diz que vai abrir o câmpus, vai ter aguardar a definição dos
1008 protocolos e atividades presenciais se ela diz que tem que ter acesso para aqueles alunos que
1009 não têm acesso, vamos ter que aguardar a definição da licitação da RNP e do MEC para liberação
1010 desses chips. O projeto do MEC pretende atingir estudantes que estão em famílias onde a renda
1011 per *capita* vá a, no máximo, meio salário mínimo. No levantamento da Assistência estudantil
1012 hoje teríamos em torno de 1.170 estudantes nessa condição Essa licitação que vai acontecer em
1013 fins de julho ela tende a atender esses 1.170 mas eles têm uma perspectiva de que, na licitação,
1014 o valor decaia bastante; decaindo mais e, paralelamente buscando mais recursos, há a
1015 possibilidade de chegar a estudantes com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo.
1016 O conselheiro Rocelito Andrade disse ter entendido a proposta, mas depois da colocação de
1017 colegas ficou em dúvida e gostaria de esclarecer: a proposta é usar os grupos que já estão
1018 estabelecidos para se debruçar e estudar como melhor se fazer isso, esses grupos estão
1019 capilarizados pelos câmpus, tem representantes em todos os câmpus e lá eles vão fazer uma
1020 proposta que traz para o Conselho e este vota. Entendeu assim, as entendeu um colega falando
1021 que não, que os câmpus vão se reunir, os diversos câmpus, e aí vão formular propostas, terão
1022 quatorze propostas; se assim, discorda, porque felizmente temos muitos especialistas, só que
1023 grupos grandes são demorados, é importante ter um grupo de trabalho que represente, mas
1024 não quatorze grupos de trabalho, pela agilidade do processo. O processo é esse, as câmaras já
1025 existem, são representadas multicâmpus, vão se unir e divulgar a proposta e os conselheiros
1026 deliberam no CONSUP que vai ser marcado em breve. O presidente lembrou que a Janete
1027 perguntou logo após sua fala e que procurou esclarecer, a ideia é que essas câmaras promovam
1028 os debates nos câmpus para ouvir as diversas ideias que existem nos câmpus, fazer um processo
1029 o mais espraado possível para ouvir as ideias porque muitas vezes existem ideias não postas aí
1030 e que ente não se dá conta, fazendo esse momento de escuta poderemos ter condições de fazer
1031 um processo mais aperfeiçoado, mais melhorado, então a ideia é sim, ouvir a comunidade
1032 acadêmica através das câmaras, dos diretores de ensino e de pesquisa para fazer essa escuta,
1033 mas mantendo a questão do prazo, que não pode se esticar demais. Tinha proposto 10 dias, a
1034 Janete propôs duas semanas, o Carlos quer mais tempo, mas acredita que e pode trabalhar um
1035 prazo não tão alargado, fazer um meio termo para poder ser mais ágil, as posições e as ideias já
1036 estão postas, está bem claro para todos, então não tem por que a gente estender demais esse
1037 debate. A conselheira Gabriele Mandler acha quatorze dias um prazo bom, considerando que a
1038 gente vem tendo essa pressão e já estamos há três meses sem aulas e acha também que as pró-
1039 reitorias deviam levar alguns critérios ou já ter algum formato sei que vão ouvir na câmara de
1040 ensino que elas fazem parte também, mas considerando as pró-reitorias e que a reitoria dá um
1041 norte para todo instituto, que já vai então algum critério ou alguma coisa assim para daí entrar
1042 em formato com as câmaras e eles sim façam a parte da presidência da mesa e fiquem
1043 responsáveis pela sistematização disso, não só as câmaras e sim as pró-reitorias. O presidente
1044 ratificou que as câmaras são compostas e presididas pelos pró-reitores de ensino e pesquisa e,
1045 no caso que a gente está propondo, elas já participam. O que a gente está colocando nesse

1046 debate é que seja capitaneado pelas duas câmaras, de ensino e de pesquisa, que já vêm fazendo
1047 um trabalho há bastante tempo. Dentro da própria câmara existem ideias diversas, a gente
1048 percebeu aqui nas falas de todos os nossos conselheiros, então esse trabalho de ouvir caberia
1049 às câmaras para, a partir daí, fazer a sistematização, mas entende a fala da conselheira, que foi
1050 no sentido de talvez as câmaras levarem e enviarem para os câmpus uma proposta inicial e a
1051 partir daí maturar e enviar sugestões em cima dessas propostas. Diria que a gente batendo o
1052 martelo aqui, agora, vamos fazer dessa forma, pede para as câmaras se reunirem amanhã e para
1053 estabelecerem um processo sobre a forma que vai ser essa consulta. O conselheiro Francisco
1054 Brongar disse que contempla, mas que dois seguimentos estão ficando de fora dessa discussão,
1055 os discentes e os técnicos-administrativos, porque eles não estão representados nas câmaras,
1056 então gostaria de colocar isso e que houvesse nessa discussão representantes dos técnicos-
1057 administrativos e dos alunos, que eles não ficassem fora dessa discussão, eles fazem parte da
1058 comunidade, uma parte muito importante, principalmente os alunos que serão os mais
1059 atingidos; que a gente arrumasse um jeito de colocar representação discente e técnico-
1060 administrativa, que não ficasse reduzido só às câmaras, falou da proposta que fez pelo sindicato
1061 (número 11) que era criação de comitês, se a gente direcionar só para as câmaras esses dois
1062 seguimentos estão de fora, eles não vão estar contemplados nas instituições, então gostaria que
1063 esse Conselho se debruçasse um pouquinho sobre isso, e a gente garantisse a representação
1064 dos técnicos-administrativos e dos alunos nessa discussão das diretrizes. O presidente
1065 lembrou que as câmaras eram responsáveis pela sistematização, elas são responsáveis por
1066 essas áreas do ensino básico, superior e pós-graduação, mas falou várias vezes em escutar a
1067 comunidade acadêmica, e quando falamos comunidade acadêmica, estão inclusos todos os
1068 segmentos que compõem a nossa instituição. Sim, estava contemplado da nós ouvirmos
1069 também os discentes e os técnicos-administrativos. Fez a ressalva porque sempre falou
1070 comunidade acadêmica. O pró-reitor Vinicius Martins: ressaltou que todo um estudo foi feito
1071 em cima da demandas que foram apresentadas aos câmpus e a busca por essas demandas
1072 através da planilha 5W2H, que foi discutida nas reuniões de ensino e no comitê gestor de
1073 pesquisa; então buscamos todas essas demandas com elas a gente pôde discutir e trazer
1074 pesquisadores da área de educação para construir e rascunhar essas demandas, alinhar a partir
1075 do plano que o Flávio falou. Depois nós vamos passar para a comunidade poder fazer essa
1076 consulta e as colocações devidas. As demandas já estão levantadas na sua grande maioria. O
1077 presidente esclareceu que nem entramos nas demandas do protocolo e que é lógico que tenham
1078 algumas questões de atividades remotas, seria outro assunto que teremos logo em seguida. O
1079 conselheiro Marcus Ribeiro disse ter duas questões, uma delas já foi parcialmente levantada, a
1080 questão da ausência de pesquisa em educação das instituições, a gente não viu a presença dos
1081 colegas até agora dentro dos comitês e dos grupos que estão discutindo, a gente vai trabalhar
1082 com a possibilidade remota daqui a um tempo, mas que resultado isso vai ter, se para cumprir
1083 diretiva, para cumprir tabela. Ter resultado prático na aprendizagem, nós não estamos
1084 discutindo isso, em nenhum momento foi levantado. Colegas que nós temos no instituto, que
1085 são vários e competentes para discutir isso, é essencial trazê-los para a discussão também. Não
1086 sabemos em que grupo eles vão entrar para a discussão, mas eles precisam ser ouvidos. A
1087 segunda questão são os câmpus, as pesquisas, não se sabe que tecnologia se usou para chegar
1088 nesses resultados, minha sugestão é que se reúnam virtualmente as turmas dos câmpus, uma a
1089 uma, as turmas com os estudantes, para aferirmos que recursos eles têm, quanto tempo eles
1090 podem ficar conectados assistindo, ouvindo e falando, para ouvir deles o que pensam a respeito
1091 da volta, o que pensam a respeito das suas possibilidades reais de acesso remoto, se é por
1092 telefone, se é por computador, se eles têm que sair de casa e ir até o mercado pegar sinal de
1093 wifi, pois em casa não tem plano. Na realidade saber que tipo de acesso eles têm, como eles

1094 ficariam trabalhando à tarde, em um turno olhando um material grande, por exemplo, de uma
1095 disciplina da área técnica. A sugestão é que se reúnam nos câmpus turma a turma, todo mundo
1096 conectado com os professores, com gestores, para a gente ir ver a real capacidade de que cada
1097 turma tem de ter acesso remoto. O presidente reforçou que temos que ouvir a todos e o máximo
1098 de pessoas sobre esse processo, então os câmpus retornariam a ter essa conversa nesse período
1099 para poder contribuir com esses critérios. Sobre a segunda questão poderia ser um critério para
1100 cada proposta, tem que ter uma reunião dessas e ver como é que está a participação, isso pode
1101 ser um condicionante para que a gente tenha que ter um chip, ou um computador, ou um tablet
1102 para esse estudante que não teve condições de participar deste momento, isso pode ser um
1103 critério. O conselheiro Carlos Correa disse que sua fala vai muito ao encontro da fala do Brongar
1104 e por isso acha que duas semanas é um prazo muito curto, se fosse três semanas seria ideal. Tu
1105 tens que ouvir todos os segmentos para esse processo, todos os colegas professores e todos os
1106 colegas técnico-administrativos e os estudantes que representam as categorias estudantis,
1107 cursos de graduação e pós-graduação, cursos técnicos. Então isso demanda um tempo para
1108 organizar todas essas sistemáticas que vão vir da comunidade, não podemos deixar ninguém de
1109 fora desse processo, se tiver que fazer mais reuniões, nós fazemos. Obviamente pelo volume de
1110 servidores que temos no câmpus, normalmente a gente tem que dividir as reuniões, não
1111 conseguimos fazer tudo junto, porque é um volume significativo de pessoas e, fora isso, os
1112 cursos e os colegiados estão com essa temática de fazer reuniões com os seus alunos, acho que
1113 temos que ter calma neste momento e fazer com bastante tranquilidade esse processo, por isso
1114 voltou a afirmar que um período de três semanas seria o ideal. O presidente disse que depois
1115 podemos separar as definições, primeiro definir esse encaminhamento aceito pelo Conselho,
1116 vamos fazer assim como? Num segundo momento vamos apreciar e votar o prazo que a gente
1117 pode colocar. O conselheiro Pablo Mendes ressaltou o nível de maturidade que atingimos nesse
1118 turno da tarde, é obvio que haverá discordâncias, as pessoas são diferentes, é inevitável. Mas
1119 ficou feliz como servidor em ver que o Flavio, conseguiu acomodar de uma forma que
1120 contemplasse a todos. Nós agora percebemos que teremos, através da câmara de ensino, uma
1121 construção e um regulamento para que o CONSUP decida, então vê que de certa forma está
1122 contemplado o seu pedido e que vai voltar para o CONSUP, para o mesmo deliberar em cima de
1123 cada artigo, talvez seja no CONSUP apenas para votar como pauta única, para que seja discutido
1124 artigo por artigo da proposição que será construído do retorno remoto. Gostaria de parabenizar
1125 a todos, caso tenho ficado algo mal interpretado ou mal resolvido, temos tempo para resolver
1126 pois aqui não é o local e nem o momento. Espero que a gente caminhe numa construção
1127 coletiva, seja como for, com um retorno de todos juntos, talvez alguns retornem um tempinho
1128 antes para servir de piloto, para que os outros também aprendam com os erros e possam
1129 concertar. A conselheira Ana Cristina Silva disse que gostaria apenas de complementar um
1130 testemunho do que nós estamos fazendo; no departamento de design do câmpus Pelotas
1131 estamos há muito tempo fazendo reuniões com os alunos para saber como eles estão
1132 mentalmente, estamos muito preocupados com a saúde mental dos nossos alunos. Então temos
1133 feito reuniões, não conseguimos fazer reuniões pelo RNP, tivemos que usar uma plataforma
1134 particular, isso tudo a gente tem que pensar e, a partir de quinta-feira, vão sair as reuniões com
1135 as turmas dos ensinos técnicos, design de interiores e comunicação visual; para que a gente
1136 consiga atingir todas as turmas temos 15 dias de reuniões, para conversar sobre as diretrizes do
1137 retorno remoto ou não, é muito pouco tempo até que sejam escutado todos não vai ser possível
1138 em 15 dias. O certo é que a gente tenha realmente a empatia de escutar todos os nossos
1139 segmentos. O presidente encaminhou o processo de votação, até o momento identificou apenas
1140 uma proposta e não outras, mas ao menos a gente conseguiu convergir, de que revisando a
1141 proposta, câmara de ensino e pesquisa ficariam responsáveis por levar a discussão para os

1142 câmpus, ouvir todos os segmentos envolvidos nos câmpus e fazer o processo de sistematização
1143 para ser trazido ao CONSUP e apresentado à comunidade acadêmica. Esse é um processo que a
1144 gente pode seguir, que vai dar conta de ouvir a toda comunidade acadêmica, como um todo.
1145 Essa seria a opção um: câmara de ensino e pesquisa ouvirão as comunidades acadêmicas que
1146 sistematizarão e trarão de volta ao CONSUP e para comunidade acadêmica. Nesse CONSUP
1147 poderemos começar a pensar em discutir se aplicamos efetivamente e liberamos as propostas
1148 remotas cumprindo os critérios que estarão estabelecidos por essas definições que iremos fazer.
1149 A opção dois seria abstenção, em questão do prazo a gente define posteriormente, primeiro
1150 acertamos essa questão e depois veremos o prazo. O conselheiro Guilherme Scholze disse que
1151 gostaria de fazer um adendo como discente, como aluno, pois acha que nossa voz é importante
1152 nessa reunião que eu acompanhou o dia todo e só queria frisar a frase do Brongar em ele falou
1153 sobre a inclusão dos discentes no debate com relação as câmaras que vão ser feitas, as duas
1154 câmaras. Acha que é muito importante que os alunos sejam contemplados com voz nessas
1155 câmaras para que as ações sejam feitas visando às necessidades dos alunos, porque a gente não
1156 pode esquecer que a criação dos instituto é voltada para os alunos, ela não é de nenhum outro
1157 objetivo social a não ser a inclusão do aluno na sociedade. Também referente ao que a Gabriela
1158 tinha dito antes sobre os 14 dias, tinha concordado com ela, mas se for para que todos os alunos
1159 e técnicos sejam ouvidos, acho que o prazo de três semanas é o ideal. O presidente reafirmou
1160 que ideia é que as câmaras façam a sistematização, elas não vão definir. Elas vão fazer uma
1161 sistematização de tudo que vai vir dos câmpus, de todos os três segmentos, para depois voltar
1162 aqui para o CONSUP para aí sim poder apreciar toda a representatividade que vocês tem para
1163 fazer isso. Da forma como está sendo posta a proposta, ela atende o ouvir de todos os
1164 segmentos e atende o processo bastante aprofundado da questão. O presidente colocou em
1165 votação. Opção 1- Câmaras de Ensino e Pesquisa ouvirão as comunidades acadêmicas, que
1166 sistematizarão e trarão para o CONSUP e Comunidades Acadêmicas: 50 votos. Opção 2-
1167 Abstenção: 1 voto. A proposta 1 foi vitoriosa, por maioria, com 01 abstenção. O reitor
1168 encaminhou a votação do prazo. A conselheira Janete Otte e o presidente retiraram suas
1169 propostas, ficando estabelecido o prazo de 03 semanas. O presidente solicitou aos pró-reitores
1170 Rodrigo Nascimento e Vinicius Martins que disparem o processo o quanto antes, para retorno
1171 ao Conselho em 28 de julho para apresentação e definição efetiva sobre a oferta de atividades
1172 remotas. Não fez votação por ter ficado proposta única de tempo. O conselheiro Pablo Mendes
1173 pediu para levar em consideração que a pauta precisa ser fechada, pois os conselheiros precisam
1174 retornar para suas bases para depois ter a reunião. O presidente reforçou que as câmaras fazem
1175 um cronograma, levam aos câmpus, não irá dar 10 dias como está previsto em qualquer reunião
1176 ordinária, mas podemos estabelecer a reunião como extraordinária e aí o prazo é bem menor,
1177 72 horas. Assim que as câmaras estiverem com o processo sistematizado elas podem distribuir
1178 para todos termos conhecimento. Se precisarmos ter mais um ou dois dias, a gente trabalha
1179 nessa questão. Essa pauta de atividades remotas está encaminhada, talvez não tenhamos
1180 agradado a todos, mas chegamos num ponto comum de fazer um aprofundamento mais efetivo.
1181 Pediu que não esqueçamos de colocar nesses critérios, que temos que resguardar o acesso a
1182 todo e qualquer estudante, esse é um critério básico e vai ser uma condição que tem que ser
1183 satisfeita para qualquer proposta que venha a vingar no futuro com atividades remotas. Na
1184 sequência, temos os protocolos para retorno. Há dois meses que a gente vem trabalhando,
1185 ouvindo, através das câmaras, levando aos câmpus a discussão de protocolos. Colocamos
1186 formulários à disposição para sugestões para protocolos, tentamos ampliar o máximo essa
1187 discussão e ampliar ao máximo os mecanismos para as pessoas sugerirem o pensar nos
1188 protocolos de retorno. Evidente que temos uma série de questões e legislação que têm que ser
1189 obedecidas, como o decreto estadual que define quais os cuidados que temos que tomar, e hoje,

por decisão do STF, os governadores têm essa prerrogativa de definir as formas de restrições para o enfrentamento da pandemia, incluindo as atividades dos setores ligados ao governo federal; foi regionalizada essa decisão e então temos que obedecer o decreto estadual em primeiro lugar, para dar conta de qualquer ação. Além disso tem todas as particularidades que o nosso instituto e cada câmpus, curso e setor têm que cuidar dentro do seu espaço mais próximo. Nesse sentido se fez a escuta e começamos a fazer a sistematização que começou há dez dias e ainda não foi concluído, em função da grande quantidade de colaborações que houve. O pró-reitor Vinicius Antunes está à frente desse trabalho, mas também participam, trabalhando na sistematização, Rodrigo, Gisela e Daniela, para que a gente possa apresentar para a comunidade acadêmica os cuidados que vamos ter quando houver atividades remotas. Pediu que o pró-reitor Vinicius Martins apresentasse a primeira versão desse trabalho. Na sequência, há três pedidos de pauta que estão atrelados ao protocolo. O pró-reitor Vinicius Antunes explicou que os câmpus fizeram levantamento de demandas fizeram mapeamento e mandaram para elaboração da planilha 5W2H, que é basicamente responder o quê, quando, como, quem onde, por que, quanto, quem; os câmpus enviaram essas demandas que vieram brutas, que foram compiladas e formaram em 527 itens, separados por câmpus; foram retirados itens que vieram duas vezes por fontes diferentes, mas mantendo todas as ações. A partir desse momento foram separadas em três grandes partes: procedimentos, orientação e comunicação, aquisição e mais PROAP, tudo que foi proposto de compra para atender os câmpus antes e durante a pandemia, antes do retorno presencial, ou no início de todas as atividades presenciais foram colocadas na parte de aquisição da PROAP para ser analisada, a parte de aquisição e materiais mais PROAP foram colocadas nessa planilha, a parte de orientação e comunicação também foi colocada, a ideia é que a câmara de administração e mais a Pró-reitoria de Administração avaliem essas demandas, para possíveis soluções. A CCS e o Gabinete vão olhar as demandas da orientação e comunicação. Algumas coisas ficaram replicadas na orientação e comunicação e em procedimentos porque precisa ser produzido material para comunicação, mas também precisa ser definido o procedimento para essa aplicação. Os procedimentos foram distribuídos para o ensino; a DTI e as TIs analisarão e as áreas dos câmpus é que vão dizer o como, o quando, e vão avaliar como atender as demandas. Na parte de procedimentos de compras e obras para os câmpus tem uma parte que tem a ver com algum reparo, alguma obra nos câmpus com obras que a DPO precisará fazer. Muitas demandas vão ter que ser discutidas por câmpus e setor de obras e ser melhor trabalhadas. Há demandas que vamos conseguir realizar efetivamente e outras que vamos ter que buscar parcerias com outros setores ou entidades para tentar. A PROGEPI terá que analisar e buscar soluções para as demandas relacionadas a pessoas. Ressaltou que esta é uma planilha com dados brutos: os dados vieram dos câmpus, forma reunidos ajustados e separados nas diversas áreas e agora as áreas estão avaliando para depois começar a ser construído um plano de ação a partir dessas demandas. Os procedimentos de pesquisa serão avaliados pela câmara de pesquisa, a Proex também trabalha com procedimentos ligados a ela. No CODIR algumas coisas já foram avaliadas e discutidas e depois trazidas para a comunidade. Pensamos na construção desse plano de retorno das atividades quando voltarmos efetivamente; a partir do questionamento do CODIR se reuniram as câmaras de pesquisa, administração, ensino extensão e assistência estudantil, começaram a fazer o levantamento, fizeram reunião da câmara; depois as câmaras e o CODIR foram discutindo para chegar nesse plano de retorno das atividades. Após a construção desse plano faremos consulta pública e a partir dela colocaremos todos os dados que não tinham sido pensados até este momento para depois ver os protocolos que precisam ser passados pelo CONSUP, como mudança de calendário letivo, regulamentos, até mesmo o plano de retorno das atividades. O plano foi construído a partir de reunião de todas as câmaras, depois cada área fez mapeamento das demandas com os

câmpus. Cada câmara sistematizou a tentativa de preenchimento da planilha, em muitos câmpus houve reunião de pesquisa, ensino, administração e pessoas, para identificação dos dados, posteriormente sintetizados na planilha 5W2H após reuniões das câmaras. Foi apresentado rapidamente ao CODIR e os dados estão sendo discutidos agora. A planilha concluída foi encaminhada para as diretorias sistêmicas e pró-reitorias, para discutir com as câmaras. Elaborado um rascunho do plano, foi discutido com as câmaras, será levado ao CODIR para que os diretores coloquem suas sugestões e, após será levado à consulta pública. Ressaltou que quando este plano de retorno às atividades estiver rascunhado e submetido ao CODIR, também será encaminhado ao comitê de crise, composto pelo pessoal da saúde para avaliar e colocar seu parecer técnico, fazer melhorias técnicas para que o plano possa efetivamente atender toda a comunidade, garantindo a minimização de riscos a servidores, discentes e terceirizados. A ideia é mapear todas as possibilidades de demanda para que haja um retorno das atividades quando efetivamente voltar. O presidente ressaltou que o Vinícius explicou um pouco da planilha que tem todo um trabalho que levou um bom tempo, uns 40 dias; é um material que deve ser apropriado por todos, ele não está pronto; a ideia é que assim que esteja sistematizado a gente traga para apresentar. Isso não impede novas contribuições. Na proposta de juntar os itens, vamos ver o item 11, **Criação de comissões e grupos de trabalho para elaboração de procedimentos para quando se der o retorno** que o Brongar já falou um pouco. Este disse não ter nada a contrapor à apresentação, mas sim à forma como foi construída. Foi construída pela gestão, sem a participação da comunidade como um todo. Quando apresentamos esta pauta de número 11 era justamente para democratizar a discussão, para que a gente fizesse não só os protocolos de retorno, mas também da parte do ensino que discutimos no item anterior e já garantimos a participação dos dois outros segmentos, docentes e técnicos e queríamos que se criasse comissões e que toda a comunidade tivesse a oportunidade de participar efetivamente. O que a gente está colocando é democratizar essa discussão, que ela não seja feita só pela gestão; não estamos desmerecendo o trabalho que vocês fizeram, mas precisamos que seja democratizado, que todos possam participar dessa discussão. O presidente lembrou que o levantamento foi feito de forma bastante ampliada, todos os servidores receberam o formulário para ouvir as sugestões de incluso no protocolo e só desses formulários recebemos mais de 350 contribuições, que estão nesse primeiro rascunho que está sendo apresentado aqui; quanto aos servidores, tem a tranquilidade de dizer que se fez trabalho de escuta de todos os câmpus. Afora isso, os câmpus também promoveram suas discussões internas; não fizemos formulário específico para discentes, mas a intenção era que nas discussões quem ocorriam nos câmpus, isso fosse feito. Muitos câmpus conseguiram trabalhar essas questões com seus discentes, outros não por questões de tamanho. Reafirmou que todos os servidores receberam o formulário; é um processo inicial e é o primeiro passo de apresentação, vai ter outros momentos; que a ideia é, conforme falou em uma das lives, fazer consulta pública a toda a comunidade acadêmica, depois de ter o documento sistematizado. Então, a ideia é que vá além dessa participação que já teve. O conselheiro Francisco Brongar disse que quer que a comunidade participe dessa construção, não só opine depois de o documento pronto, mas esteja participando da construção desses protocolos, como a gente garantiu agora no item anterior, do ensino remoto, até por que não conhecia nem a planilha, nem a outra apresentação que o Vinícius fez. A gente quer garantir a participação de todos desde o início da discussão. Já se fez alguma coisa antes deste CONSUP, mas que daqui para a frente esteja garantida a participação de todos os segmentos. Sobre as **Ações do IFSul frente à pandemia no que tange à organização da volta das atividades escolares** a conselheira Vivian Correa disse ser pauta da reunião dos docentes e contemplada pelas falas anteriores e solicitou que as atividades sejam divulgadas no site para que toda a comunidade tenha acesso, não só

servidores, mas alunos pais; que as ações sejam bem divulgadas, o momento do processo em que estamos (trecho com áudio falhado). O reitor disse que a escuta tem sido feita de modo ampliado, é complexa, mas a gente tem que buscar ouvir sempre mais e está aberto a sugestões nas formas de como fazer isso. O conselheiro Cléberson Cruz falou sobre a **Criação de plano de enfrentamento com mais participação da comunidade discente**, disse que a pauta foi discutida por todas as representações em reunião e trazida ao CONSUP porque, no câmpus Pelotas, foram tomadas decisões e formados Conselhos sem a presença das representações estudantis e grêmio estudantil, o que causou desconforto por parte dos alunos e alunas, porque faltou alguém que pudesse expressar opiniões deles, tirar dúvidas frente a esses dados que foram apresentados, teve reuniões que foram feitos com a representação estudantil por parte da diretoria de ensino onde foram acertados pontos que seriam todos feitos, todos os protocolos que fossem feitos em relação à pandemia seriam feitos junto com a representação estudantil e foram feitos vários protocolos, várias reuniões para tratar desse assunto que a representação estudantil ficou sabendo depois que as reuniões tinham acontecido, por parte de outros alunos que ficaram sabendo que a reunião tinha acontecido; quando confrontamos as direções de ensino do câmpus, eles falaram que sim, foram feitas reuniões e que iriam nos comunicar dos resultados depois, sendo que não foi esse o acordado entre direção de ensino e representações estudantis. O acordo que tinha sido feito erra que toda construção para o câmpus Pelotas seria feita com a integração, porque no nosso ver, a função do câmpus de todos os servidores, técnicos administrativos, professores, diretores de ensino, eles estão ali por causa do aluno o câmpus existe por causa do aluno então por que justamente o aluno não estava sendo ouvido nas decisões que estavam sendo tomadas. Foi por esse ponto que os representantes estudantis quiseram trazer essa pauta para o CONSUP, para poder esclarecer esses pontos e deixar isso exposto para toda a comunidade. O reitor explicou que quando se começou a trabalhar a questão dos protocolos, a gente conversou com os diretores e cada um tentou buscar suas formas de poder fazer essa discussão; ela é complexa, principalmente quando o câmpus é maior, assim como o câmpus Pelotas, juntar tantas pessoas. O conselheiro Carlos Correa pediu para tratar junto a pauta 32, que está vinculada com essa questão. O presidente sugeriu fechar a questão dos protocolos para depois trazer a pauta 32. Disse que a questão dos protocolos é uma pedra bruta, que se tem que trabalhar nela, fazer a sistematização, deixar aberta para as pessoas, o formulário continua disponível para a participação, mas a gente encaminhar uma proposta de sistematização que será trazida novamente a este Conselho quando estiver mais robusta. Acreditamos que ao longo do mês de julho teremos condições de trazer a proposta mais organizada. Se a gente teve alguma dificuldade em ouvir o segmento dos discentes nessa questão dos protocolos, ainda tem tempo de resgatar isso pelos caminhos que se possa encontrar para resolver isso. De sua parte é tranquilo ouvir esses que não se sentem contemplados nesse processo. Este é o encaminhamento que se tem para os protocolos de retorno. Foi tratada a **Atuação da representação estudantil legitimada**. A conselheira Janete Otte disse que as representações estudantis entraram em contato com ela, que tentou localizar um estudante para que a pauta pudesse vir através dos estudantes, por ser pauta relacionada a eles, mas no momento não tinha a representação, que os dois que eram representantes do câmpus saíram, por isso está encaminhando a pauta. As representações estudantis a consultaram porque acreditam que têm direito a um trabalho mais independente dentro do câmpus e andaram fazendo pesquisa com os estudantes, conversando, fazendo reuniões, inclusive live sobre a pandemia e outros assuntos e entendem que podem trabalhar individualmente, sem interferência. Outra coisa é que entendem que as representações estudantis têm que estar mais presentes nos locais onde estão acontecendo as decisões e o planejamento sobre a pandemia; um desses locais é o CONCAMP, outro é o CONSUP, embora

1334 já tenha explicado como é a forma de eleição do CONSUP, pediram para trazer aqui; que é eleito,
1335 as pessoas têm que se inscrever e de uma certa forma o Cléberson está sendo indicado, foi
1336 empossado hoje junto com o suplente dos estudantes, mas mesmo assim eles entendem que as
1337 entidades estudantis do câmpus teriam que estar mais representadas visto que são eles que
1338 convivem mais com os estudantes e têm condições de ajudar e dar o retorno do que eles
1339 precisam neste momento de pandemia. Uma das questões deles é a pessoa que está
1340 representando hoje os estudantes do nível superior como CONCAMP principalmente, que eles
1341 entendem que essa pessoa não representa a voz da maioria dos estudantes, que não teria sido
1342 uma eleição legitimada por isso querem trazer a público a situação, para que seja conversado a
1343 respeito. Inclusive eles mandaram correspondência para a direção de ensino, para o diretor a
1344 respeito disso; dizem que a legislação os ampara na participação mais efetiva. O conselheiro
1345 Carlos Correa disse não entender assim e ficou preocupado quando viu na pauta que as
1346 representações não estavam sendo respeitadas nas suas reivindicações. Todos os membros
1347 estão consolidados por um processo eleitoral que foi discutido entre os pares de cada segmento,
1348 seja do superior, do técnico, sem nenhuma interferência da gestão. A gente sempre respeitou
1349 isso, claro que nesse período de pandemia, e até a posição do CONSUP foi a mesma, a gente
1350 acabou prorrogando o prazo dos conselheiros porque entende ser irresponsabilidade trocar
1351 todas as pessoas no meio desse processo e também não teria um processo democrático para
1352 realizar isso, mas gostaria de reforçar que a atual representação estudantil no ensino superior
1353 foi escolhida com todos os demais conselheiros através de portaria e que agora, em vista da
1354 situação que está posta, acabou prorrogando até setembro. Hoje, na nomeação, foi colocado
1355 que seria em caráter emergencial, que a gente vai ter que abrir um processo eleitoral depois,
1356 constituir COE, para fazer um processo tranquilo. Independente dessa questão a gente tem
1357 quase que implorado a participação dos estudantes nas várias comissões que ocorrem no
1358 câmpus durante o período em que a gente está na gestão seja para discutir regimento interno,
1359 discutir PDI, planejamento anual, entre várias outras questões que se abre comissões para
1360 serem analisadas no câmpus. Obviamente que a gestão propõe as discussões e a comunidade
1361 discute, avalia, faz novas proposições, como está sendo feito agora. Reforçou que tem pedido
1362 para eles participarem, isso é importante e às vezes é difícil conseguir por uma questão de
1363 momento. Na época da campanha, até porque eles colocaram e isso é importante, a gente tinha
1364 colocado que o objetivo era a reformulação do CONCAMP, tinha proposto isso. Hoje, a maioria
1365 dos membros do Conselho são os membros da gestão; pensando numa questão de
1366 encaminhamento de ideias e propostas ter a maioria do grupo gestor dentro do Conselho de
1367 certa forma facilita como grupo gestor e a gente está propondo isso, colocou para o pessoal
1368 discutir, abrimos proposição para que fosse estudado uma reestruturação do Conselho Foi
1369 colocado junto uma proposta de ampliação das representações estudantis porque a gente tem
1370 5.000 estudantes no câmpus e só dois participando, um do nível médio e outro dos cursos de
1371 graduação e pós-graduação e a gente acha muito pequena a representação. Isso foi discutido
1372 nas reuniões do CONCAMP e se chamou os estudantes para participar e sua participação é
1373 fundamental nesse processo para que a gente possa construir essa ideia. Para fazer isso a gente
1374 tem que aprovar o regimento, reestruturá-lo e passar a reestruturação pelo CONSUP, para que
1375 se possa ampliar os membros do CONCAMP. Voltando à questão dos estudantes, uma das coisas
1376 que fizemos quando assumimos foi consolidar os grupos, NUGED, NEABI, num lugar de destaque
1377 dentro do câmpus, coisa que talvez nenhuma outra gestão, no período em que está no câmpus,
1378 24 anos, não lembra de ter acontecido. Fala no NUGED, NEABI porque as representações
1379 estudantis precisavam de espaço porque qualquer ação que viesse acontecer e atacar os
1380 estudantes numa questão de gênero e diversidade, eles tivessem um ponto de convergência, de
1381 buscar esse espaço, então consolidamos os grupos para que isso ocorresse. Chamamos os

1382 estudantes para participar dos processos de recebimento os ingressantes, tem que ressaltar que
1383 o trabalho deles foi excepcional nesse processo; antes só tinha espaço para receber os
1384 estudantes do nível técnico e eles pediram eles pediram e hoje já se faz dos estudantes da
1385 graduação e da pós, abrimos espaços com vários estandes dentro do câmpus para que eles
1386 pudessem se posicionar e receber os estudantes,, quando tem discussões em nível de sindicato,
1387 quando se discute eventual paralisação, primeiro cuidado que se tem é suspender de imediato
1388 as atividades do câmpus, primeiro respeitando o encaminhamento das ações sindicais, segundo
1389 para evitar que qualquer servidor, professor possa querer ministrar aulas nesse período fazer
1390 que um aluno tenha que vir de outra localidade distante, com toda dificuldade; fizemos várias
1391 reuniões com os estudantes, fez live e reunião com as representações estudantis, explicamos
1392 todo o processo para eles, como estava acontecendo, quais eram os encaminhamentos,, todo o
1393 processo que estamos discutindo hoje, se reuniu com o Rubinei, a DIREN fez duas reuniões, com
1394 eles explicando como estavam sendo colocadas as discussões; a gente tem que assumir também
1395 que, neste período de pandemia em que estamos num processo conturbado, e digo que parece
1396 que a gente está trocando pneu com o carro andando e é um processo bem complicado,
1397 comentei isso com a Janete, a gente pode até falhar em alguma questão, mas em momento
1398 algum a gente está desconsiderando a participação dos nossos estudantes e servidores, tanto é
1399 que na sua fala há pouco pediu para ampliar o prazo, em vez de fazer m duas semanas, fazer em
1400 três semanas, para que se pudesse ouvir com calma as representações estudantis os servidores
1401 técnico-administrativos e os estudantes; de novo, se aconteceu alguma falha nesse sentido a
1402 gente pede desculpas, mas a gente tem todo o cuidado para não cometer nenhum equívoco
1403 nesse sentido e procurar chamá-los para discussão nessas várias reuniões que fizemos e nesses
1404 vários chamados que também fizemos no câmpus. O conselheiro Cléberson Cruz disse entender
1405 muito bem a fala do diretor, o que quis levantar foi que reuniões que aconteceram tanto com a
1406 diretoria de ensino e com a direção-geral foram passados tópicos, procedimentos que iam ser
1407 adotados, que até hoje a gente não viu o retorno deles; em reuniões com a DIREN, por exemplo,
1408 foram colocados protocolos que eles iriam fazer e que iriam consultar os estudantes, e até hoje
1409 esperamos essa consulta, isso aconteceu há dois meses, logo no começo, no primeiro mês
1410 quando teve a suspensão das atividades, nós tivemos reuniões com a DIREN que até hoje,
1411 esperamos resposta e atualmente também uma falta de resposta deles, encaminhamos
1412 mensagens, e-mails e não tivemos resposta nenhuma, esse é o ponto que queremos levantar,
1413 no começo estava tudo indo muito bem, mas de uma hora para outra nós fomos basicamente
1414 esquecidos. O presidente pediu para propor um encaminhamento; disse que há certas coisas,
1415 na caminhada, por um outro motivo a gente acaba perdendo, então neste momento em que é
1416 trazida para o CONSUP uma pauta que é de cunho importante para o IFSul como um todo, mas
1417 é muito pontual do câmpus Pelotas; a sugestão é que o diretor promova uma reunião com as
1418 representações estudantis e que todas as questões sejam elencadas e cheguem a um ponto
1419 comum, que o Cléberson e as representações possam pontuar todas essas questões que foram
1420 trazidas agora e outras que tenham, que possam sentar, conversar e alinhar, tudo tem tempo
1421 e acha que seja tranquilo fazer isso, esta é a proposta, marquem uma reunião e coloquem todas
1422 as questões pontualmente. Com relação ao CONCAMP e para que todos os conselheiros e
1423 conselheiras entendam, é o Conselho do câmpus quem o Pelotas tem, assim como dois ou três
1424 outros câmpus; não sabe como é a questão da representação, mas tem que ver o regimento do
1425 CONCAMP para ver como isso está posto, evidente que estamos passando por um momento
1426 especial, o Conselho prorrogou os mandatos até setembro, porque entendemos que não tem
1427 como fazer eleição neste momento, no meio de uma pandemia, quando a gente tem dificuldade
1428 de fazer contato com todos os estudantes, é muito precipitado a gente ir nesse caminho,, por
1429 isso vamos manter a proposta de prorrogar os mandatos até que se tenha condições de fazer

1430 uma eleição efetiva, com todo o critério que a gente tem que ter sempre para fazer as eleições.
1431 Tem que ver o encaminhamento dessa representação com relação a isso que está sendo
1432 questionado pelo Cléber, tem tentado entender um pouco, tem recebido contatos de outros
1433 estudantes do câmpus e a gente também precisa ver essa questão em conjunto. Propõe-se
1434 inclusive a participar da reunião se entenderem ser melhor assim, fica à disposição, mas acha
1435 que deveria primeiro ser resolvido internamente. O conselheiro Carlos Correa disse que é uma
1436 questão de discussão do regimento do CONCAMP, que hoje contempla duas representações,
1437 que concorda ser pouco para um universo de mais de 5.000 estudantes, mas a pandemia
1438 bagunçou essa discussão e própria discussão que a gente está colocando, que os estudantes não
1439 estão participando, a gente nem fechou isso porque a gente está discutindo dentro do
1440 CONCAMP, chamamos os grupos para discutir, é uma discussão que está efervescente dentro
1441 do câmpus como um todo, ela não está fechada, e a gente está discutindo com os técnicos-
1442 administrativos, com os professores, com os estudantes, com quem fez reuniões; estamos
1443 fechando uma avaliação interna do câmpus com mais de 40.000 metros quadrados de área
1444 construída, mais de trinta cursos, é uma cidade dentro de um contexto; em momento algum a
1445 gente está fechada para discussão, pelo contrário, mas às vezes é um turbilhão de ações, de
1446 discussões que não se consegue atender tudo ao mesmo tempo, mas estamos aqui para ouvir e
1447 participar da reunião com todos. A conselheira Janete Otte disse que como servidora tem mais
1448 acesso, participa de um grupo, de reunião de coordenação, de grupo de pesquisa disso, grupo
1449 de extensão daquilo, então está mais no meio, assistiu as lives que estão acontecendo no
1450 câmpus, e os estudantes acabam não tendo todo esse acesso, então eles estão ansiosos neste
1451 momento para poder de uma forma que não sejam tomadas as decisões finais de começar
1452 alguma atividade dentro do câmpus, de ter uma atividade remota, que os colegas possam
1453 participar, assim como a angústia da moça de Jaguarão que falou que é um câmpus pequeno
1454 que pode ouvir mais, chega mais perto, mais amigavelmente, se conhecem mais do que num
1455 grupo maior; no câmpus Pelotas existe um grupo de estudantes ansioso por ajudar e por não
1456 querer que os outros digam aquilo que eles estão sentindo, então estão querendo fazer parte
1457 desse momento de elaboração de protocolos, de planejamento do que fazer, de pensar em
1458 instituição, enfim é um momento rico de aproveitar eles já que estão dispostos, porque os
1459 cursos deles, os estudos deles estão em pauta; então a proposta de sentar e conversar agora
1460 que vai para os câmpus para trazer uma ideia de coisas efetivas que vão valer para num futuro
1461 de atividades dentro do câmpus; propõe que todos se achem nas ideias pois todos querem
1462 a mesma coisa, ajudar a participar o máximo possível nas atividades que vão ser propostas para
1463 os estudantes. O presidente reforçou a proposta de fazer a reunião, partindo do diretor, para
1464 alinhar as ideias, conhece o Carlos e alguns estudantes que fizeram contato, todas as partes têm
1465 boas intenções nesse processo e a gente tem que aproveitar o momento e alinhar. Fica o
1466 encaminhamento de marcarmos o quanto antes a reunião e fica à disposição para qualquer
1467 encaminhamento ou se quiserem a sua participação. Os conselheiros Carlos e Cléber
1468 concordam com o encaminhamento. A conselheira Gabriele Mandler disse que a reunião já está
1469 em três horas e lembrou que de acordo com o art. 20, tem que consultar os conselheiros se
1470 querem, continuar agora ou se continuará em outro dia. O presidente disse que sua proposta
1471 era essa, que pela manhã já havia proposto ficar mais três horas, estamos nos habituando ao
1472 processo virtual, à tarde foi melhor o andamento, estamos cansados, a reunião virtual é mais
1473 cansativa do que a presencial, principalmente para quem está sempre fazendo suas falas e
1474 intervenções e para quem assiste e precisa prestar atenção em todo o processo; só queria
1475 acertar duas falas, a ideia é marcar nova data para continuar a reunião. Temos duas coisas ainda
1476 a fazer, aprovar a **ata 06/2019**; submetida à apreciação e não havendo manifestações foi
1477 colocada em votação: opção 01 - aprovada; opção 2 - rejeitada e 03 - abstenções. A ata foi

1478 aprovada por unanimidade, com 02 abstenções. A seguir, foram **empossados conselheiros já**
1479 **designados**, que participam pela primeira vez da reunião: do câmpus Venâncio Aires, Christy
1480 Hauschild Schott, discente titular e Christopher Hauschild Schott, discente suplente; do câmpus
1481 Santana do Livramento, Vitória Dutra Jorge, discente titular e Éverton da Silva Félix, docente
1482 suplente; empossado também, para complementação de mandato, o representante discente
1483 titular do câmpus Pelotas, Cléber Saller da Cruz. O presidente deu boas-vindas ao Conselho
1484 a todos os empossados, e disse contar com o apoio e participação nos encaminhamentos que
1485 traçamos e trabalhamos neste Conselho. A seguir, o presidente informou o pedido de retirada
1486 das pautas 18. Insumos/retorno às aulas – Gravataí 19. Liberação de e-mails institucionais para
1487 discentes – Bagé. Propôs dar continuidade à reunião terça e quarta da semana que vem pela
1488 manhã, embora precisemos reservar a sala maior da RNP com antecedência. O presidente disse
1489 que poderá ser usada a sala menor, com as pessoas usando na hora de manifestações e, nos
1490 outros momentos, participando pelo YouTube. O diretor Mack Pedroso propôs antecipar para
1491 esta semana ainda, permitindo mais tempo para a discussão nos câmpus. A conselheira Gabriela
1492 Mandler concordou com o conselheiro e lembrou que nas reuniões presenciais sempre havia
1493 uma apresentação artística ou de projeto, que agora é difícil, mas que seja tentado algum
1494 projeto ou parte artística. O presidente disse que para a próxima é difícil, mas que vai tentar
1495 continuar essa prática nas reuniões virtuais. Retirou sua proposta de reunião na semana
1496 próxima, ficando a continuidade nesta quinta-feira, 9 horas, na sala menor; solicitou que os
1497 suplentes e convidados assistam pelo YouTube, entrando na sala no momento de participar
1498 efetivamente dos temas de sua área de atuação. Passo Fundo propôs que seja sexta-feira.
1499 Colocado em votação: opção 1 – quinta, dia 9; opção 2 – sexta, dia 10; opção 3 – abstenções. A
1500 opção 1 recebeu 36 votos, a opção 2, 17 votos e houve 3 abstenções. Definida a continuação
1501 nesta quinta-feira, 9 horas. Retomada a reunião, em 09 de agosto, o presidente informou que o
1502 conselheiro Carlos Correa pediu para retomar um tema do final da reunião de ontem, mas antes
1503 gostaria de fazer um comentário sobre anúncio por parte do Ministro da Educação, ontem,
1504 marcando a **nova data do ENEM** para janeiro. Esse anúncio foi ontem ao final da tarde e o CONIF
1505 se reuniu à noite para fazer as devidas avaliações e redigiu uma nota de protesto contra essa
1506 decisão que o MEC tomou. Gostaria de dizer que, infelizmente o MEC não reconhece o estado
1507 de calamidade sanitária que o país vive e que tem afetado diretamente todas as áreas do Brasil,
1508 em especial a da saúde, mas também a da educação pública do país. Educação pública que é
1509 responsável pela esmagadora maioria das matrículas do ensino médio oferecidas e que,
1510 portanto, sabidamente através dos noticiários e das pesquisas que têm sido feitas tem afetado
1511 a qualidade e para muitos a parada na continuidade dos seus estudos Mesmo para aqueles que
1512 estão com atividades remotas, todas as dificuldades que se tem visto e ouvido sendo noticiadas.
1513 O MEC não vê esse quadro agravante e marca para janeiro aprova do ENEM. Outro fator
1514 importante que parece não ter sido levado em conta é que todos os prognósticos indicam que
1515 em janeiro não teremos uma vacina eficaz e de ampla aplicação para ser utilizada e, portanto,
1516 em janeiro teremos que ter todos os cuidados de distanciamento social e que esse
1517 distanciamento indica que os espaços das nossas salas de aula terão que ter um terço da
1518 quantidade de pessoas que normalmente comportam. A cada ENEM, praticamente todas as
1519 salas de aula das escolas são usadas para aplicação; estamos pensando que teremos que ter três
1520 vezes mais a quantidade de salas de aula nesse mesmo período em janeiro para aplicar essa
1521 prova. Isso parece que não está sendo levado em consideração no estudo para aplicar uma prova
1522 do tamanho e importância do ENEM para janeiro. Então, fica aqui nosso registro de indignação
1523 com essa decisão, e por mais que tenhamos respeito por opiniões e ideias que acabo de
1524 apresentar a respeito do ENEM, praticamente todos teriam que aceitar a afirmação de que por
1525 que o MEC opta por fazer uma consulta pública junto aos candidatos do ENEM para saber a

preferência de aplicação da prova, para que fazer, se 49% dos que se manifestaram na consulta pública optaram ou pediram para fazer em maio a prova do ENEM para que fazer essa consulta se já tinham outros planos, outras ideias, que fizessem então a decisão monocrática, em vez de dar essa possibilidade dos candidatos se manifestarem e não ser respeitada a intenção colocada por 49% dos candidatos. Para ilustrar e fazer uma analogia isso é tipicamente daquela ideia que o MEC vem defendendo e já tentou por duas vezes a aplicação de uma lista tríplice na decisão, ou seja entre os três mais votados fica a minha escolha aquele que eu quiser, isso é bem a prática de uma lista tríplice, infelizmente. A minha proposta é, e mandei para vocês, a nota do CONIF contrária a essa posição, está sendo publicada na página do IFSul, já está publicada na página do CONIF e a intenção é colocar em pauta para que se faça, não uma nota nova, mas uma manifestação de apoio a essa nota, no sentido de continuar defendendo a aplicação da prova na data escolhida pela maioria dos candidatos do ENEM na consulta que foi realizada. Vai colocar esse item em pauta agora, mas pede que acessem seus e-mails ou a página, para lerem a nota e fazerem as suas avaliações para, no final desta reunião a gente fazer a avaliação da proposta de fazermos a manifestação em apoio à nota. Ratificou que a pauta voltará ao fim da reunião, para debate. A conselheira Janete Otte considera ótimo que se discuta sobre isso, mas que ainda não chegou na lista dos conselheiros. Não está na pauta mas podemos pensar durante o dia sobre outra coisa, tivemos processos eleitorais em outros institutos em que não foi respeitada a pose desses reitores e nós, como CONSUP, também temos que nos manifestar a esse respeito, que se possa pensar em uma nota, alguma coisa, para que isso não vire moda inclusive teu mandato pode terminar e não seja tu o preferido deles e a gente venha a ter alguém externo aqui, não por ser o nosso umbigo, mas porque a democracia tem que ser respeitada e temos que nos manifestar a respeito disso. O presidente propôs que o tema venha a discussão ao fim da reunião. A conselheira Gabriele Mandler disse que, enquanto Conselho Superior, é preciso falar nos cuidados que a gente deve ter em relação à pandemia, cuidados em relação ao vírus, é uma sugestão. O presidente sugeriu que ela se manifeste ao fim da reunião sobre essa temática. O conselheiro Carlos Correa falou sobre o trabalho que foi feito na planilha 5W2H e apresentada pelo pró-reitor Vinícius Martins; surgiram alguns questionamentos dos colegas e acha que também seria importante um posicionamento do Conselho sobre o que foi apresentado, até em função da fala da última conselheira. Quando a gente avalia a planilha 5W2H, ela na verdade é um check-list de várias atividades, prazos, responsabilidades que a gente tem que desenvolver por todos os envolvidos nesse processo que a gente está discutindo, ou seja, é o que será feito, onde será feito, quando ser, por quem será, como e se vai ter custos nesse processo. Um dos questionamentos é se a planilha vai estar lincada com a questão dos decretos estaduais com o decreto 55.292 e também com a portaria conjunta da Secretaria da Saúde e Secretaria da Educação, que são propostas conjuntas do governo do Estado com a Secretaria de Saúde e ainda tem toda a questão da decisão do STF que confirmou a competência dos Estados e municípios e Distrito Federal em ações para combater a pandemia. Acha que faltou esse esclarecimento no sentido de dizer, ok estão todos lincados a essas ações em relação às ações dos decretos do governo do Estado. Também falou sobre as ações do câmpus pelotas nesse contexto. Além das discussões e pesquisas com os estudantes, nós discutimos de forma bem intensa a construção coletiva de um plano de ação complementar no contexto da pandemia, fizemos reuniões com o Conselho dos câmpus, com os diretores de ensino, administração, representações estudantis dentro da ideia que a gestão propõe as ações, a comunidade avalia e aí coloca se concorda, se não concorda se é favorável, faz sugestões nesse processo e tudo isso tendo dois objetivos principais, a implementação de medidas de prevenção, monitoramento e controle do vírus, que possibilite o retorno seguro das nossas atividades num futuro sabe-se lá quando, mas principalmente avaliando como e projetando esses cenários

possíveis para a retomada das atividades dos cursos, sempre dentro daquela filosofia que a gente está discutindo aqui que é priorizando a vida, a inclusão de todos e a histórica e reconhecida qualidade que nós temos. Dividimos em três etapas esse processo, que foi primeiro o diagnóstico da realidade, a análise permanente da conjuntura e todos os dados sobre servidores do câmpus, terceirizados, estagiários, estudantes, e depois a apresentação dessa proposta de um plano de contingência que a gente focou ligado nessa questão das propostas dos decretos estaduais, na composição de um centro de operação de emergência em saúde; organizamos as representações de todos os segmentos do câmpus para que se conseguisse discutir essa ideia; constituímos GTs para discutir e, dentro dessa portaria conjunta das secretarias de Educação e Saúde, eles lincharam vinte e um artigos que tratam de várias questões, como a Gabriele colocou na fala dela. Dividimos aquilo tudo em sete eixos que foi gestão de pessoas, orientação da comunidade, controle de monitoramento de acesso, ocupação dos ambientes, a questão da higienização, como vamos trabalhar com questões de alimentação, pois a gente tem refeitórios, cantinas e outras questões gerais. Todas essas ações, a elaboração do plano, os sete eixos, foram utilizados como referência para o preenchimento da planilha 5W2H, que era a proposta da reitora, tendo como base a metodologia de trabalho que foi implantada no câmpus Pelotas. A partir de tudo isso a gente vai submeter à aprovação da comunidade, e tão logo o plano seja aprovado, a gente vai encaminhar para o centro de operação local, porque já tem municípios chamando os nossos câmpus para participar da construção desses planos ou seja que os câmpus façam parte desses centro de operação. A última etapa desse processo é a projeção do cenário; nós encaminhamos a proposta, a comunidade avaliou, tendo que responder num primeiro momento se eram favoráveis ou não; a grande maioria disse ser favorável, ou favorável em parte, mas temos várias considerações e sugestões, que foram recebidas por nós e estão sendo avaliadas no contexto. Tudo isso reforça a fala do Flávio, que tem colocado nas suas lives e sido muito claro ao dizer que não podemos deixar ninguém para trás nesse processo, a gente não pode esquecer as pessoas. No câmpus temos mais de 5.000 alunos e a gente precisa fazer a inclusão digital de todos. Na última reunião acenamos com a possibilidade de um estudo on line, mas vamos conseguir avaliar. O Conselho deu encaminhamento nas diretrizes para o ensino remoto, mas talvez a gente tenha que pensar diretrizes e protocolos para cenário de aberturados câmpus, ou de cenários que remetam a um ensino híbrido, talvez uma parte presencial e outra não presencial, precisamos também pensar nas nossas atividades práticas, porque a nossa instituição tem um perfil diferente. Somando tudo isso, a gente precisa lançar mão de especialistas da área da educação, ou seja, o acesso vai acontecer, mas como vai ser feito esse acesso, pensando em questões pedagógicas. A gente não pode usar única e exclusivamente esses documentos estabelecidos, por isso a gente tem que lançar mão da expertise dos nossos colegas. A comunidade deu os seguintes encaminhamentos através do Conselho do câmpus: primeiro a contrariedade total ao retorno presencial, ou seja, voltar a atividade no câmpus com todos os servidores, estudantes, está totalmente descartado; segundo é a maior participação dos especialistas da área de saúde pública e epidemiologia nos grupos de discussão; a gente já tem feito contato com a UFPel e também tem colegas no câmpus que têm conhecimento técnico para auxiliar nessas discussões; outro ponto é que a comunidade acredita que poderiam ser acrescentados outros eixos dentro dos que colocou e adequação do que está posto lá; outro é um estudo de um cenário de uma retomada de atividades de forma remota, dentro da etapa de projeção do cenário, a gente vai ter que estar avaliando isso continuamente e vendo como a gente se organiza; uma sugestão que acha bem significativa seria a priorização da turma de formandos na etapa da avaliação do cenário, talvez fosse um ponto importante a gente começar pelos formandos; o estudo das questões pedagógicas e elaboração de um plano de contingência e as duas ações acontecendo de forma paralela, quem

sabe não fazer um verificação junto aos municípios que estão no nosso entorno, o câmpus atende 26 municípios da região, e quem sabe fazer uma tratativa no sentido de existência de espaços disponíveis para estudos ou como a gente vai fazer esse deslocamento entre os câmpus e as cidades vizinhas e, por fim, a defesa da unidade institucional e o respeito às especificidades e condições de cada câmpus. Foi o encaminhamento que tivemos, que seja um retorno conjunto, mas respeitando as especificidades e condições de cada câmpus e, por fim, uma questão que aflige a comunidade, é a angústia dessas paradas picadas, para por mês avalia, para por outro mês, avalia; surgiu a ideia de suspender o calendário acadêmico por tempo indeterminado, para que a gente possa estruturar a instituição na projeção dos cenários, a gente vai avaliando os diferentes cenários, mas com o calendário suspenso, avaliando que o plano está acontecendo, os dados lincados com a planilha 5W2H, com os decretos estaduais e a portaria conjunta, já temos um norte, agora vamos pensar num calendário de como as coisas vão acontecer. É uma visão geral e é importante ressaltar o trabalho que os colegas estão fazendo no câmpus, toda a comunidade e também discutir essas questões. O presidente parabenizou o câmpus e disse ter certeza que esse trabalho tem sido realizado em todos os nossos câmpus, nós temos sempre ouvido todas as movimentações que cada câmpus tem feito para poder analisar todo esse contexto e poder estar propondo formas de encaminhar, tem sido trazido à tona nas nossas reuniões e a gente tem procurado levar isso de uma forma que haja a unificação dessas ideias. Por isso a proposta de se criar o levantamento daquela planilha e, a partir da mesma, poder construir uma proposta de texto dos protocolos de uma possibilidade para quando houver um retorno das atividades presenciais. Ontem comentou sobre a necessidade de seguirmos o decreto estadual com relação aos protocolos de retorno, tem inclusive a decisão do STF que passa aos governadores essa prerrogativa e não ao governo federal e nós, como instituto federal, seguimos esse decreto estadual; então ele está dentro desse contexto de seguir todas aquelas considerações que estão no decreto, inclusive na questão de constituição de COE e que cada plano de atividade que pense em um retorno presencial deve ser submetido a sua COE municipal. Esse contexto está todo dentro daquele trabalho que está sendo desenvolvido em cima dessas sugestões que estão na planilha apresentada ontem. Vale lembrar que a planilha apresentada ontem está bruta, estão apenas as considerações que chegaram de todos os câmpus, e agora está sendo feito o trabalho de sistematização, para poder propor um documento a partir dela e a partir desses decretos. Isso tudo vai voltar para ser apresentado à comunidade como um todo e levando em consideração todas essas questões que são pertinentes. Acho que o trabalho que está sendo realizado nos câmpus é importante para que a gente possa unificar todas aquelas ideias que são viáveis. Este é um processo altamente complexo, mas estamos sempre atentos a cuidar e iremos continuar estando, no sentido de cuidar dessas duas questões para qualquer regulamento, regramento ou protocolo que a gente tenha que definir para a instituição como um todo. Tem certeza que quanto mais pessoas e mais ideias de agregarem a ela vai ser melhor. Em relação às atividades presenciais, não estão na pauta desta reunião do Conselho; estamos com uma instrução de serviço suspendendo as atividades até 3 de agosto e pretende fazer uma reunião extraordinária do Conselho para tratar especificamente sobre a questão da continuidade ou não da suspensão das atividades presenciais, neste mês de julho ainda. Estamos fazendo mensalmente essas deliberações, no sentido de ir avaliando o cenário e tomando a decisão. Se fizermos indefinidamente essa suspensão vai causar os mesmos anseios porque não vai ter nenhuma perspectiva de em que momento essa avaliação vai continuar; fazendo mês a mês temos a garantia de ver o cenário do momento. No item 14 da pauta temos a **pesquisa junto aos estudantes**, esse item foi encaixado quando se fez a questão das atividades remotas e o Rodrigo apresentou a pesquisa, então é um item de pauta vencida, pois já foi apresentado anteriormente e também foram enviadas todas

as pesquisas, câmpus por câmpus para que vocês tomassem conhecimento na nossa reunião. Entrou em debate a **pesquisa de grupos de risco**. É um trabalho que já vem sendo feito há uns dois meses e envolveu todos os nossos estudantes, servidores efetivos e terceirizados. A diretora Ana Paula Silva vai apresentar um apanhado dos resultados que estão postos; esse formulário continua em aberto, então aqueles que ainda não tenham preenchido têm tempo de estar participando dessa pesquisa. A diretora Ana Paula Silva apresentou alguns dos resultados principais sobre a pesquisa de identificação dos grupos de risco no IFSul. Essa pesquisa foi lançada no dia 7 de maio por um questionário online para servidores, estagiários, profissionais terceirizados e estudantes para saber quem pertencia aos grupos de riscos da Covid-19, conforme os critérios estabelecidos pelas autoridades de saúde. Foi baseado num estudo que já tinha sido realizado pelo CaVG e o era conhecer melhor a realidade da comunidade acadêmica e trazer protocolos de proteção mais efetivos no combate à propagação do Corona vírus. Quanto às respostas dos estudantes, nós fizemos três extrações das respostas, nessas três datas 18 de maio, 1º de junho e 21 de junho. Todos os resultados dessas planilhas nós encaminhamos para os câmpus, para que eles pudessem observar a sua situação mais particular. Mas fizemos um apanhado do geral dos respondentes e apresentamos aqui. Nas três extrações, a tendência nas respostas se manteve estável e na extração do dia 21 de junho foi a apresentação já mandada na pauta. Tivemos o total de 2646 respondentes, desse total 19% recebem benefícios assistenciais da instituição, 24% se identificam em algum grupo de risco, 60% utilizam apenas transporte coletivo, 17% não se identificam em nenhum grupo de risco, não moram com alguém do grupo de risco e também não atendem alguém do grupo de risco; 65% consideram que sua casa teria condições adequadas se eles precisassem realizar um isolamento domiciliar em virtude do contágio pela doença. Dos estudantes que pertencem ao grupo de risco, quase 70% pertence apenas a uma categoria e quase 20% pertence a duas categorias. A situação geral desses estudantes que responderam ao questionário mostra que daqueles 24% são pertencentes ao grupo de risco, 61,53% moram com alguém do grupo de risco e 40,63% atendem ou tem alguma responsabilidade sobre uma pessoa que está no grupo de risco. 60% dos estudantes utilizam unicamente o transporte coletivo, já 22,34% usam transporte individual e 17,69% usam ambos. Em relação a sua condição residencial e de deslocamento, 66% responderam que moram com sua família na cidade em que eles estudam, mas 23% disseram que vão ao câmpus para as atividades escolares e retornam diariamente para a cidade em que moram com os familiares, mostrando então a situação de estudantes que precisam se deslocar entre diferentes municípios. Esse foram alguns achados na pesquisa com os estudantes. Dos servidores, contratados e estagiários foram 1365 respondentes no total, identificados no grupo de risco foram 35%, 20% utilizam apenas transporte coletivo, 24% não estão no grupo de risco, não tem nenhum contato com alguém que está no grupo de risco. Sobre as categorias de grupo de risco a qual pertencem, 64,90% pertence apenas a uma categoria, quase 26% pertencem a duas categorias do grupo de risco. 41,19% dos técnicos-administrativos são do grupo de risco, seguido, pelos professores efetivos. Na situação dos servidores contratados e estagiários, 35% pertencem ao grupo de risco, 45% moram com alguém que pertencem ao grupo de risco e 48% atendem alguém do grupo de risco. E sobre o meio de transporte utilizados, vemos que a maioria usa transporte individual, 20% usam transporte coletivo e 18,75% usam ambos os transportes. A conselheira Ana Cristina Silva Gostaria parabenizou pela pesquisa, mas disse que pelo cenário atual essa (inaudível) do grupo de risco, não está representando o que nós estamos vendo. Todos nós somos grupos de risco, não existe um grupo especificamente afetado, então temos que pensar é em toda a comunidade, não somente nos considerados grupos de risco. Queria deixar registrado que todas as vidas são importantes e todos nós somos grupos de risco, independente da classificação do ministério da saúde. O presidente salientou que isso tem sido

o maior peso para a decisão de continuarmos mantendo as atividades presenciais paralisadas, mas entendemos que quando houver alguma condição para as atividades presenciais, nós teremos sim que tomar um cuidado especial com esses grupos mais sensíveis; hoje existem decretos específicos sobre esses grupos e, em algum momento no futuro, teremos que pensar mais pontualmente nesses grupos que são mais sensíveis. Lembrou que a pesquisa ainda está em aberto, caso alguém queria participar para aperfeiçoarmos cada vez mais esse mapeamento. A diretora Ana Paula Silva informou que tem um banner na página principal do IFSul, que leva direto à pesquisa. O presidente disse que, não tendo mais considerações sobre o tema, fica a apresentação desses dados, de todo um trabalho que tem sido feito e que envolve muitos câmpus, no sentido de ter ido atrás dos seus estudantes, para que eles pudessem estar contribuindo e preenchendo esses dados, assim como também atrás de todos os servidores para participarem dessa pesquisa, então fica o agradecimento ao esforço de todos que tem procurado ajudar na divulgação da participação da pesquisa. O diretor Carlos Correa disse que a conselheira Ana Cristina colocou muito bem a realidade, porque temos diversos servidores que estão no grupo de risco; seria importante um apelo no sentido que os colegas participassem desse processo porque a gente precisa de um número significativo, senão a totalidade dos os servidores respondendo essa pesquisa, pois um percentual em torno de 52% responderam. Considera importante uma fala no sentido de chamar a participação das pessoas para que respondam, para nos dar segurança na condução dessas discussões. O presidente passou a tratar da **permanência do Auditor Geral**, servidor Laerte Radtke Karnopp. Este explicou que o mandato do chefe de autoria das instituições federais é regulamentado pela portaria 2737/2017 da CGU, que determina um prazo de 3 anos com a possibilidade da recondução por mais 3 anos, condicionada à aprovação do Conselho, tanto a nomeação quanto a recondução e exoneração do chefe de auditoria são submetidos ao Conselho Superior porque a unidade de auditoria interna se vincula ao Conselho superior. Submetido à votação o nome do servidor Laerte Radtke Karnopp foi aprovado por unanimidade. O auditor apresentou o **RAINT 2019** que, a partir de 2018 não depende mais da aprovação do Conselho Superior, mas o PAINT que é o plano anual de auditoria interna, feito no mês de setembro, outubro de cada ano, para o ano seguinte, precisa ser aprovado no Conselho. O RRAINT tem o prazo do fim de março para ser apresentado para o Conselho Superior, publicado e encaminhado à regional da CGU em Poa, então se trata apenas de uma apresentação. Este ano o prazo foi prorrogado até 28, 29 de maio, em razão da pandemia. O relatório já estava pronto, mas deixamos para publicar apenas nessa data em consideração a muitos colegas de outras instituições que não conseguiram terminar o trabalho no prazo. Explicou que o objetivo do RRAINT é apresentar os trabalhos que foram previstos no PAINT, que foram ou não foram desenvolvidos. No outro ponto nós apresentamos as sistemáticas do monitoramento das recomendações da Auditoria Interna que foram expedidas desde 2017. Os gestores vão informando que providências foram tomadas diante da recomendação da auditoria e nós passamos a considerar como atendidas, não atendidas, com justificativa acatada ou com perda de objeto. Também apresentamos as recomendações de 2019 que foram expedidas, mas ainda não foram monitoradas. Também agregamos uma síntese dos status das recomendações da CGU, das auditorias que a CGU vem fazendo na instituição. Além disso o relatório vai apontar fatos relevantes que impactaram no nosso trabalho. Vai constar no relatório uma análise consolidada dos processos de governança de gestão de risco e de controles interno, e a auditoria aponta essa ausência e incentiva os gestores para que busquem soluções. No fim, relacionamos as capacitações da equipe da unidade de Auditoria Interna. Há uma síntese dos benefícios da atividade de auditoria interna e, por fim, apresentamos algumas atividades que a gente tem feito, algumas medidas para a melhoria da qualidade, como a busca de reuniões conjuntas de solução, reuniões periódicas com o reitor e

o monitoramento em mais de um ciclo anual. A conselheira Janete Otte disse que se pode verificar os trabalhos que tinham sido previstos, o que foi atendido e os que estão como não atendidos e com risco pro gestor, que percebeu no relatório que são muitas ações que não foram atendidas e perguntou se tem um planejamento para o PAINT do ano seguinte e se quando planeja isso não teria que fazer uma dosagem, ou se essas recomendações que não foram atendidas não indicam risco ao próprio gestor. Ficou preocupada com a quantidade coisas nos diversos câmpus e na reitoria não atendidas. O auditor Laerte Karnopp explicou que a auditoria vem com um trabalho de sensibilização para que essas recomendações feitas sejam atendidas pelos gestores e que busca auxiliar para que elas sejam atendidas; tem um índice da própria unidade de auditoria interna e também da CGU que ainda não foram atendidas. Uma das razões de se fazer o monitoramento duas vezes ao ano é incentivar que elas sejam atendidas, porque, sem dúvidas, elas apresentam um risco. Nós somos dentro a instituição o órgão que faz isso, muitas vezes no dia a dia o gestor não consegue olhar com tanta minúcia cada processo, a nossa função também é essa. Cada trabalho de auditoria leva 3, 4, 5 meses para ser concluído e já teve trabalhos que levaram até um ano. A gente tem buscado atuar na implementação dessas recomendações de modo a mitigar eventuais riscos. O conselheiro Francisco Brongar disse ter feito uma leitura de todo o relatório e viu que há um grande número de recomendações não atendidas na área de material, material permanente que não foi encontrado ou que não foi feito levantamento e temos que ficar muito atentos porque isso pode atrapalhar muito a vida funcional, até mesmo para aposentadoria. O auditor Laerte disse que temos um bom índice de recomendações que precisam ser atendidas e vem fazendo essa auditoria de patrimônio há bastante tempo, sistematicamente, tentando fazer dois câmpus por ano, é um trabalho que a gente segue e que tem apresentado bons resultados para a gestão. O patrimônio é uma questão sensível nesta instituição e precisa de uma atenção muito especial de todos os gestores, a gente tem buscado contribuir nesse processo. O conselheiro Mack Pedroso ressaltou o quão são importantes os apontamentos que desde 2013 auditoria fez junto ao câmpus Sapucaia, é muito importante vocês nos alertarem, nos sensibilizarem e nos educarem para que as correções sejam feitas, para que os apontamentos sejam justificados e assim preservar não só os gestores e os seus câmpus mas a instituição como um todo. Isso tem ocorrido ao longo de muitos anos nem sempre a gente consegue atender a tempo porque algumas situações não são de imediato, você faz o apontamento e resolve no outro dia, a gente tem que tomar procedimentos, revisar, justificar e vocês sempre nos alertando. Agradeceu em nome de toda equipe do câmpus Sapucaia e da gestão, porque a gente tem aprendido muito a se policiar melhor, faz esse agradecimento a toda equipe. Vocês continuarem fazendo isso é fundamental para que a gente, enquanto gestor, olhe mais atentamente para as nossas ações, faça as correções necessárias, normatize melhor os procedimentos, possa seguir tranquilo no nosso trabalho. O auditor Laerte Karnopp comentou que o trabalho na auditoria é um trabalho complicado, que nós somos os chatos de plantão que ficam apontando o que não vai bem e tentando corrigir, mas o propósito é exatamente esse, ficar no pé quando for necessário, porque todos queremos a mesma coisa, que é melhoria da gestão pública. Agradeceu e com certeza vai transmitir à equipe. A conselheira Gabriele Mandler sugeriu que quando forem entregar o relatório de auditoria, enviassem também o plano do próximo ano, para a gente conseguir mais ou menos ver essa continuidade das ações. Mesmo que já tenha sido aprovado e sabe que é difícil, mas o plano normalmente é aprovado em outubro a gente já não tem muita intimidade com a auditoria. O auditor Laerte Karnopp disse que o relatório que está trazendo, é referente ao plano de 2019. Ele também está publicado na aba da auditoria interna, está também disponível para consulta, mas de toda forma a gente segue à disposição para fazer os esclarecimentos necessários. O presidente agradeceu a presença do Laerte. Seguindo a reunião,

lembrou que as pautas 18 e 19 foram solicitadas as retiradas delas e passou à discussão da **reserva de vagas para servidores nos cursos de pós-graduação do IFSul**. O conselheiro Nilo Campos lembrou que o tema já tinha sido pauta da na última reunião do CONSUP, no ano passado e, após a gente expor e conversar com alguns coordenadores que estavam presentes, resolvemos jogar para a primeira reunião do ano seguinte que é esta reunião de hoje. A pauta foi reencaminhada exatamente porque permanece a necessidade de se fazer algo a respeito. Ainda hoje nós temos um público para especialização, os docentes, em torno de 27 pessoas, dos técnicos-administrativos, em torno de 309 colegas não têm especialização. 27 docentes, 309 técnicos e temos 116 docentes e 646 técnicos que não têm mestrado. A gente resolveu encaminhar essa proposição a respeito e coadunando alguns institutos da rede e com algumas universidades federais, como o exemplo da Universidade Federal de Pelotas, que tomou essa iniciativa e já tem desde maio do ano passado uma resolução do seu Conselho que abre uma reserva de 10% das vagas dos cursos de especialização de pós-graduação em geral. Quando se fala em servidores evidentemente a gente fala nos docentes e dos técnico-administrativos. A universidade reserva e será quase padrão nas instituições de ensino que fazem isso, reservar essa porcentagem de suas vagas para servidores da casa. Isso se torna mais relevante porque do ano retrasado para cá se acentuam mais ainda as restrições aos orçamentos das instituições. Aqueles valores que a gente implementava para qualificação e capacitação dos servidores do IFSul são valores que estão contidos ou não tiveram nenhuma evolução em termos de cifra. Isso causa uma dificuldade para a instituição, pois uma instituição de ensino que possui os cursos que tem, ela pode proporcionar aos seus servidores ou tentar facilitar de alguma forma ou igualar de alguma forma a participação dos servidores nos seus cursos de pós-graduação na condição de aluno, inclusive fazendo link reduziria os custos que já foram reduzidos enormemente para instituição em termos de qualificação e capacitação de servidores. Lembrou que essa política é estabelecida nos regimentos a partir da Lei 8.112, depois da lei que criou os institutos. No próprio regulamento interno da instituição existe sempre um dispositivo de incentivar, de proporcionar a qualificação de servidores porque isso resulta evidentemente que, quanto mais qualificado o servidor, mais qualificado serviço ele presta para quem demanda os nossos serviços. Entendemos o problema da pandemia, mas também entendemos que é uma pauta que tem que ser apreciada por esse Conselho e tem que ser definida por esse Conselho no sentido de possibilidade de viabilizar essa reserva de vaga, ou seja, vamos supor que seja uma turma de 30 alunos, três vagas seriam destinadas para os servidores do IFSul. O presidente lembrou que na última reunião do ano passado estiveram presentes no auditório do câmpus Pelotas dois coordenadores de programas de mestrado, não estavam todos os coordenadores e eles colocaram uma série de argumentos defendendo algumas dificuldades que teria para fazer a implementação. Após isso ficou acertado que a gente voltaria esse ano na primeira reunião para dar continuidade no debate e ver como encaminhar questão. Nesse sentido o Vinícius fez um contato com os coordenadores. O pró-reitor Vinícius Martins relatou ter feito duas reuniões para tratar sobre esse item de pauta e também sobre as cotas de ações afirmativas que programas ainda não possuem e, a partir dessas reuniões, os programas fizeram algumas considerações e fizeram uma proposição para avaliar no Conselho As considerações para o programa são as seguintes: considerando que o IFSul não possui um programa de autocapacitação, considerando que o IFSul tem política de capacitação com afastamento, pagamento de mensalidades, redução de carga horária de trabalho, considerando que o IFSul não possui um programa que permite reserva de vaga para servidores na graduação, considerando que esse programa de pós-graduação possui um GT formado por professores de pós-graduação para implementação de cotas e ações afirmativas, considerando que os cursos pós-graduação *stricto sensu* tem o funcionamento autorizado pela Capes, e é hoje quem

autoriza a execução dos cursos e pós-graduações *stricto sensu* dentro do IFSul, considerando que as APCN não contemplavam essa reserva de vagas na submissão da solicitação de todos os cursos diretamente, diferentemente do ProfEPT que já possuía isso no seu APCN, considerando que no PPGEDU que aprovou agora o doutorado, 43% dos alunos são servidores do IFSul e desses 44,4% são TAEs. 15% dos alunos da Engenharia e Ciências Ambientais são servidores do IFSul e o número de vagas não pode aumentar devido à relação no número de estudantes em relação ao número de orientadores, uma vez que a Capes indica dois alunos por orientador; considerando que os programas de pós-graduação são a favor dessa discussão de qualificação dos servidores, eles vieram com uma proposição dos programas e esse GT está fazendo a discussão de implementação de cotas possa trabalhar e possa efetivamente fazer essa implementação de cotas de ações afirmativas. Paralelo a isso a PROGEP deve fazer um levantamento das demandas do IFSul em cima de servidores que Nilo apresentou os dados. Depois o mesmo GT irá discutir as possibilidades junto à Capes, principalmente no caso dos programas *stricto sensu*, para uma turma fora de sede distinta daquela que ela promove. A partir daí, montar um GT PROGEP, proesp, com os programas de pós-graduação e proen para a construção da política de autocapacitação. O conselheiro Nilo Campos disse que, ao ouvir a exposição do Vinícius, vê um pequeno avanço nessa questão, a partir do momento em que começa a se aceitar e a se reconhecer essa necessidade interna, porque se iniciou com alguns coordenadores não aceitando, uns cursos não aceitando em hipótese alguma, no entanto me parece que permanece um pouco essa (inaudível), na medida em que propõe criar uma turma específica para servidores IFSul, talvez fosse melhor a ideia dos coordenadores do que reservar vaga nos cursos já existentes. Tem que ser entendido que é uma certa necessidade, certa urgência e não dá para ficar empurrando as coisas com a barriga. E seria muito bom ser aproveitar esse tempo em que estamos em regime de pandemia, exatamente para avançar, para ganhar tempo na construção de algo mais premente, mais urgente, porque a necessidade existe e é clara. O IFSul vinha conseguindo bancar essa necessidade por um bom tempo porque tinha recursos a destinar, a gente atendia toda demanda anualmente. Hoje a situação é outra já que esse governo não atende, é mesmo contra a educação. A instituição deve resolver os seus problemas internamente, não tem outro jeito. A gente vê alguns considerandos que o Vinícius trouxe que não são um obstáculo, a Capes não é obstáculo para isso, na verdade se houvesse tantos obstáculos assim, as universidades e os institutos não teriam feito isso, teriam contado com as mesmas dificuldades. Se tem uma proposta que é melhor que esta 10%, que seja uma proposta melhor. Agora pareceu muito vago essa proposta que vem das coordenadorias de curso, na medida que nem prazo estabelece para que isso aconteça. Quer chegar a um consenso, mas continua mantendo a proposta porque parece que pode ser mais imediata, só nesse sentido, na medida em que não há um indicativo de data para começar isso. Não tem uma outra solução, uma outra proposta a não ser o que está propondo desde o ano passado. A conselheira Janete Otte disse que existe uma diferença entre reserva de vagas e cotas. No caso, a reserva de vagas é o critério com que se beneficia um grupo específico de candidatos na seleção dos cursos, já as cotas são outras coisas para grupos diferenciados ou fora da questão. O pró-reitor Vinícius Marins disse que hoje o ProfEPT tem uma reserva de vagas para servidores de 50% e nessa linha limitando 10% para pós-graduação de uma maneira geral, iremos entrar em conflito com o regulamento do ProfEPT que 50% das vagas são para servidores. O conselheiro Nilo: Campos ressaltou que a proposta, a documentação que eu encaminhou na época para o Conselho diz no mínimo 10%, não limita não põe um teto de 10%. O pró-reitor Vinícius Martins falou que existe a possibilidade de MINTER e DINTER, e por isso é importante avaliar considerando esses 27 docentes e 309 técnicos-administrativos que não têm especialização, mas o maior montante são 116 docentes e mais 646 técnicos-administrativos que não têm

1910 mestrado, se nós tivemos diversas turmas com interesse em algum tipo de curso na Engenharia
1911 Elétrica, na Engenharia da Computação, Administração e informática, outros cursos que possam
1912 ter interesses, com esse levantamento da PROGEP a gente consegue identificar esses servidores
1913 que querem fazer os programas de mestrado e quais os programas por que se interessaram.
1914 Nós podemos abrir MINTER e DINTER a qualquer momento, desde que nós tenhamos demanda.
1915 No MINTER e DINTER existem duas modalidades, se formos fazer em uma instituição privada
1916 somos obrigados a pagar, mas se for em uma instituição pública, será apenas uma parceria entre
1917 a instituição que está fazendo o curso e o instituto. O conselheiro Nilo disse ser muito boa essa
1918 ideia, que não é inédita. Acha uma iniciativa excelente, é uma iniciativa que não exclui a sua
1919 proposta, nós temos que ter várias possibilidades de atender demanda. Em função do
1920 quantitativo dessa demanda, quanto mais opções a gente tiver para resolver essa questão
1921 melhor, já que não se tem mais verba. O presidente ressaltou que o assunto já vem já três
1922 reuniões e nós temos que avançar no sentido de procurar caminhos para atender uma
1923 necessidade que é reconhecida por todos; é um assunto muito complexo para chegar e votar se
1924 implementamos ou não, por isso gostaria de propor que nós tenhamos um limite para que na
1925 próxima reunião ordinária do Conselho se traga uma proposta a mais robusta em relação ao que
1926 está sendo colocado. O conselheiro Everton Felix disse entender que a legislação não nos tranca
1927 para fazer essa oferta de reserva de vagas, são de cotas. O MINTER e o DINTER ou uma turma
1928 específica, hoje ela cai bem, com certeza, só ela vai tratar um momento, então esses servidores
1929 que participarem pelo MINTER e DINTER ou que entrarem nessa turma no dia posterior vão ficar
1930 aguardando quanto tempo para que instituição consiga a ofertar uma nova turma. Entrou em
1931 a pauta a discussão sobre a **extinção das UASGs avanço da terceirização e suas consequências**.
1932 O conselheiro Francisco Brongar disse que está curso a extinção das UASGs e o Governo
1933 prometendo vantagens e forçando a implementação de ferramentas que vão acabar
1934 terceirizando o serviço público, não só está a extinção das UASGs pois nós já temos o táxi gov,
1935 temos o almoxarifado virtual. O sindicato teve uma reunião com o reitor e nesta reunião ele
1936 colocou que tem que se extinguir, mas ele está mantendo as estruturas para os câmpus.
1937 Estamos trazendo esse assunto pois o governo tenho nos atacado, principalmente na
1938 terceirização. O governo já tem o táxi gov , o pessoal inclusive já está vendendo os seus veículos
1939 e aderindo ao táxi gov, que é uma empresa que vai fornecer os automóveis e os motoristas; está
1940 em curso também o almoxarifado virtual, que é uma única empresa para comprar insumos para
1941 todo o Brasil. A pró-reitora Daniela Lopes apresentou eslaides detalhando o que são UASGs e
1942 os dados do processo de extinção. O presidente explicou que, desde dezembro o CONIF está
1943 trabalhando com o Ministério da Economia para tentar cancelar essa portaria ou modificá-la
1944 para os institutos porque entendemos que ela não serviria e somos contra a portaria. Não
1945 conseguimos ganhar deles nessa reivindicação, apesar de todos os documentos, o que se
1946 conseguiu foi adiar a implementação, porque a data inicial era em abril e foi adiado até julho. E
1947 hoje já aponta que até o final do ano poderemos manter a estrutura que nós já temos e só
1948 pensar em perguntar no ano que vem. Conseguimos ganhar um tempo e resistimos ao máximo,
1949 mas chega um ponto que não tem mais o que fazer. O conselheiro Lucas Vanini gostaria de
1950 esclarecimento sobre o motivo de Passo Fundo perder as UASGs antes de Charqueadas. A pró-
1951 reitora Daniela Lopes explicou ter sido por que Charqueadas ganhou em dois dos critérios que
1952 foram estabelecidos, o orçamento de Charqueadas é maior que o de Passo Fundo e o número
1953 de contrato também, Charqueadas tem 18 contratos e Passo Fundo tem 17. O presidente
1954 considerou que a questão das UASGs ficou bem esclarecida, que a Daniela fez uma ótima
1955 apresentação. Muitas vezes não é questão de aderir ou não aderir, mas são circunstâncias que
1956 nós não temos como fazer nada a mais para tentar combater aquilo que a gente não concorda,
1957 mas é o que está posto e a gente precisa fazer com que a instituição continue. Com relação ainda

1958 à questão do almoxarifado, mesmo que a gente vá no caminho de utilizá-lo efetivamente para
1959 todos os campos, não quer dizer que nós vamos retirar pessoas que trabalham no almoxarifado,
1960 porque o almoxarifado tem sua vida própria e esse material que vai vir não vai diminuir a
1961 atividade daquela pessoa que está no almoxarifado, o que pode vir a diminuir é a licitação desse
1962 material de escritório, que hoje se preocupa procura fazer unificado por toda a instituição. Não
1963 há também como justificar comprar um lápis de um real pelo almoxarifado virtual, em uma
1964 pesquisa de preço está pagando um e cinquenta, então a gente não pode fechar para esse
1965 caminho. Também temos que analisar e continuar acompanhando a possibilidade de ser
1966 vantajoso para instituição. Com relação ao taxigov ainda está muito recente, se conversou
1967 apenas em Brasília e esse ano está na região metropolitana de lá. O conselheiro Mack Pedroso
1968 disse que, mesmo que a gente tenha contratação, a possibilidade do almoxarifado virtual, os
1969 campos tecnicamente não são obrigados a fazer a compra só por eles? É importante também
1970 que fique claro embora ele possa ocorrer, mas nós temos também chances e possibilidades de
1971 manter sim os nossos serviços, as nossas formas de contrato de compras e não somos obrigados
1972 a ficar só no almoxarifado. E quanto à questão do taxigov também concorda, pode ser questão
1973 de precarizar serviço, mas no caso de Sapucaia, nós só temos um motorista e temos quatro
1974 veículos e, às vezes, nosso motorista é cedido para fazer um serviço com ônibus, para o nosso
1975 câmpus ou para os câmpus próximos, então nós ficamos sem motorista no campo e aí temos os
1976 serviços que são internos, como deslocamentos internos, idas ao banco e a opção acaba sendo
1977 um certo comprometimento para alguns servidores, que tem que fazer esse serviço dirigindo o
1978 veículo. Isso também é um pouquinho complexo então vê que nesse sentido seria auxílio para
1979 alguns câmpus que não possuem contratos de motoristas, e que geralmente é o diretor, o chefe
1980 de departamento ou um servidor que acaba assumindo esta responsabilidade de motorista.
1981 Também da mesma forma entende que a adesão no caso taxigov é um serviço a mais, se o
1982 câmpus precisar, mas também não é obrigatório. A conselheira Claudia Schwabe disse que, pelo
1983 que entendeu, não existe maneira para dizermos não para a terceirização. Mas de que maneira
1984 nós iremos dizer não, de que maneira nós vamos proteger a nossa instituição e acha que uma
1985 maneira de proteção seria não utilizar a princípio. A pró-reitora Danela Lopes disse que nós não
1986 somos obrigados a aderir e nós continuaremos com os nossos almoxarifados funcionando da
1987 mesma maneira, porque por esse sistema do almoxarifado virtual quem dá o ok na análise dos
1988 pedidos é o setor de almoxarifado; eles têm que seguir analisando e verificando o que for
1989 pedido, então ele passa pelo almoxarifado já existente na instituição e, além disso, ele também
1990 é muito restrito, é apenas para material de expediente. Na verdade, é só um sistema que eles
1991 estão oferecendo para que a gente possa comprar material de expediente por demanda. O
1992 presidente explicou que o nome almoxarifado virtual é como se tivesse almoxarifado nacional,
1993 mas não é isto. O material vai continuar vindo diretamente para o almoxarifado do câmpus na
1994 instituição e essa proposta é para termos alguns itens que poderão ser adquiridos diretamente
1995 nessa empresa, evidente que esse valor é um valor mais baixo do que aquele que a gente paga
1996 normalmente, mas ele não vai tirar trabalho de ninguém, o único que vai diminuir um pouco é
1997 a licitação na reitoria que tem uma licitação única para parte desses produtos, mas o fato é que
1998 nós estamos trabalhando e vamos continuar fazendo avaliação para saber se vale a pena ou não
1999 vale. A conselheira Gislaine Saueressig disse que na adesão ao táxigov não faz diferença se nós
2000 iremos usar muito ou pouco, pois a partir do momento que nós aderirmos esse serviço
2001 estaremos passando uma mensagem de que é isso que queremos para o serviço público e para
2002 nossa instituição. E outro ponto é que sobre o almoxarifado virtual nós assistimos uma live, uma
2003 apresentação sobre o projeto e eles falam sobre a implementação do Just in time, que é um
2004 sistema de fornecimento de material que elimina estoque, inclusive uma das justificativas do
2005 projeto é a eliminação de estoque e a liberação do espaço dos almoxarifados, então esses

materiais de expediente que são agora o tipo de material proposto pelo almoxarifado virtual ele não deveria ter no almoxarifado. O conselheiro Roberto Vieira Jr. disse que aceitando esse tipo de orientação; de usar almoxarifado, taxigov; ouviu a fala da Daniela falando para os c:ampusmque não têm motorista, mas será que a gente não tem que notar que eles têm um motorista, têm o próprio veículo para se locomover; como vão ficar os projetos de extensão para atender os alunos; em Camaquã, o veículo busca os alunos e traz à instituição para fazer trabalho de extensão, trabalhos de aula de matemática, de português, para alunos que não são do instituto, e comum veículo desses como faríamos? Se hoje podemos fazer uma pequena verba para pagar o combustível, se não tivermos o veículo vamos ter quanto de dinheiro para o combustível, a contratação do próprio veículo, ou o motorista. Na última fala da Cláudia, hoje é apenas o lápis, a borracha e o papel, mas qual é a tendência futura? Hoje podemos ter almoxarifado virtual, e se a ideia for em nível nacional? O monopólio de um único lugar estar fazendo o gerenciamento de tudo isso. Pegou uma fala da Daniela e do Flávio: não haverá deslocamento dos servidores para a reitoria. A gente não pode deixar de lembrar que o próprio Governo quer tirar a estabilidade do servidor, uma coisa que nos protege contra o assédio, os aposentados não vão ser substituídos, as pessoas não vão poder se manifestar e não havendo deslocamentos para a reitoria essas pessoas podem ser dispensadas. Temos que lutar contra isso e fazer com que os câmpus continuem com sua autonomia. Sobre os veículos, o presidente explicou que tem coisas que a gente tenta resistir, algumas consegue, outras não. Por exemplo, anualmente têm sido reeditadas portarias do Ministério da Economia proibindo a aquisição de veículos há anos. O carro em que tem andado pelos câmpus é de 2011 e já está com quase 300.000 km. E os colegas que se deslocam entre os câmpus tem usado esse tipo de veículo; estamos ficando com uma frota antiga e ultrapassada e não temos como fazer renovação. Mesmo que tivéssemos recursos não poderia ser feita a aquisição de veículos. São coisas que vão nos cercando e se chega a um ponto que não tem mais o que fazer; se um veículo estragar e a gente não conseguir fazer a manutenção, não vamos ter veículos suficientes para circular ou fazer transpores para estágios, microestágios. Sobre ter mencionado o uberprofessor, o reitor disse que estamos sempre buscando resistir contra isso. Hoje lançamos edital de concurso público para docentes, de vagas de aposentadoria e vacâncias, depois de muitos empecilhos a serem quebrados. Muitas instituições pelo Brasil estão com receio de fazer e nós optamos por levar à frente o processo, porque entendemos ter todo o arcabouço jurídico para continuar realizando os concursos. Estamos fazendo todo o possível para resistir e ir contra o que precariza a instituição. O conselheiro Roberto Vieira Jr. falou sobre o **Restabelecimento do pagamento de auxílio transporte, insalubridade e periculosidade**. Manifestou o descontentamento diante da questão que causou prejuízo salarial aos servidores e estagiários e questionou de onde surgiu a suspensão, se do Governo, em nível nacional ou das reitorias. Esses auxílios e adicionais podem ser considerados justos por não estar havendo trabalho presencial, mas discordam da forma adotada que geram várias dúvidas, uma delas: quando retornarmos, a auxílio-transporte será pago antecipadamente ou o servidor deverá pagar pelo seu transporte? Usar parte do seu salário e aguardar o reembolso no fim do mês. A discordância se dá pelo fato que o salário deve ser usado para o seu sustento e de seus dependentes e não para cobrir o custo de deslocamento para o local de trabalho, não esquecendo que o auxílio contempla não só deslocamento municipal como intermunicipal, podendo chegar a interestadual, quando o valor aumenta conforme a distância entre local de trabalho e moradia. Outro questionamento é sobre a situação dos pagamentos de periculosidade e insalubridade, estranho, porque nunca foi suspenso em período de férias, dessa forma não há o que justifique o não pagamento. Se tais suspensões se justificam pelo não comparecimento ao local de trabalho, surgem novos questionamentos: com o surgimento da proposta do trabalho remoto que vem sendo feito pelos

2054 TAEs e para manter a justiça novas avaliações devem ser revistas, visto que para a atividade
2055 remota demanda necessidade de energia elétrica, pacote de dados de internet, utilização de
2056 aparelhos eletrônicos, como celulares, notebooks, etc. Para continuarmos com a proposta de
2057 sermos justos, questiona como ficará o custo de todos esses itens citados para a manutenção
2058 das atividades remotas. Levando em conta a pandemia, devemos ter um novo ambiente de
2059 trabalho, com utilização de EPIs e demais acessórios necessários para higienização do local onde
2060 estaremos trabalhando presencialmente. Assim, não deveria ser revisto o PCMSO (Programa de
2061 Controle Médico de Saúde Ocupacional) em todos os câmpus , em todo ambiente de trabalho?
2062 Questiona se todo o servidor em seu local de trabalho não está em local com risco biológico,
2063 local insalubre. Recebeu relato de cortes que não foram feitos simultaneamente para todos os
2064 servidores, parece que alguns continuaram recebendo os auxílios transporte, periculosidade e
2065 insalubridade e outros tiveram suspensão antecipadamente, não houve um sincronismo. Disse
2066 que hoje os trabalhadores tem auxílios agregados aos salários como valor complementar,
2067 embora o nome não esteja dessa forma no contracheque e sim sendo chamado de
2068 penduricalhos. Nossos salários estão sem reajuste, os TAEs desde 2016 não tem reajuste e para
2069 agravar, todo o aumento que houve não foi proporcional às perdas salariais, chegando hoje a
2070 uma defasagem de 30%do valor real. Manifestou-se em total desacordo com a suspensão,
2071 solicitando a revisão do posicionamento adotado pela gestão, reitoria ou quem houve a
2072 suspensão. Finalizou dizendo que está sendo movida uma ação pela assessoria jurídica da
2073 direção nacional para esse ponto de pauta. O presidente explicou que nem ele nem o Pozza vai
2074 conseguir responder ou trazer os argumentos de toso os itens apresentados e pediu que o
2075 sindicato officie a reitoria com esse documento para que possa ser respondido por escrito,
2076 pontualmente, cada um dos itens levantados. Na questão do auxílio transporte, periculosidade
2077 e insalubridade, começamos o processo de suspensão das atividades presenciais e continuamos
2078 fazendo o pagamento de todos esses itens por entender que havia condições de fazer e não
2079 haveria necessidade desse corte. Vocês sabem que respondemos a um sistema maior e temos
2080 que seguir as orientações que vêm deles. De imediato mandaram fazer o corte do auxílio
2081 transporte, ficamos ainda um mês com esse auxílio, depois não tivemos mais argumentos para
2082 manter esse auxílio. O auxílio periculosidade e insalubridade continuou sendo pago mesmo
2083 depois da suspensão do auxílio transporte, mais um mês, por entendermos e estarmos
2084 argumentando junto ao Ministério da Economia que tínhamos que manter. Também fizemos
2085 movimento em relação a isso via CONIF junto ao Ministério da Economia. Logo que surgiu um
2086 entendimento de legislação com relação à insalubridade e periculosidade procurou o sindicato
2087 e disse que ia segurar enquanto desse, mas que o sindicato deveria entrar com ação judicial
2088 contra isso, inclusive passou uma peça de uma ação judicial de outro sindicato que estava
2089 tentando na justiça esse processo. Desde aquela época já tínhamos esse receio, manifestamos
2090 esse receio para o sindicato e pediu que nos ajudassem nesse processo entrando com uma ação,
2091 porque temos limite. Colocar apenas que ´foi vontade da reitoria suspender os pagamentos não
2092 é verdade, nós não temos essa vontade, mas temos que seguir os trâmites que o sistema nos
2093 impõe, sob pena de sermos autuados e com chance de improbidade administrativa. Nesse
2094 sentido, o ponto que balizou a interrupção desses auxílios foi um parecer da AGU, fazendo um
2095 parecer vinculante que valesse para todas as seções da AGU no sentido de que era ilegal o
2096 pagamento da insalubridade e da periculosidade. A AGU é quem defende a instituição perante
2097 ações judiciais ou qualquer processo que se instaure na justiça federal ou até mesmo no TCU;
2098 então, quem tem habilitação para defender, está dizendo que não vai nos defender se a gente
2099 for nesse caminho. Não tínhamos outro caminho a não ser a interrupção desses pagamentos em
2100 função desse parecer vinculante da AGU que veio de Brasília. A conselheira Ana Rodrigues
2101 perguntou por que no SIGEPE aparece que estamos afastados em trabalho remoto e como isso

2102 vai acontecer na nossa carreira, afastamento, aposentadoria, capacitação; se tem afastamento
2103 não sai; não estava na pauta, mas surgiu essa semana a dúvida. O pró-reitor Nilo Pozza disse que
2104 a pauta do SINASEFE é legítima, que defendemos a manutenção do pagamento, mas, no resumo
2105 da pauta, como o conselheiro falou, avaliou como fortes as palavras usadas, no sentido de que
2106 causarão prejuízo salarial aos servidores e estagiários. Para que não fique nenhum mal
2107 entendido, esclareceu que, com relação ao aspecto legal, o auxílio transporte é uma verba de
2108 natureza obrigatória, ou seja, indeniza o que já foi realizado, então não é paga por antecipação;
2109 pelo aspecto legal, sendo verba indenizatória, se não há deslocamento, não é devida. Embora
2110 não tenha sido nossa vontade suspender, por questões de legalidade estrita que precisamos
2111 seguir, fomos forçados a fazer a suspensão. Nesse sentido a gente não pode entender que há
2112 prejuízo salarial para estagiários, não se mexeu no valor da bolsa; estágio não tem vínculo
2113 trabalhista, então não recebe salário, é bolsa e o valor foi mantido, sem nenhum desconto. Com
2114 relação à insalubridade e periculosidade, os adicionais ocupacionais, estagiário não pode
2115 desenvolver atividade insalubre, então não recebem o benefício e não sofreram prejuízo na sua
2116 remuneração. O auxílio transporte, embora tenhamos suspenso no primeiro mês para os
2117 servidores efetivos, por força da IN 28 que determinava apenas para esses, no mês seguinte foi
2118 retificada e o desconto estendido a professores substitutos e estagiários. Causou surpresa essa
2119 proposição de pauta, visto que, em 13 de abril, a PROGEP emitiu informe esclarecendo sobre as
2120 implicações da IN 28. Nesse informe foi tratado pontualmente cada implicação. O pró-reitor leu
2121 o cabeçalho do informe encaminhado e também a parte da IN que fala dos adicionais
2122 ocupacionais e os argumentos contrários à suspensão. Isso demonstra a intenção de manter os
2123 pagamentos ao confrontar a determinação do órgão central do SIPEC. O IFSul, no Fórum
2124 Nacional dos Gestores de Pessoas – FORGEP, que é do CONIF, o IFSul foi o pioneiro na defesa
2125 dessa linha de preservação dos direitos de quem recebe esses adicionais, embora alguns
2126 dirigentes estivessem muito receosos, conseguimos junto com alguns simpatizantes, que o
2127 FORGEP encaminhasse, por intermédio da Câmara de Gestão de Pessoas, a proposição de um
2128 questionamento ao Ministério da Economia, alegando o que leu no informe. O CONIF, também,
2129 não por unanimidade, mas entendendo a legitimidade e a necessidade de tentar manter esses
2130 valores preservados na folha de pagamento, questionou o Ministério da Economia,
2131 apresentando uma série de alegações bastante legítimas, mas não tivemos êxito. Conseguimos
2132 manter durante um período e, infelizmente, no dia 14 de maio, publicamos novo informe com
2133 relação à necessidade de suspensão desses adicionais educacionais, que também foi lido. Disse
2134 que no momento em que é uma determinação é a provada pelo advogado da AGU, ela se torna
2135 vinculante em todas as instâncias da administração pública e elas precisam seguir o
2136 entendimento. Será satisfatório para a gestão um resultado positivo da ação sinalizada no início,
2137 que permita o retorno do ressarcimento. Quanto à questão da Ana Cristina, explicou ser uma
2138 questão operacional; esses supostos afastamentos não existem, portanto não causam qualquer
2139 reflexo nos demais direitos de carreira de todos os servidores docentes e TAEs, separa aqui por
2140 serem carreiras distintas, foi determinado pelo órgão central do SIPEC por uma questão
2141 operacional para que se possa identificar quem são os servidores que estão em trabalho remoto
2142 e aqueles que estão em casa, mas impedidos de trabalhar. Eles criaram dentro do sistema SIAPE,
2143 que gerencia a folha de pagamento, duas ocorrências funcionais, não são ocorrências de
2144 afastamento, reforçou que não existem esses afastamentos, que não existe fundamento legal
2145 para eles, Criaram o código 387, que é trabalho remoto, e o código 388, que é o afastamento
2146 Covid. Como não temos a possibilidade de identificar quem efetivamente executa atividades
2147 remotas e quem efetivamente está impedido de trabalhar, seja por falta ou precariedade de
2148 equipamentos, de internet, da estrutura física da residência da pessoa; assim como temos
2149 estudantes que vivem em uma residência pequena, várias pessoas em um único cômodo além

2150 do banheiro; como não sabemos se eventualmente poderia ter alguma intenção escusa nesses
2151 registros, optamos por registrar o afastamento remoto para todos e todas. Inicialmente
2152 estávamos resistentes, embora delegação do órgão central do SIPEC, mas como tivemos que
2153 cumprir a decisão de descontar os benefícios, optaram pelo desconto manualmente, a princípio,
2154 mas apesar de todo o cuidado na conferência para evitar o desconto em duplicata pela PROGEP,
2155 isso infelizmente aconteceu; detectados, esses valores foram restituídos, mas isso causou
2156 transtornos porque se a pessoa teve férias ou está em licença capacitação ou outro tipo de
2157 afastamento, o sistema já lança o cálculo automático. No mês de junho adotaram a sistemática
2158 de lançar essa ocorrência funcional para todos os servidores e servidoras porque o sistema já foi
2159 configurado para fazer todas as verificações, tanto que desde o início o Ministério da Economia
2160 recomendou que não se fizesse descontos manuais. Reforçou que não causa nenhum tipo de
2161 prejuízo aos demais direitos dos servidores e traz uma praticidade porque apenas suspende os
2162 adicionais ocupacionais e o auxílio transporte na vigência do período, retornando
2163 imediatamente quando deixar de ser lançado. Está aparecendo para os servidores como
2164 afastamento, mas deveria ser transparente, no sentido de que não deveriam enxergar, a
2165 exemplo do que acontece quando há uma mudança de carreira, fica registrada dentro do SUAP
2166 (inaudível) sistema da década de 90 que possui diversas limitações; não traz qualquer tipo de
2167 prejuízo à carreira dos servidores.

2168 O conselheiro Nilo Campos disse que as justificativas técnicas colocadas pelo pró-reitor estão
2169 absolutamente corretas, não há o que contestar, a gestão seguiu o caderno, não obstante o
2170 conselheiro pensa que, em alguns momentos, a gente pode sair da risca e tentar um caminho
2171 que ainda não tenha sido trilhado. Todos sabemos que estamos num momento excepcional;
2172 então, num momento de normalidade, se aplica a normalidade; em momentos inéditos e
2173 anormais, a gente tem que ser o primeiro a questionar; começa questionando sobre o papel da
2174 AGU, sobre a visão que se tem da AGU, pensa que ela não está acima de nós e não é tão
2175 poderosa e vinculante assim, por exemplo, dentro do IFSul tem uma Procuradoria com um
2176 procurador que é membro da AGU, só que o IFSul paga CD para essa pessoa. Historicamente a
2177 Procuradoria sempre defendeu o reitor; muitas vezes viu o procurador não ser tão favorável a
2178 algum movimento de uma gestão, mas o reitor é quem manda e resolveu fazer e o Procurador
2179 disse, faça, depois eu vou defender judicialmente; então a AGU está para nós num papel de
2180 parceria, não de chefia, ela tem que defender os interesses das instituições. Acredita que se
2181 deveria ter deixado essa questão rolar até que o Governo tomasse a iniciativa de cortar os
2182 pagamentos; podem dizer, daqui a pouco reverte e a pessoa vai ter que devolver, é um risco,
2183 mas basta dar ciência às pessoas que são contempladas por esses adicionais do que pode
2184 acontecer e perguntar se querem ou não continuar recebendo, mas sabendo do risco de ter que
2185 devolver; de outra forma não há chance, a pessoa é brutalmente cortada no seu pagamento.
2186 Temos que entender que o adicional que é com um objetivo específico, como pensar a
2187 periculosidade ou insalubridade, na prática acaba se convertendo em salário; a pessoa usa
2188 aquele valor para ir no mercado, botar gasolina; quando há esse corte, o salário é cortado em
2189 20%. Todo fundamento legal a gente entende, não está trabalhando num ambiente insalubre,
2190 não está se deslocando. Na normalidade teria que se questionar, mas estamos num momento
2191 anormal. O governo federal está pagando auxílio emergencial para um monte de gente que
2192 precisa, justamente porque é um momento emergencial e acaba que nós servidores não temos
2193 reajustes desde 2017, agora na pandemia que a pessoa precisa de suporte e que tem direito
2194 deixa de receber sua insalubridade, sua periculosidade; claro que vale transporte não tem como
2195 pagar, mas acredita que seria possível bancar a periculosidade e a insalubridade e deixar o
2196 Governo assumir o ônus do corte, o ônus de dizer para o servidor que não vai pagar, corta lá em

2197 cima no SIGEPE, no sistema. Não recebe insalubridade, mas está trabalhando direto em casa
2198 porque os processos dos 14 câmpus e da reitoria, citatórios e outros, convergem para uma
2199 Procuradoria só, e o trabalho está bombando. Não está se queixando, mas exemplificando, está
2200 usando o notebook de casa, energia de casa, internet de casa para fazer seu trabalho; aí o
2201 Governo gosta, mas quando é para manter minimamente a remuneração do servidor, o Governo
2202 acha ruim, manda cortar. A gente sabe que é o Governo que manda, mas a gente poderia dar
2203 uma peitada. Quando chegou, o assunto já estava em andamento então gostaria de saber se
2204 tem gente recebendo e gente que não está recebendo, pergunta porque uma colega de Sapucaia
2205 este mês recebeu insalubridade, mas outros não receberam, o que é pior. O pró-reitor Nilo Pozza
2206 disse que realmente tem servidores e servidoras que continuam recebendo, executam alguma
2207 atividade de forma presencial, ainda que não seja de forma constante, e aí estamos aplicando o
2208 entendimento de que, a partir do momento que a pessoa vai nem que seja um dia presencial,
2209 ela mantém uma certa habitualidade e faz jus. Não está sendo proporcionalizado, como o
2210 Ministério da Economia entende, mas não explicitou em alguma normativa, o que permite
2211 liberdade para interpretar, assim como pessoas que estejam participando de ações relativas aos
2212 projetos para atendimento social, produção de álcool em gel, máscaras, via de regra só essas
2213 pessoas e a POROGEP é informada por meio de documento eletrônico emitido pelo respectivo
2214 diretor ou diretora do câmpus. Fora dessas situações mencionadas, se alguém está recebendo,
2215 de fato não é devido pelo entendimento que estamos aplicando e teremos que revisar. A
2216 conselheira Janete Otte disse que a sua preocupação maior é sobre o que está constado como
2217 afastamento por Covid e diz que o tempo não incide para a aposentadoria, e já tiveram outros
2218 afastamentos que dificultaram a questão da aposentadoria, até conversou com o Brongar para
2219 encaminhar o assunto para o jurídico do SINASEFE para avaliar o que significa em relação a esta
2220 questão; já está em trabalho remoto há dois meses, uma colega disse que está há um mês e
2221 pararam de trabalhar na mesma época; não entendeu como ficou diferente e como isso vai
2222 constar. Como consta como afastamento poderá vir a ser questionado na contagem do tempo
2223 de serviço. O pró-reitor Nilo Pozza disse ver a situação com tranquilidade. Essa incidência na
2224 aposentadoria é no sentido de deduzir do período efetivo trabalhado, ou seja, o afastamento se
2225 incide na aposentadoria, como afastamento teria que ser deduzido, então essa não incidência é
2226 a não incidência da dedução, significa que não vai ser deduzido do tempo trabalhado. A forma
2227 como isso foi apresentado é que acabou facilitando um pouco essa interpretação, mas tem
2228 certeza que o jurídico do SINASEFE vai reportar que não existe qualquer prejuízo, porque, como
2229 falou antes, não existe legalmente esse afastamento, então não pode deduzir um direito.
2230 Reforçou que não terá nenhuma implicação nos direitos. O conselheiro Francisco Brongar
2231 explicou que este item está na pauta porque foi dito no início que a instituição não iria fazer os
2232 cortes, que se houvesse, iriam ser feitos em Brasília, e não aqui. O presidente ressaltou que essa
2233 decisão veio a partir do parecer vinculante do procurador geral da União, da AGU. Esse parecer
2234 vinculante não permite que as AGUs depois possam defender qualquer processo contra a
2235 instituição. Então, se o Governo entrasse com um processo administrativo de improbidade
2236 administrativa contra sua pessoa, em função de não ter realizado as ações da portaria emitida
2237 pelo Ministério da Economia, a AGU não defenderia a instituição porque já existia um parecer
2238 vinculante da AGU dizendo que não era devido. Esse parecer vinculante nos desprotege na
2239 questão de defesa de qualquer ação judicial. O conselheiro Nilo Campos reportou-se ao episódio
2240 das 6 horas. A AGU nunca foi favorável ao regime de 30 horas semanais para os técnicos-
2241 administrativos, aliás, nenhum órgão era favorável; eles tiveram que engolir um posicionamento
2242 da instituição, que na época foi tirado juntamente com a coletividade em praticar e defender a
2243 prática. Na hora em que o MP, aqui em Pelotas, entrou contra a instituição, o procurador da
2244 instituição na época, Dr. Jaci Geraldo, teve que fazer a defesa da instituição, e fez; defendeu as

2245 seis horas e nunca foi uma posição adotada pela AGU; o conselheiro manifestou isso porque, às
2246 vezes, a gente tem que mostrar, ousar, arrojar; se não der certo a gente retorna, foi esse o trato
2247 desde o início nas seis horas, nós não vamos acata a recomendação do MP, vamos manter, mas
2248 se a justiça em algum momento decidir que não pode mesmo, aí a gente volta a fazer o que tem
2249 que fazer, oito horas. O reitor perguntou se topavam; topando foram em frente porque aí tem
2250 condições de enfrentar a situação. A questão da AGU, a seu ver, não é uma coisa determinante.
2251 O presidente disse que não havia parecer vinculante da AGU falando sobre as seis horas, por
2252 isso continuamos defendendo e vencendo em todas as instâncias que recorreram; inclusive no
2253 TCU fizemos a defesa e conseguimos a manutenção e hoje na CGU volta à tona essa questão. O
2254 pró-reitor Nilo Pozza disse entender o posicionamento do conselheiro, porém tem uma
2255 ressalva. A área de gestão de pessoas é instituída por meio de um sistema, que tem um órgão
2256 central, o Ministério da Economia, os órgãos setoriais, que são os ministérios, e os órgãos
2257 seccionais, que somos as unidades de gestão de pessoas distribuídas pelos diversos órgãos da
2258 administração pública. Fazendo analogia, o órgão central é o reitor, o setorial é o diretor de
2259 câmpus e o seccional é uma diretoria dentro do câmpus. Por questão de subordinação, nós,
2260 como unidades seccionais do SIPEC, temos uma certa liberdade para interpretar a legislação,
2261 desde que esse entendimento já não tenha sido pacificado pelo órgão central. Hoje, a situação
2262 da forma como está posta, infelizmente não temos essa liberdade, porque o órgão central já
2263 determinou qual o entendimento; o entendimento é que se corte; seria a mesma coisa que o
2264 diretor de um departamento de ensino do câmpus descumprir uma determinação do reitor.
2265 Gostaria que tivéssemos esse espaço, mas infelizmente enxergamos dessa forma e não devemos
2266 colocar o reitor em risco. Importante dizer que, embora seja uma reivindicação legítima, num
2267 universo de 1.900 servidores ou 2.000, porque substituto eventualmente recebe, temos 250,
2268 300 pessoas no máximo, não sabe se seria conveniente, em que pese o eventual prejuízo que
2269 essas pessoas estejam sofrendo, estudamos profundamente para ver se havia alguma
2270 alternativa, mas infelizmente não encontramos e fomos compelidos a seguir esse entendimento
2271 do órgão central, embora seja contrário ao nosso entendimento. O presidente disse que
2272 mantiveram enquanto foi possível manter; o Brongar lembrou que numa reunião com o
2273 sindicato disse que não descontaria, mas no momento que viu que não teria como manter a fala
2274 levou ao sindicato a questão e pediu eu entrassem com ação na justiça; cegou a passar a peça d
2275 ação judicial de outro sindicato para ir contra essa aportaria do Ministério da Economia, isso há
2276 dois meses e meio e pediu que nos ajudassem. Então querer colocar agora que a culpa é da
2277 gestão não querer pagar esses adicionais é desproporcional. A conselheira Claudia Larrosa
2278 colocou o que conversou com os docentes de Jaguarão. Antes, expôs o que pensa, estamos com
2279 a comunidade em cima de nós, nos forçando e nos cobrando posturas de volta remota, que
2280 somos servidores e não estamos fazendo nada, então como explicar isso para a comunidade,
2281 que não estás indo, não estás passando nenhum perigo, mas estás recebendo os benefícios. O
2282 que se conversou com os professores foi mais ou menos isso: se não estou indo ao trabalho e
2283 recebo para ir ao trabalho, como vou exigir esse benefício, mas estou gastando em luz, em
2284 internet, estou tendo que comprar novos equipamentos porque estou me preparando para
2285 aulas remotas e o meu computador não tem tanta memória, não tem placa de vídeo, enfim,
2286 estou preparando uma sala na minha casa para poder dar ala, são gastos a mais. Não seria então
2287 de pedir um benefício para esse trabalho remoto que estamos fazendo? Não seria o mais
2288 correto? Temos colegas que tem que ir, que precisam ir uma vez por semana, uma vez a cada
2289 quinze dias, três vezes por semana, não seria de colocar para essas pessoas um benefício; que
2290 se faça a coisa correta, ir pelos entremeios é complicado, num momento em que toda a
2291 sociedade está em cima de nós, vamos fazer a coisa certa. A gente está gastando mais luz, tendo
2292 que colocar mais internet, temos gastos, os docentes, então seria de conseguir substituir esse

2293 benefício até para explicar para a sociedade. Não estamos indo, mas estamos tendo mais gastos
2294 e menos salários porque não temos os benefícios do transporte, então estamos defasados sim.
2295 O presidente disse que ontem alguém comentou que os servidores estão tendo mais despesas
2296 em casa em função do trabalho remoto, é uma indicação para ser levada ao Ministério da
2297 Economia e o sindicato também podia trazer essa negociação com o Ministério da Economia. A
2298 conselheira Magda Santos esclareceu que a Cláudia citou que, em algumas situações, do câmpus
2299 ter algumas necessidades que são essenciais e de algum servidor estar indo até o câmpus
2300 eventualmente, para prestar algum serviço., mas a PROGEP solicitou dos diretores através de
2301 um memorando essas informações de que se algum servidor estivesse indo ao câmpus
2302 regularmente que fosse passada essa informação. Se esses casos estão acontecendo acredita
2303 que estejam sendo pagos. O conselheiro Roberto Vieira Jr. explicou que inclui estagiários no
2304 resumo da pauta, mas entende que estagiário não entra na questão de insalubridade e
2305 periculosidade, apenas na hora de redigir, era apenas vale-transporte. Segundo, para reforçar a
2306 fala do Francisco, que a assessoria jurídica da nacional entrou com uma ação, realmente o Flávio
2307 tinha conversado conosco, e entramos com a ação em nível nacional. Na linha da Cláudia, e
2308 entendendo a questão legal de r que ser suspenso o pagamento, pergunta, daqui a pouco vai
2309 existir o auxílio remoto e não mais insalubridade e periculosidade. Colocou a frase de um colega
2310 postada no YouTube, que dizia “nós na gráfica estamos atuando eventualmente no corte de
2311 material, acessando o câmpus; no entanto estamos com corte de insalubridade”, então, quem
2312 sabe é o momento de tentar fazer com que as pessoas saibam quem está trabalhando ali
2313 esporadicamente e possam rever porque não estão recebendo, talvez as pessoas nem saibam
2314 que podem receber insalubridade. O presidente disse que a reitoria não está nos câmpus, então
2315 os câmpus nos mandam essas informações; qualquer atividade que tenha, conversar com o
2316 diretor para comunica à PROGEP. O conselheiro Carlos Correa disse já ter encaminhado à
2317 PROGEP a nominata de todos os servidores que estavam trabalhando no projeto do álcool, no
2318 projeto dos protetores faciais, do sabão; em toas as atividades que o pessoal está atuando no
2319 câmpus estamos enviando, obviamente que a lista é atualizada, talvez tenha que encaminhar o
2320 nome do colega que o Roberto falou. O presidente pediu que o conselheiro Roberto nos envie
2321 o documento lido no início da pauta, para a gente responde por escrito, como sempre fizemos;
2322 sempre tivemos uma ao relação com o sindicato e vamos continuar tendo, mas que nos oficie
2323 para que se responda de forma oficial, porque talvez a gente tenha se passado em alguma coisa
2324 que vocês tenham pedido ou perguntado no documento. O conselheiro Francisco Brongar falou
2325 sobre os **Rumos da Política de Extensão do IFSul**. Disse ser uma pauta política; tendo como base
2326 os editais publicados pelo IFSul no âmbito da extensão, percebeu que a política de extensão tem
2327 se desviado do caráter social que historicamente a instituição construiu. Os editais publicados
2328 relacionam sempre temas como inovação e empreendedorismo, parque tecnológico, demandas
2329 da economia entende que a instituição deve ter compromisso com outros âmbitos da
2330 sociedade, como os movimentos sociais, políticas extensionistas voltadas para a população que
2331 se encontra em vulnerabilidade social, que pode ser pela economia solidária, arte, cultura,
2332 teatro. Temos quatro editais em que a PROEX participa, um é de fluxo contínuo, outro do parque
2333 tecnológico, outro da oficina 4.0; esses dois últimos junto com PROPESP e PROEN e um último,
2334 também com as duas pró-reitorias, que é do Hackathom. É sabido que a instituição tem feito
2335 muitas ações de extensão, podemos citar o álcool, as máscaras, os protetores faciais, as cestas
2336 distribuídas para os alunos; alguns desses poderia estar incluídos no Hackathom, porque se não
2337 tem edital, não vai ter financiamento. É o que gostaria de chamar atenção nas políticas de
2338 extensão, principalmente com viés social. A pró-reitora Gisela Duarte apresentou
2339 detalhadamente, em lâminas o Rumo da Política de Extensão do IFSul. O presidente salientou
2340 que a pró-reitora explicou com propriedade tudo o que tem sido feito na extensão e também

pelas questões sociais, contribuindo para a melhoria de vida das pessoas por meio da extensão. O conselheiro Francisco Brongar disse que nunca falou que o IFSul não tem feito ações de extensão, inclusive citou algumas no início da sua fala, mas acha que está longe de ter um viés social, trabalhando com economia solidária, arte, esse é o viés social que falou e a fala da pró-reitora reforça muito que as políticas têm sido na área tecnológica, que tem que fazer também, não é contra isso. Conhece o PRONATEC, porque trabalhou lá, não foi EaD. A seguir, o conselheiro Francisco Brongar abordou o **Posicionamento contrário do IFSul aos projetos Future-se (PL) e Novos Caminhos**. O sindicato solicita que o Conselho tire uma posição contrária da instituição aos dois projetos. O Future-se hoje foi encaminhado para a Câmara como projeto de lei. Ele lembra muito as políticas do governo FHC nos anos 90. Que eram privatistas e tinha projeto para privatizar a rede, depois disseram que não queriam privatizar. Estava numa audiência em que o secretário da SETEC falou que iriam transformar em organização social. O que retorna com o Future-se; é um projeto muito nocivo, que empenha o patrimônio público, já se discutiu ano passado, mas agora tem o projeto Novos Caminhos que um dos únicos objetivos é aumentar o número de matrículas da Rede, mas de uma forma precarizada. O instituto já tem dois editais, um de dezembro, Proeja-FIC, que vai ser rodado pela Fundação e ,este ano, estes cursos que se falou serem EaD, mas não são, porque não tem tutor, nem polo, o número de alunos é bastante grande; muita gente se seduz com a bolsa, mas não vai atingir os objetivos que a população que realmente precisa de qualificação profissional, muitos não terão condições. É um programa que não serve para o instituto, não é PRONATEC, não vai atender os que mais precisam de qualificação profissional. Na época o IFSul não ofereceu nenhum curso do PRONATEC por EaD e optou por não fazer concorrência com os nossos cursos técnicos e o único curso técnico foi feito num assentamento em Candiota, na modalidade da pedagogia da alternância; os demais cursos do PRONATEC até 2015 foram presenciais; por isso pede que o Conselho tire um posicionamento contrário aos dois projetos. Sobre o Future-se, o presidente lembrou que ano passado fez uma rodada nos campi manifestando-se contra o Future-se, continua contrário, inclusive com nota de repúdio avalizada pelo Conselho. O programa deveria ter sido posto em prática em abril do ano passado, acabou se transformando e criando uma série de dificuldades, até pelo movimento que se fez contrário a ele. Era uma ideia pessoal do ex Ministro da Educação encaminhado há dois meses para o Congresso, felizmente como projeto de lei. Acredita que o Congresso chamará as entidades para um debate bem mais amplo e com mais dificuldade de qualquer tipo de aprovação para implantação. Com a saída do ministro, o encaminhamento parou. E, como já existia rixa entre o Congresso e o ministro, acredita que o projeto vai ser esquecido no Congresso. O CONIF continua atento e acompanhando qualquer movimentação no sentido do Future-se. O projeto Novos Caminhos é uma iniciativa mais recente do MEC e não deixa bem claro o que quer. Hoje, todas as ações da SETEC estão dentro desse projeto. Temos que atentar, porque muitas coisas podem nos interessar, editais, em que a nossa participação pode ser importante para a instituição e não há uma adesão formal. É contrário emitir parecer dizendo que não vamos aderir ao Novos Caminhos porque, ao fazer isso, qualquer edital que a SETEC possa lançar, nós não teríamos como participar. Estamos ofertando os cursos FIC EaD, porque naquele momento entendemos ser importante fazer uma oferta de atividades para aqueles que tem acesso à internet. Era uma oportunidade importante para atendermos um grande contingente. A questão pontual, podemos trabalhar, chamar os especialistas, ela é um curso EaD, é diferente nos processos, ferramentas Mockups, que são ambientes para quantidade massiva de participantes nos cursos, mas é um curso a distância, sim. O pró-reitor Rodrigo Nascimento disse que os cursos FIC, na opinião da PROEN e acredita que de toda a gestão, têm grande relevância social e econômica para essas pessoas. Temos o retorno de 31.000 alunos que estão fazendo os cursos FIC e,

2389 inclusive, agradecendo a oportunidade do IFSul proporcionar isso neste momento de pandemia.
2390 Temos um grande número de alunos do IFSul, alunos da comunidade externa, alunos da UFPel,
2391 que também parabenizaram e temos muitos servidores nossos; esses cursos podem ser feitos
2392 por uma gama bem diversificada de pessoas. Não podemos deixar de dizer que os cursos não
2393 têm a equipe a que o conselheiro se refere. Os cursos são preparados por uma equipe de 60 a
2394 80 professores que foram contratados na modalidade Bolsa para fazer esses cursos. Os cursos
2395 têm de 40 a 42 polos; cada polo tem um coordenador de curso, dois professores mediadores;
2396 não tem tutores, porque o termo agora é professor mediador. Estes monitoram dentro do polo
2397 alguns polos; dez polos são câmpus; monitoram os alunos na questão da permanência e do
2398 êxito, no acesso e toda a interação necessária nos cursos. Os cursos foram prensados na
2399 plataforma Mockup para que futuramente tenhamos os cursos produzidos e possam ser
2400 utilizados por cada câmpus no ciclo regular de matrícula. Para dar noção da produção de
2401 material, apresentou, em lâminas, o fluxograma de como são construídos os cursos. O
2402 conselheiro Francisco Brongar, sobre o Novos Caminhos, disse que o governo não tinha projeto,
2403 mas o pessoal que está lá tem, principalmente quem está no MEC. Saiu recentemente a reforma
2404 do ensino médio e se olharmos a grade do RS, tem uma disciplina chamada percurso formativo
2405 e isso já saiu em outros estados. Em SC, um dos institutos já foi procurado para fazer esse
2406 percurso; é o quinto itinerário, isso vai ser feito pelos Novos Caminhos. Daqui a pouco a gente
2407 vai estar implementando a reforma administrativa e a gente vai entrado para editais, já está no
2408 PROEJA FIC, que é para o ensino fundamental, daqui a pouco vai estar no médio; vai rever todos
2409 os editais porque não viu todas essas pessoas. Disse que vamos é preciso muito cuidado para
2410 fazer a biblioteca virtual, gravar as aulas e deixar lá, para evitar que se o professor adoecer
2411 digam que não tem problema porque as aulas dele estão lá. É só o aluno assistir, liga o
2412 computador, baixa e assiste à aula. Na iniciativa privada já tem inteligência artificial corrigindo
2413 trabalho, pessoas já foram demitidas. Temos que ter cuidado até com nossos empregos, porque
2414 quebram a estabilidade e podem nos demitir, porque já tem as aulas ou pode fazer tudo a
2415 distância. Discorda que os cursos sejam a distância propõe que se comece a fazer a discussão
2416 dentro do IFSul; o Novos Caminhos é uma incógnita e precisamos nos debruçar sobre ele para
2417 ver n=onde a gente está entrando. A conselheira Janete Otte disse que o Governo alimenta
2418 muito a sede das pessoas para entrarem nos seus projetos através de dinheiro. Salários
2419 congelados , retirada de benefícios, as pessoas ficam sem dinheiro e começam a se atirar sem
2420 saberem onde estão se inserindo. A gente tem que ter cuidado com coisas que nos alimentam
2421 dessa forma. Leu algumas falas do youTube, com as quais corrobora: “essa visão crítica da
2422 tecnologia é vista como natural, ignora as disputas existentes na formulação das mesmas e a
2423 que interesse de classes se destina; os IFs têm a função de atuar nessa problematização, se
2424 observa que no estado estão contratando grandes plataformas mas em função desse sistema
2425 de educação “e nós, de certa forma, estamos nos inserindo na questão dessas disputas que só
2426 chega às pessoas com maiores condições. O Novos Caminhos é mais equivocado que o
2427 PRONATEC, que o IFSul entrou de forma parcimoniosa, com foco nas articulações com os
2428 movimentos sociais; não se atirou de cabeça com tudo o que era oferecido. A diferença é que o
2429 PRONATEC garantia bolsa para quem ia fazer o curso, os estudantes, ajudava os mais vulneráveis
2430 e o Novos Caminhos atende bolsa para quem está ministrando ou trabalhando. Isso confirma
2431 que a questão do salário nos dificulta e acabamos fazendo coisas que nossa consciência vai nos
2432 cobrar isso pela direção que a gente vai tomando. Sobre a última fala da Gisela, na apresentação
2433 das lâminas gostaria de salientar que talvez a gente não deva se atirar num trem bala, porque
2434 muita gente anda um pouco mais devagar, não tem tanta tecnologia e não pode se agarrar; às
2435 vezes a gente tem que parar um pouquinho de tempo em cada estação ou não andar tão ligeiro,
2436 para poder levar mais pessoas nesse caminho. O conselheiro Rocelito Andrade disse, que em

2437 Novo Hamburgo foi feita a proposta para participar do edital, não sabíamos que era esse projeto
2438 que agora está na TV, mas pareceu um projeto interessante o catálogo de cursos do MEC e um
2439 curso tem muita relação com um eixo de Novo Hamburgo; então um grupo de professores e
2440 técnicos resolveu participar desse projeto com o curso de reparador de eletrodomésticos. Hoje
2441 temos uma equipe de 17 profissionais bolsistas remunerados, que são responsáveis pela
2442 execução dos projetos, internos e externos ao IFSul. Estamos atendendo 1.484 estudantes num
2443 curso técnico e estamos bem entusiasmados. O curso foi construído no Moodle, é muito forte;
2444 recebe muitos depoimentos desse pessoal que é trabalhador, está desempregado e contam com
2445 esses conhecimentos para montar sua empresa. Temos inclusive um módulo de
2446 empreendedorismo, de ética, para o pessoal aprender a cadastrar sua empresa, tirar notas, fazer
2447 orçamento, um módulo extensivo sobre segurança do trabalho. Talvez exista alguma coisa
2448 maquiavélica, mas pensamos mais nos nossos quase 1.500 estudantes. Claro que há 17 colegas
2449 recebendo pelo trabalho que fazem, mas se não tivéssemos feito isso seriam 1.484 certificados
2450 a menos. O presidente lembrou que o conselheiro Rocelito não mencionou o curso de Línguas,
2451 com 10.000 vagas para estudantes de todo o Brasil, iniciativa importante. Disse não ver hoje
2452 como alguém se contra a oferecermos 40.000 vagas de cursos FIC EaD para estudantes que têm
2453 alguma possibilidade de acessar; é uma quantidade gigantesca de pessoas a quem estamos
2454 dando condições de aprimorar seus conhecimentos, não podemos ser contra esse tipo de
2455 iniciativa. Espera que tenham clareza da importância da oferta desses cursos e da sua
2456 continuidade. Todas as possibilidades e projetos que queiram desenvolver, é só falar com a sua
2457 direção de câmpus, trazer a proposta para a reitoria para apoiarmos em tudo o que for possível.
2458 Havendo o quórum qualificado necessário, a diretora Ana Paula Silva falou sobre a proposta de
2459 **alteração do Regimento Interno do Câmpus Sapiiranga**, solicitada pela direção e encaminhada
2460 na pauta. Disse que o documento seguiu os procedimentos estabelecidos, que à DDI procedeu
2461 à avaliação junto a todas as áreas sistêmicas pertinente. O conselheiro Fernando D'Oca explicou
2462 que as alterações foram submetidas à comunidade. Antes e depois das recomendações da DDI.
2463 A conselheira Janete Otte falou sobre a pauta anterior, que não foi feita votação. O presidente
2464 respondeu que ninguém fez consideração, nem o conselheiro que pediu a pauta manifestou-
2465 se, pedindo votação. Colocada em votação a alteração do Regimento do câmpus Sapiiranga, com
2466 as opções : 1 – aprova; 2 - não aprova; 3 – abstenções. O documento foi aprovado por
2467 unanimidade, com 47 votos. O conselheiro Francisco Brongar pediu que se encaminhe a
2468 discussão do Novos Caminhos para os câmpus . O presidente concorda, mas lembrou que ainda
2469 não há nada palpável no projeto; mas tudo o que a SETEC faz hoje é Novos Caminhos. A diretora
2470 Ana Paula Silva passou a falar sobre a **Avaliação do Planejamento Anual 2019**. Disse que no
2471 início do ano é submetido o planejamento anual, com todas as ações alinhadas ao PDI que os
2472 câmpus e unidades irão desenvolver durante o ano. No fim do ano, é encaminhada solicitação a
2473 todas as unidades para informar se as ações foram concluídas totalmente, parcialmente ou não
2474 realizadas e os motivos. Isso é compilado no documento que é submetido ao Conselho ;também
2475 é uma forma de mostrar à comunidade o desenvolvimento da instituição em relação ao que ela
2476 havia planejado e é inserido no Relatório de Gestão, cuja submissão foi prorrogada pelo TCU até
2477 31 de agosto, por causa da pandemia. Não havendo considerações, foi colocado em votação e
2478 aprovado por ampla maioria, sem votos contrários e com uma abstenção. A seguir, foi abordado
2479 o **Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024**. A diretora Ana Paula Silva compartilhou
2480 lâminas apresentando o documento e todos os passos de sua elaboração. Agradeceu o trabalho
2481 das comissões que trabalharam na elaboração e também da comunidade. lembrou que, depois
2482 de aprovado, o trabalho começa, para colocar em prática tudo o que foi previsto para os
2483 próximos cinco anos. Há uma visão de futuro estabelecida e a instituição precisa trabalhar para
2484 que possa acontecer. Explicou que a comissão de planejamento teve o prazo de trabalho

prorrogado, porque os objetivos estratégicos precisam ser desdobrados de maneira que possam ser operacionalizados, medidos e avaliados; por isso a comissão vai estar junto com a DDI. A gente precisa que o PDI seja um instrumento da instituição e do seu desenvolvimento, sendo um norte para o trabalho. Ele será avaliado nesses cinco anos. Considerando ter alcançado 3 horas de reunião, foi aprovada a sua continuação. A conselheira Cláudia Schwabe pediu que antes de levar à votação fosse incluído no último parágrafo do câmpus Lajeado, o eixo desenvolvimento educacional e social. Colocado em votação, o Plano de Desenvolvimento Institucional 2020-2024 foi aprovado por unanimidade. O presidente parabenizou a diretora e os participantes do trabalho e informou que vai marcar live para que ela fale sobre o PDI para a comunidade acadêmica. Foi colocada em apreciação a proposta de **alteração no Anexo da Organização Didática do Câmpus Passo Fundo**. A servidora Maria Carolina Fortes explicou que a alteração se refere a adequação do sistema de avaliação dos cursos, que tinha um espaço de 0,5 e foi alterado para 0,1. Não havendo considerações, a proposta foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. A seguir, entrou em apreciação a proposta de **Reformulação do PPC Técnico de Edificações – subsequente, do câmpus Passo Fundo**. A servidora Maria Carolina Fortes explicou que a reformulação segue um processo de revisão dos PPC dos cursos do câmpus, numa perspectiva de melhorar os processos de permanência e êxito dos estudantes. O PPC já tinha itens que não atendiam mais o que entendem por qualificado, por isso foram alterados vários componentes curriculares e questões metodológicas. Colocada em votação, a proposta foi aprovada por ampla maioria, com uma abstenção. Foi empossada a conselheira docente suplente do câmpus Gravataí, que participa da reunião na parte da tarde, Isabel Castro Bonow. O presidente informou a retirada da pauta 31. O pró-reitor Rodrigo Nascimento apresentou lâminas sobre as **capacitações oferecidas** neste momento de pandemia, num trabalho conjunto da PROEN, PROEX, PROGEP E DTI. Mencionou a capacitação Suap-Edu, Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado, cursos FIC, Tecnologias Digitais e Metodologias Ativas, Formação de Comissões de Heteroidentificação; possivelmente em agosto será lançada a Licenciatura em Formação Pedagógica para Graduados não Licenciados, para os servidores do IFSul. Estará aberto para docentes que não têm a licenciatura e para técnicos-administrativos que desejarem. Terá oferta de 500 a 700 vagas. O conselheiro Rocelito Andrade e a servidora Maria Carolina Fortes parabenizaram as equipes que estão ministrando os cursos. Esta salientou a pertinência dos cursos no momento que estamos vivendo (inaudível). É momento para repensar nossas práticas pedagógicas e colocar as tecnologias a serviço da qualificação e da qualidade do ensino que a gente oferece. Concluída a pauta oficial, o presidente voltou a falar do ENEM. A nota já está publicada. Lembrou que sua proposta não era uma nova nota, mas colocar um manifesto de apoio à nota no site, reforçando a posição de que defendemos que a data das provas do ENEM deveria respeitar a escolha da maioria que se manifestou, no caso, maio, quando haveria um prejuízo menor e uma igualdade de condições mais próxima daqueles que estão no último ano do ensino médio das escolas públicas. O conselheiro Nei Jairo Jr. concordou com o apoio à nota e convidou à reflexão sobre passarmos por um momento de pandemia como se ela não existisse e o MEC confirma as datas do ENEM para janeiro 2021. Essa postura negacionista espelha um comportamento de todo o governo federal, que estamos observando em diferentes dimensões. Insistir no ENEM em janeiro amplifica as enormes desigualdades educacionais do país. Nós, servidores do IFSul devemos defender que o calendário do exame seja ajustado ao calendário das instituições públicas para que, pelo menos os estudantes sejam menos prejudicados. Repudiamos a decisão do MEC, a nota traz essa tonalidade de ignorar a voz dos estudantes. A alteração da data tem um fator de repúdio, mas o desrespeito à voz dos estudantes parece ser uma agressão maior para o que podemos entender como democracia ou gestão democrática da educação. Estão demonstrando

um caráter antidemocrático porque deixam claro que as preocupações com a educação pública é um assunto pormenorizado, principalmente no que toca aos estudantes mais pobres. Até janeiro de 2021, maioria dos estudantes não vai ter estudado a maior parte dos conteúdos do ano letivo de 2020. Os estudantes mais pobres, que não têm pleno acesso às ferramentas necessárias não têm condições de se preparar para uma prova e serão os mais prejudicados, ficarão de fora da universidade. Realizar ENEM em 2021 representa para nós, servidores dos institutos federais um retrocesso aos princípios político-pedagógicos da educação profissional e tecnológica do país. Vamos colocar em votação a proposta de colocar no site uma **manifestação de apoio à nota do CONIF**, que manifesta sua contrariedade contra a data escolhida para o ENEM pelo MEC e o não respeito à consulta pública feita aos candidatos. A manifestação de apoio à nota do CONIF foi aprovada por unanimidade e o presidente solicitou que o manifesto seja elaborado e encaminhado para publicação na página do IFSul. A conselheira Janete Otte manifestou-se sobre a **nomeação de reitores não eleitos pelas suas comunidades**. Disse que também é o momento de o CONSUP se manifestar a respeito da democracia nas nossas instituições de ensino; sugere que se faça uma nota ou manifesto em respeito a não nomeação de reitores que foram eleitos em primeiro lugar, nos institutos federais e universidades, respeitando assim a democracia nas nossas instituições. Fazer uma nota que diga que estamos atentos a isso, porque hoje são eles e amanhã somos nós. O presidente esclareceu que hoje temos três instituições, dois institutos e um Cefet que estão com pessoas como reitor *pro tempore* que não foram efetivamente os mais votados nas eleições ou sequer participaram do processo eleitoral, estão como interventores. Isso ocorre no Cefet do Rio de Janeiro, no IFRN e no IFSC; no IFSC ficou como reitor o segundo colocado na eleição, nas outras foram pessoas que sequer participaram do processo eleitoral. A justificativa do MEC é que existem processos administrativos, coisas que não fazem muito sentido, que o CONIF tem se manifestado frequentemente no MEC e já publicou notas específicas contrárias a essas questões. A proposta da conselheira é válida porque pode acontecer com qualquer e temos que demonstrar esse apoio, embora o CONIF já tenha deixado bem claro, já marcou esse terreno e tem trabalhado fortemente nesse sentido. Sugeriu que seja feito manifesto semelhante ao do ENEM, apoiando a nota do CONIF contrária às nomeações arbitrárias de reitores. Poderiam ser feitos os dois manifestos no mesmo documento. Colocada em votação a proposta do manifesto, foi aprovada por unanimidade e deverá ser encaminhada para publicação. A conselheira Janete Otte falou sobre o edital lançado agora para contratação de docentes efetivos. Sugere maior divulgação e considera ser uma oportunidade para que a sociedade conheça a Rede e percebe-se que na bibliografia do concurso pouco tem sobre a Rede e a educação técnica, profissional e tecnológica. Falando para todos, pode ser que a sugestão chegue aos elaboradores das provas e há inúmeras bibliografias para serem indicadas a respeito da Rede que poderia fazer mais conhecido o nosso trabalho. Também rever uma questão do edital, que quando fala de uma titulação, está pedindo formação pedagógica para graduados não licenciados e ,na verdade, contratamos pessoas com licenciaturas afins, tanto que temos colegas com uma graduação e uma licenciatura e ela é válida. Alguns cursos que foram há mais tempo também poderiam estar contemplados no edital, um deles é o Tecnólogo em Sistemas de Telecomunicações (inaudível) áreas semelhantes, de mecatrônica, eletrônica, sistema para telecomunicações e o antigo supervisão pedagógica, que é um curso que ainda tem muitas pessoas na área e poderiam ser contempladas e passar à formação atual. O presidente pediu que encaminhe para o Departamento de Seleção as sugestões, para que as bancas avaliem e, se for o caso, se faça retificação do edital. As bancas é que fazem as normativas, a definição de quais formações contemplam a necessidade do profissional para aquela vaga. O edital saiu hoje; eles estão demorando a sair por causa dos editais de remoção, pois a vaga roda muito até chegar à

2581 conclusão da sua fixação em determinado câmpus, o que tem trazido alguns empecilhos. O
2582 edital estava pronto e o MPF solicitou alteração na questão da quota racial e tivemos que mudar
2583 o seu conteúdo para divulgar satisfazendo às condições que o MPF indicou. O Conselho Everton
2584 Felix convidou para a II Feira de Trabalhos de Iniciação Científica, aberta a toda a comunidade.
2585 Inscrições estão abertas até 30 de setembro para trabalhos e avaliadores. Será online, os
2586 trabalhos aprovados apresentados em vídeo e avaliados ad hoc. Convidou o reitor para a live de
2587 premiação, em 21 de novembro. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a primeira reunião
2588 virtual do Conselho Superior, e eu, Stela Marina Nunes de Castro, digitei a presente ata, que
2589 após lida e apreciada, será aprovada pelos participantes.